

Eliza Mara Lozano Costa

**DA PATRONAGEM À ASSOCIAÇÃO:
PODERES EM DISPUTA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ, ACRE**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr.
Mauro William Barbosa de Almeida

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
26/08/98

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Prfa. Dra. Rachel Meneghello

Agosto de 1998

C823d

35250/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UN: 111
	C. Nº 20
V.	Ex.
TOMBO BC/	35250
PROC.	395198
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	01/10/98
N.º CPD	

CM-00117190-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C 823 d Costa, Eliza Mara Lozano
Da patronagem à Associação : poderes em disputa na Reserva
Extrativista do Alto Juruá, Acre / Eliza Mara Lozano Costa. --
Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Seringueiros - Acre. 2. Democracia. 3. Reservas naturais.
4. Ecologia humana. 5. Amazônia. I. Almeida, Mauro W. B. de.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Para meus pais e irmãos

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para as discussões sobre o poder local no Brasil e refletir sobre as possibilidades do gerenciamento de uma população rural sobre áreas de preservação ambiental.

O enfoque são as dificuldades e as possibilidades de uma organização democrática de seringueiros e agricultores ribeirinhos numa região secularmente controlada por patrões. A passagem de um poder tradicional, personalizado, para uma organização que se pretende democrática, trabalhando conjuntamente com um órgão burocrático federal.

A partir da bibliografia sobre organização política no meio rural brasileiro e de relatos sobre a história do movimento social que criou a Reserva Extrativista do Alto Juruá, procuramos analisar os conflitos e as práticas observadas em pesquisas de campo, percebendo como os moradores se relacionam com as mudanças e com os diferentes agentes políticos locais, indicando algumas condições para a gestão democrática da Reserva.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
PREFÁCIO	8
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	12
O PROBLEMA: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A DEMOCRACIA	12
A PESQUISA DE CAMPO	16
RESUMO	18
CAPÍTULO 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
O PROBLEMA DO PODER LOCAL NO BRASIL	20
<i>Introdução</i>	20
<i>O atraso político e as impossibilidades para a democracia</i>	20
<i>Estado e coronelismo</i>	24
<i>Persistência do atraso político</i>	25
<i>Conclusões</i>	30
ESTUDOS SOBRE PODER LOCAL NA REGIÃO AMAZÔNICA	32
<i>O Sistema do Aviamento</i>	32
<i>Conclusões</i>	37
CAPÍTULO 3. A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA:	39
PROCESSOS INTERNOS E EXTERNOS	39
UMA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA RESERVA: PROCESSOS GERAIS	39
<i>Introdução</i>	39
<i>Lutas Isoladas e a “economia moral”</i>	40
<i>O Sindicato e o Monopólio comercial</i>	42
<i>O Conselho Nacional dos Seringueiros</i>	48
<i>Sindicalismo, Carisma, ambientalismo</i>	49
<i>Problemas Jurídicos e Fundiários</i>	57
EPISÓDIOS DA CRIAÇÃO DA RESERVA: UMA VISÃO EXTERNA	62
<i>Introdução</i>	62
<i>Vanguardismo, personalismo, caciquismo</i>	63
<i>A Busca da autonomia</i>	66
<i>Autonomia x Assistência</i>	67
<i>Conclusões</i>	72
<i>A Organização Política: Prefeitura, Associação, IBAMA e seus recursos</i>	75
CAPÍTULO 4. A VIDA DOS MORADORES NA FLORESTA	79
INTRODUÇÃO	79
<i>Localização</i>	79
A VIDA NA FLORESTA - A “MISÉRIA” E A “ABUNDÂNCIA”	81
<i>As Colocações</i>	81
<i>As Casas</i>	82
<i>Alimentação</i>	83

<i>Diferenciação Social</i>	85
<i>O Trabalho</i>	90
<i>A Extração da Borracha</i>	92
<i>Os Roçados</i>	98
<i>As Relações Sociais Locais</i>	100
<i>Conclusões: Autonomia e Dependência</i>	101
CAPÍTULO 5. PROCESSOS LOCAIS E INSTITUIÇÕES EXTERNAS	102
O ACESSO AOS RECURSOS EXTERNOS	102
<i>Natureza e Recursos Coletivos: O Plano de Utilização da Reserva</i>	<i>102</i>
<i>Transporte, Comunicação - Isolamento e Dispersão</i>	<i>104</i>
<i>A Aposentadoria</i>	<i>111</i>
<i>O Comércio - cantinas da Associação, marreteiros e regatões</i>	<i>111</i>
<i>A Educação</i>	<i>114</i>
<i>A Saúde</i>	<i>116</i>
ASSISTENCIALISMO E POLÍTICA LOCAL	120
<i>Propriedade Coletiva e Conflitos</i>	<i>120</i>
<i>A Sujeição com Assistência</i>	<i>121</i>
<i>Marreteiros: roubam mas trazem mercadorias</i>	<i>123</i>
<i>Políticos locais: ocupando o lugar dos patrões na assistência</i>	<i>123</i>
<i>A Associação</i>	<i>124</i>
<i>Cultura, Dívidas, Contratos</i>	<i>126</i>
<i>Assitencialismo e Desigualdade Social</i>	<i>129</i>
CONCLUSÕES	133
CONCLUSÕES	135
BIBLIOGRAFIA	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Reserva Extrativista do Alto Juruá. Desmatamento (pág. 60a)

Mapa 2. Distribuição das Colocações (pág. 80a)

Mapa 3. Áreas Pesquisadas (pág. 80b)

Mapa 4. Estradas de Seringa (97a)

Mapa 5. Infra-estrutura (pág. 118a)

AGRADECIMENTOS

Todas as opiniões e análises deste texto são de minha inteira responsabilidade, mas ele reflete a participação de numerosas pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os seringueiros e agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá que nos receberam em seus lares, com tamanha hospitalidade, dedicação, paciência e carinho mesmo sem compreender com clareza o nosso trabalho, que só teria sentido se de algum modo eles se sentissem aqui representados. E de um modo especial às famílias do seu Osvaldo Eufrásio, de José da Costa Ferreira, de dona Aldir do Igarapé Manteiga, do seu Luís Bispo, do seu Antonio Moreira Borges da Colocação Quieto e de seu Zélio da Colocação Montevideu, ambas no Rio Amônia, e do seu Jucelino de Souza no Riozinho, sabendo que é injusto de minha parte não agradecer nominalmente a tantos outros.

À ASAREAJ, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que através da sua diretoria nos acolheu na área e apoiou nosso trabalho, e particularmente ao senhor Antonio de Paula (atual presidente) e a Francisco Barbosa de Melo - Chico Ginu (presidente em mandatos anteriores), em nome dos demais.

Agradeço de modo especial aos monitores sócio-ambientais e fiscais colaboradores da Reserva.

O projeto "Populações Tradicionais da Floresta Podem Gerenciar Áreas de Conservação?: Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre", financiado pela Fundação John D. and Catherine D. MacArthur pelos recursos e bolsa de pesquisa para a primeira viagem ao campo.

A FAPESP e o CNPq, que através das bolsas de iniciação e científica e de mestrado respectivamente, deram viabilidade à nossa vontade de aprender.

Agradeço ao IBAMA-CNPT pela cooperação e apoio material, e à CIFOR (Centro Internacional de Pesquisas Florestais) pelo apoio ao projeto de monitoramento sócio ambiental da Reserva.

Aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e em especial às professoras Élide Rugai Bastos e Arlete Moysés Rodrigues, pelas críticas e sugestões. Nosso agradecimento também ao professor Luís Fernando Lourenço, pela sua contribuição para a elaboração do projeto inicial deste trabalho e por ter-me iniciado na paixão pela Sociologia quando me aceitou, ainda como aluna-ouvinte, em sua disciplina, em 1990.

Nosso trabalho provavelmente irá denunciar parte da nossa admiração pelo Professor Mauro William Barbosa de Almeida. Professor, amigo e colaborador não só por sua valiosa contribuição para este trabalho, mas nas várias outras atividades que pudemos realizar em parceria. Nessa convivência em tão diferentes momentos, pude presenciar uma intrínseca coerência entre teoria e prática e é nesse sentido que minha gratidão é para sempre.

Aos funcionários do IFCH, especialmente aos funcionários das Secretarias de Pesquisa, Pós Graduação e da Biblioteca, pela disponibilidade e atenção, e aos amigos do Xerox do Seu Luís.

Às hoje antropólogas e sempre amigas Andréa Martini e Marisa Barbosa Araújo, e à Gabriela Janhel Araújo, por me apresentarem ao professor Almeida e por terem sido as primeiras a me chamar para uma viagem de pesquisa na Floresta Amazônica, convencendo-me de que isso não era tão absurdo como imaginei num primeiro momento.

À antropóloga Mariana Pantoja Franco, por seu grande apoio, quase maternal, como nossa primeira coordenadora de pesquisa de campo e como amiga.

Gostaria de agradecer também aos demais professores que realizam pesquisas na Reserva, em especial ao saudoso professor Adão Cardoso e ao professor Keith Brown Jr., pela simplicidade e dedicação aos moradores da Reserva. Também quero agradecer à professora Manuela Carneiro da Cunha, pelo exemplo de esforço e seriedade.

Aos vários professores que pesquisam e dedicam-se com tanto esforço para a melhoria de vida no Alto Juruá, especialmente ao professor do Instituto de Biologia da Unicamp, Keith Brown Jr, e o saudoso Professor Adão Cardoso, que nos mostraram o quanto eu poderia aprender com a multidisciplinariedade. literalmente no mesmo barco, que pesquisam e dedicam-se de forma trabalham com os moradores do Alto Juruá, Gostaria de agradecer também à professora Maria Manuela Carneiro da Cunha,

Aos estudantes Augusto de Arruda Postigo e Marisa Gesteira Fonseca, que me permitiram guiar seus primeiros passos nas trilhas e barrancos do Alto Juruá e dividiram comigo a experiência fascinante de trabalhar no treinamento dos Monitores Sócioambientais da Reserva.

Gostaria de agradecer também à querida amiga e historiadora Dalila Zanon, que teve que conviver com meus erros, meus receios e dúvidas, e minhas tantas manias domésticas, me ensinando um pouco da sua coragem para enfrentar sem muitos rodeios a vida.

Aos meus pais, Mário e Dilce, que puderam conviver com compreensão tantas distâncias e depois novamente me acolheram nos momentos finais da elaboração deste trabalho, dando-me um suporte material e emocional que somente os pais sabem proporcionar.

Aos meu irmão Célio, que há anos me permite uma dedicação tranquila aos estudos, dando todo o respaldo financeiro à família.

À minha irmã Cíntia, pela imensa paciência em revisar várias versões deste trabalho e por ter me presenteado com a notícia de um futuro sobrinho (ou será sobrinha?), trazendo-me uma alegria renovada para os momentos finais da elaboração deste trabalho.

Ao Pedro, namorado e amigo, que através de cartas e mais cartas recebidas com meses de atraso, mostrou-me que há sentimentos preciosos que realmente não têm tempo nem distância.

Muito obrigado a todos

PREFÁCIO

A Amazônia, deste há muito tempo, suscita discussões e debates sobre seus mistérios e seu futuro. Paraíso ecológico ou inferno verde, foi palco para sonhadores e aventureiros, projetos privados e governamentais, pequenos ou faraônicos, genocídios indígenas, experiências de ecologistas e geneticistas, e ao mesmo tempo cenário para o abandono absoluto.

Indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos, as populações que vivem nessas grandes áreas florestais, repletas de mosquitos, água pura, caça e pesca, dificilmente foram consultadas pelos governos e órgãos financiadores desses tantos projetos. Só recentemente elas passaram a ser ouvidas, isto porque elas mesmos se fizeram ouvir, a custa de muitas lutas.

A idéia das reservas extrativistas é mais uma dessas idéias que procuram definir uma *vocação* para a Amazônia.

Não é a única alternativa, e talvez não seja a melhor.

Dentre tantos outros projetos, este tem uma característica especial: foi proposta e concebida pelos próprios moradores amazônicos, especialmente os seringueiros.

Os seringueiros trabalham e vivem na Floresta Amazônica há mais de um século. Vários vieram para os seringais da floresta no final do século passado e início deste, pressionados pela seca do Nordeste, ou pela propaganda de que junto com o leite da seringueira jorrariam rios de dinheiro. Outros vieram no período da Segunda Guerra, eram muitas vezes os pobres do Nordeste, mas também os valentes “soldados da borracha”, acreditando que tinham uma missão importante para cumprir para o país, além do dinheiro que iriam receber. Seu Antonio de Paula, hoje presidente da Associação dos moradores, conta que na cidade em que morava, no Ceará, em 1943, havia um cartaz em que o seringueiro trabalhava junto à

seringueira montado numa motocicleta, veículo que até então ele nunca tinha visto.

Expulsando índios, casando com índias e muito aprendendo com eles, esses seringueiros atravessaram períodos áureos da economia da borracha e todas as suas sucessivas crises, fruto das plantações asiáticas e do desenvolvimento da indústria de materiais sintéticos. Sofreram sob a “sujeição” dos patrões e viram o país perder cada vez mais o interesse por aquele produto que escorria das árvores e do seu suor, que outrora fora tão importante.

Mesmo assim esses seringueiros permaneceram sempre na floresta e diante da iminência de perdê-la para fazendeiros ou especuladores, resolveram eles próprios sonhar, fazer seus projetos, errar, acertar.

Inspirados nas reservas conquistadas por seus amigos-inimigos índios, conceberam as Reservas Extrativistas, criadas como uma alternativa econômica, política e social para áreas interesse ambiental e onde há moradores que se utilizam da floresta para viver.

Se será ou não uma alternativa realmente viável e exemplar para essas áreas ainda é uma incógnita. Dificuldades existem sob todos os pontos de vista: econômico, político, social, cultural, ecológico.

As Reservas Extrativistas, assim como foram concebidas pelo movimento dos seringueiros e aprovada pelos órgãos governamentais, têm como objetivos principais:

- a conservação dos recursos naturais,
- o desenvolvimento sustentável com justiça social e
- a participação das comunidades nas suas decisões.

Isso significa que nessas Reservas Extrativistas deveria ocorrer um desenvolvimento econômico socialmente justo, a partir dos desejos de uma

população tradicional organizada, sem prejudicar o meio ambiente para as gerações futuras.

Realidade ou utopia? Não há consenso.

Carlos Aragón Castillo resume algumas críticas e elogios referentes às Reservas:

- Para alguns biólogos, a preservação ambiental é necessariamente inconciliável com a presença humana.

- Para alguns autores, o extrativismo, por sua fragilidade, não pode ser uma alternativa econômica para o desenvolvimento, gerando normalmente relações de dependência e exploração entre os produtores, e no caso de um aumento de preços, a pressão sobre os recursos redundaria em sua degradação.

- Por outro lado, há biólogos que demonstram que a biodiversidade total de uma área tradicionalmente habitada por populações extrativistas e ribeirinhas pode ser excepcionalmente alta. (Castillo, *in* IUCN, 1995:21a22)

- E há autores que como Mary Allegretti, que consideram que "(...) desde que foi aberto o debate sobre as alternativas ao desmatamento das florestas tropicais, não surgiu outra proposta que, de forma tão contundente, expressasse o conjunto de parâmetros necessários para se estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação na definição de uma política para a Amazônia" (citado por Castillo *in* UICN, 1995: 49).

Em meio a desconfianças e fascínio por essa conquista dos seringueiros é que iniciamos a nossa participação no projeto de pesquisa intitulado "É Possível Populações Tradicionais Gerenciarem Áreas de Conservação Ambiental ?", projeto interdisciplinar, financiado pela Fundação Mac Arthur e coordenado pelo Prof. Dr. Mauro W. B. Almeida, pela Profa. Dra. Manuela Carneiro da Cunha e pelo Prof. Dr. Keith Brown Jr. A proposta desse projeto era analisar a viabilidade, ou não, das Reservas Extrativistas, tomando como exemplo a primeira oficialmente

implantada no país, a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Brown, Almeida & Cunha, 1994).

O trabalho que ora apresentamos é fruto da participação nesse projeto e outros que se seguiram a este¹, que também tiveram como objetivo estudar essas populações tradicionais na tarefa de cumprir as propostas do desenvolvimento sustentável e a justiça social de forma participativa.

Dentro desses projetos tivemos a valiosa oportunidade de realizar várias tarefas diferenciadas, incluindo pesquisas antropológicas, aplicação e codificação de um *survey* sócio-econômico e elaboração de relatórios. Ministramos aulas para moradores, aprendemos a trabalhar com burocracias de um projeto, participamos de encontros e uma assembléia locais, trabalhamos na criação de um Plano de Desenvolvimento para a Reserva, além do privilégio de termos uma equipe de professores e alunos de diferentes áreas discutindo as mesmas questões.

Nesse contexto de vários estudos e perspectivas, procuramos nos deter na discussão da organização política dos seringueiros e até que ponto seriam eles capazes de cumprir as tarefas democráticas a que se propuseram. Esse trabalho então, insere-se num conjunto de outras discussões sobre aspectos diferentes da Reserva, dando-nos a liberdade de realizar um estudo parcial que deve ser comparado e contrastado com outros trabalhos².

¹ Em seguida participamos de projetos também interdisciplinares financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Center International for Forest Research (CIFOR)

² Na área das ciências humanas pode-se destacar os trabalhos de Mauro W. B. Almeida citados na Bibliografia. Há uma tese de doutorado defendida na USP por Cristina Wolf e uma em fase de preparo da antropóloga Mariana Pantoja Franco na Unicamp. Também estão sendo finalizadas na Unicamp as teses de mestrado de Andréa Martini e Maria Gabriela Jahnke Araújo, além dos trabalhos de iniciação científica de Alexandre Goulart de Andrade e de Augusto de Arruda Postigo.

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é discutir a questão da democracia em áreas rurais brasileiras e em particular nas florestas convertidas em Reservas Extrativistas.

Partimos das análises na literatura sobre as formas “atrasadas” de vida política rural como o clientelismo, o assistencialismo e o coronelismo e que são vistas como entraves para a democracia. Apresentamos em seguida resultados da pesquisa de campo realizada na Reserva Extrativista do Alto Juruá, vista como uma experiência de democratização.

O enfoque do nosso trabalho é inspirado em autores como Marx, Weber e Gramsci que se preocuparam com mudanças da estrutura da sociedade, e nosso interesse é entender como as mudanças políticas se dão a partir de processos locais (cf. Vincent, 1994; e também Schmink & Wood, 1992).

O Problema: As Reservas Extrativistas e a Democracia

Após encontro realizado em Brasília em 1985, o recém-fundado Conselho Nacional de Seringueiros lançou a idéia de criar Reservas Extrativistas como a reforma agrária que os seringueiros queriam. Em 1986, decidiu que o território das Reservas Extrativistas deveria ser propriedade da União, a ser explorado exclusivamente pelos seus residentes tradicionais (Almeida: 1992, 306), em regime de concessões coletivas de uso.

Mais tarde, introduziu-se a noção de que Associações poderiam co-gerir as Reservas, orientando-se por um Plano de Uso estabelecido em assembléia, que definiria as regras do gerenciamento dos recursos florestais de maneira sustentável. Legalmente, o IBAMA (Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através do CNPT (Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) é responsável pela gestão das Reservas, em co-gestão com organizações locais, e com o Conselho Nacional dos Seringueiros.

A criação das Reservas trouxe desafios completamente novos para os seringueiros, como consta por exemplo, no documento aprovado no Segundo Encontro Nacional dos Povos da Floresta (Rio Branco, Acre, em 31/03/94), e no qual o Conselho Nacional dos Seringueiros defende a

“participação no processo de discussão pública de todos os projetos governamentais nas florestas habitadas por índios e seringueiros” e participação na construção de “modelos de desenvolvimento que respeitam o modo de vida, as culturas e tradições dos Povos da Floresta, sem destruir a natureza e melhorando a sua qualidade de vida” (Wagner, 1993: 9).

Em 1989 foi criada no Alto Juruá a primeira Reserva Extrativista subordinada a esse conceito e vinculada ao IBAMA. E em 1991 foi aprovado em assembléia um Plano de Uso formulado pelos moradores, com regras para a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável.

Na prática, é a Associação que tomou a iniciativa de resolver os vários problemas a enfrentar, numa área de floresta com alta dispersão entre os moradores - baixa alfabetização, problemas de saúde, mobilização e produção. Por outro lado, a Associação foi capaz de vincular-se a diversos atores externos, governamentais ou não. Por outro lado, existem políticos nos níveis municipal e estadual, além de antigos patrões, arrendatários e proprietários que costumam valorizar o tempo em que os antigos patrões podiam fazer a assistência aos seringueiros.

Vale dizer que essa proposta de Reservas Extrativistas, onde o desenvolvimento sustentável, a democracia e a justiça social deveriam

caminhar juntos, é ainda uma experiência. Não há comprovação de que isso é realmente possível. Na prática, nem sempre o Plano de Uso é respeitado. As alternativas de comercialização próprias dos seringueiros encontram sérias dificuldades gerenciais. A economia extrativa atravessa uma crise de mercado, que alguns seringueiros atribuem à própria criação da Reserva. Apesar disso, há uma parcela significativa de seringueiros que acredita que a construção de uma Associação dos moradores forte trouxe uma era de liberdade para o povo local.

A visão de observadores externos é ilustrada pela seguinte afirmação:

“O fortalecimento das instituições locais é um dos meios para resolver os problemas de ação coletiva com que se defronta a coletividade dos moradores da Reserva. (...) É a instituição apropriada para representar a população local no relacionamento com instituições governamentais e privadas, obtendo, canalizando e administrando recursos financeiros e humanos, infra-estrutura, conhecimentos e apoio político. Finalmente, a ASAREAJ é a instituição local apropriada para representar democraticamente a comunidade de residentes, tomando decisões e dirimindo conflitos em proveito do interesse coletivo, (...) e estabelecendo metas de justiça” (Brown, Almeida e Cunha, 1994: 17).

O nosso problema inicial consistia em saber em que medida as novas organizações de poder local - nucleadas na Associação de Seringueiros e Agricultores - funcionavam de fato como organizações democráticas.

As atribuições dessas organizações locais seriam promover o desenvolvimento sustentável com justiça social e participação democrática dos moradores, e ao mesmo tempo assegurar a conservação ambiental.

Essas metas são a rigor utópicas. Entre elas, a meta de justiça social e de participação democrática dos moradores na vida da Reserva foi

tomada como foco da minha pesquisa. Toda a bibliografia sobre poder política indicava, ao contrário dessa meta, que em áreas rurais e tradicionais domina o paternalismo, o assistencialismo e o coronelismo. Será que a experiência da Reserva poderia apontar para uma maneira diferente de ver a democracia nessas áreas?

A tese aqui defendida é a de que a implantação de Reservas Extrativistas é um exemplo de esforço de democratização da sociedade por iniciativa de uma população marginal de seringueiros e agricultores. Também argumentamos que esse esforço se baseia não apenas em idéias importadas através de ecologistas e pesquisadores, mas em práticas presentes no cotidiano da população florestal que contrariam a idéia de passividade presente em grande parte da literatura.

A pesquisa de campo



filhote de jacamim criado na colocação Cachoeira do Lago

(foto de Marisa Gesteira Fonseca)

O trabalho de campo foi realizado como parte de uma pesquisa coletiva sob a coordenação de Mauro Almeida. Foram realizadas três viagens de campo³. Na primeira etapa da pesquisa passei cinco meses (de agosto de 1994 a dezembro de 1995) morando e compartilhando da vida, dos afazeres, das festas, enfim, do cotidiano de casas em três colocações. No último mês (em janeiro de 1995), participei de um *survey* com 250 famílias (de 25 a 30% das moradias da Reserva). Na segunda viagem, durante o mês de janeiro de 96, fiz um retorno às colocações anteriormente

³ A primeira pesquisa de campo foi financiada pela Fundação Mac Arthur, as pesquisas seguintes foram financiadas pela FAPESP, e pelo convênio entre a Unicamp e o CIFOR (Center International of Forestry Research) e para a última pesquisa, também recebemos apoio do CNPT-IBAMA.

visitadas, procurando perceber as mudanças e permanências nas suas estratégias políticas, sociais e econômicas. Na terceira viagem, em fevereiro de 97, revisitei os mesmos locais onde iniciamos a pesquisa, e também mais de 20 outras colocações em diferentes regiões da Reserva, dentro de um projeto de educação de monitores sócioambientais. Voltamos à Reserva ainda em janeiro de 98, coordenando agora uma equipe voltada para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para a Reserva em conjunto com a população e para novo treinamento com os monitores.

Os membros da equipe de pesquisa atuaram separadamente em distintas áreas da Reserva. Os locais da minha pesquisa foram definidos em reuniões com o prof. Mauro W. B. Almeida e a antropóloga Mariana Pantoja Franco, ambos acompanhando há vários anos a realidade local. Uma das escolhas foi que eu realizaria estudos entre os moradores do rio Amônia, onde vinham sendo notado vários conflitos em torno do Plano de Uso, e onde atuavam marreteiros e políticos locais. Outra escolha foi o igarapé Manteiga. Contrariamente ao Amônia, que é um afluente navegável e que desemboca na Vila Thaumaturgo que é a sede do município, o Manteiga é um igarapé de acesso muito mais difícil. Enquanto do rio Amônia se atinge a sede municipal (já fora da Reserva) em menos de um dia de canoa, a partir do rio Manteiga é preciso um ou dois dias de caminhada e dois ou mais dias de canoa, tempo que pode aumentar em períodos de menos chuvas, quando os rios tornam-se mais dificilmente navegáveis.

Outro aspecto interessante que diferencia essas duas áreas é econômico. Enquanto o igarapé Manteiga é um local tradicionalmente voltado para o corte da seringa, o rio Amônia tem uma economia mais flexível, sendo realizada a produção de borracha e também a produção agrícola, devido ao acesso mais fácil às regiões comerciais. Alguns moradores também trabalham no Peru, há algumas horas de caminhada, na extração de madeiras.

Na pesquisa de campo, vários problemas chamaram minha atenção, mas decidimos priorizar as formas de relações de poder desenvolvidas entre as casas, as colocações e os outros poderes que agem no local. Percebi que a Associação e o IBAMA não eram os únicos atores políticos institucionais presentes, mas havia a presença de marreteiros, antigos seringalistas, prefeito, vice-prefeito, deputado, vereadores, pequenos fazendeiros, que disputavam, ideológica e materialmente, o poder local.

No ano de 1995 trabalhei nos relatórios de campo e na codificação dos dados do *survey*, tarefa esta realizada junto ao Centro de Estudos de Opinião Pública do IFCH (CESOP), na Unicamp, sob orientação dos professores Raquel Meneghello e Fernando Lourenço.

Nesse mesmo ano elaboramos um projeto de iniciação científica, aprovado pela FAPESP, onde começamos um estudo bibliográfico sobre a organização política em áreas rurais do Brasil, estudo que permitiu a elaboração do Projeto deste Mestrado, depois financiado pelo CNPq.

Posteriormente, a partir dos cursos do mestrado, notamos que a discussão sobre a co-existência de formas de poder “atrasadas” e “modernas” no Brasil vinham desde o século passado, sendo considerado um problema ainda atual, longe de ser um problema específico daquela área de pesquisa, o que nos trouxe ao debate mais abrangente sobre as formas de organização política no meio rural.

Resumo

O texto seguinte está dividido nos seguintes capítulos. O Capítulo 2 traz uma revisão dos estudos sobre poder em áreas rurais. O Capítulo 3 apresenta versões sobre a história da criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, focalizando a articulação entre conflitos internos e políticos locais, de um lado, e agentes externos e líderes do movimento de outro. No Capítulo 4, apresentamos uma descrição da vida local a partir do trabalho de campo realizado no rio Amônia e no Rio Manteiga, na bacia do Alto Rio Juruá. Finalmente, o Capítulo 5 trata de processos locais e as relações

com as instituições e agentes externos. Nas Conclusões, argumentamos que há uma experiência democrática em andamento, embora não tome a forma esperada a partir de modelos formais definidos.

CAPÍTULO 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Problema do Poder Local no Brasil

Introdução

Neste capítulo, fazemos uma discussão bibliográfica sobre a questão do poder local no Brasil e em áreas amazônicas, que podem auxiliar a discussão sobre a realidade atual da organização política da área pesquisada.

Muitos autores, desde o final do século passado, procuraram compreender a existência e a permanência no Brasil de certas formas de poder consideradas atrasadas, como a dominação tradicional, o coronelismo, o clientelismo, geralmente citadas como entraves ao desenvolvimento econômico, social e político do país. Em vários casos, percebe-se que temas e conclusões de autores atuais são recorrentes e remetem a análises anteriores, que vêm desde o século passado. Apresentamos aqui um panorama dessas visões, orientado para os problemas encontrados no trabalho de campo.

O atraso político e as impossibilidades para a democracia

Após a República, muitos estudiosos observaram que havia uma diferença entre a visão de um país independente, com leis baseadas nos princípios mais “modernos” da política européia, e a realidade pobre e “atrasada” da população nacional. Uma das teorias mais recorrentes nesse período, se referia ao problema da “importação” de idéias, leis e discursos, que estavam completamente distantes da nossa realidade. Um outro tema

dizia respeito às dificuldades para a existência de um povo organizado frente as condições históricas sociais, políticas e econômicas.

Em 1877, Tobias Barreto já afirmava que "o povo brasileiro (...) é coisa apropriável, se não apropriada", referindo-se aos potentados que contavam os votos de cidades nordestinas como se estas fossem "filiais de suas fazendas" (Barreto 1977: 179-80). Outros retomaram essa tese.

Para Gilberto Amado, por exemplo, "povo propriamente dito não o temos"; excetuando-se alguma parcela culta da população das cidades, a maioria rural seria "ainda incapaz de exercer seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, deveres cívicos que lhes incumbem" (Amado:1981:59).

Pode-se dizer que Paulo Prado introduziu uma explicação cultural para a ausência de um "povo propriamente dito" no Brasil. Ele atribuiu a ausência de espírito público à colonização portuguesa que trouxe consigo a "tristeza" que, combinada à "cobiça" de indivíduos particulares, não permitiu a criação de um espaço público, que poderia surgir se houvesse em nossa história uma revolução (Prado, 1928: 213-214). Ainda que de uma maneira diferente, e em outros contextos, o tema da explicação cultural foi bastante reutilizado como uma das explicações de nosso atraso político.

Oliveira Vianna acentuou a distância entre a realidade do "direito costumeiro" e as nossas leis oficiais. O autor considerou que a república liberal do Brasil era formada por um conjunto de instituições de direito público, expressas na Constituição, artificialmente implantadas no país. Para o autor, essas instituições estariam fadadas ao "fracasso", por serem importadas de países com uma outra história e cultura (Vianna:1987, 146).

A nossa população não teria tido uma história como a da Inglaterra, por exemplo, que antes da Revolução Francesa, era organizada localmente

na forma de “aldeias agrárias”, verdadeiras “escolas de democracia”, local privilegiado para o que o autor chama de desenvolvimento do “espírito público” (Vianna: 1987, 145). No Brasil, ao contrário, nossa população isolada e dispersa seria comandada pelos senhores de engenho, aristocratas e grandes cafeicultores, que do alto de seus domínios decidiam os destinos de todos (Vianna: 1987, 114). É o senhor de terras que concentra a riqueza, o poder e o prestígio da sociedade: “toda a história política tem nele sua força motriz, a causa primeira de sua dinâmica e evolução” (Vianna: 1938, 178). O latifúndio, com sua economia fechada, permite o isolamento da população em torno da fazenda, onde o solar é o mundo e “tudo é como se não existisse a sociedade” (Vianna: 1938, 44).

Para o autor, nessa organização social baseada no latifúndio a única solidariedade possível foi a solidariedade de clãs (Vianna:1938, 219). A visão política do Brasil estaria limitada, então, por um “regime de clãs”, reino do coronelismo, do clientelismo e do favoritismo dos grupos de parentela, sendo que qualquer importação de instituições democráticas redundaria num inevitável “personalismo” (Vianna:1987, 145).

Se traduzirmos o “regime de clãs” por grupos de parentesco, vemos que esse problema continua vivo nos estudos da organização rural brasileira, assim como outros pontos desenvolvidos por esse autor, antecipando os estudos antrropológicos do poder local.

Oliveira Vianna nos remete também à questão do assistencialismo, hoje considerado ponto importante na manutenção de formas tradicionais de poder. Na Inglaterra, novamente o contra-exemplo preferido de Oliveira Vianna, o Estado teria surgido “espontaneamente” das necessidades das suas “aldeias agrárias”, que com o tempo criaram instituições públicas para resolver conflitos internos e problemas de defesa associados ao aumento da população. No Brasil, ao contrário, isso seria impossível, pois

foi o latifundiário sempre supriu as necessidades de proteção policial, assistencial e jurídica.

Tentando entender essa relação entre poder público e privado, Nestor Duarte concorda em vários pontos com Oliveira Vianna. Para Duarte, a organização familiar do latifúndio no Brasil foi a “(...) única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu” (Duarte 1966: 64). Essa organização privada foi a responsável, durante muito tempo, pela “função procriadora”, a “função econômica” e a “função política” do país (Duarte, 1966:67).

Os homens livres existentes não conseguiram obter autonomia pela necessidade de se envolverem nos “laços de sujeição econômica e da proteção moral e política” dos senhores rurais, que seriam características típicas do clientelismo brasileiro (Duarte, 1966:82). Essa proteção mais uma vez mostra que a sociedade brasileira, “(...) indisposta ao fenômeno político, pôde caminhar prescindindo do poder do Estado” (Duarte, 1966:93).

Esses autores acentuaram o confronto entre, de um lado, um Estado tentando se constituir e por outro lado uma população que prescindia dele, ou que negava essa organização centralizada, racional e burocratizada. Em termos weberianos, haveria um entrave na passagem de um Estado tradicional patrimonialista para um Estado moderno, ponto também desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (Holanda, 1973).

Caio Prado Jr. enfatiza o papel das condições materiais como limitações para o desenvolvimento de formas mais democráticas de poder. Para ele, as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo no Brasil não estavam suficientemente desenvolvidas para a existência de um regime democrático; conviveríamos com formas atrasadas de poder, porque as classes populares ainda “(...) não se encontram politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações, nem as condições objetivas

do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação política e social” (Prado Jr. 1947: 94).

Estado e coronelismo

Pode-se dizer que Vitor Nunes Leal introduziu uma nova perspectiva nos estudos de poder local, negando a idéia de um conflito entre o coronelismo e o Estado, ou entre atraso e modernização. Vitor Nunes Leal, analisando a chamada “Primeira República”, observa que paradoxalmente, quanto mais se fortaleceu o poder público no Brasil, mais se rejuvenesceu o poder privado do coronel (Leal, 1975:255). Ao contrário do que se esperava, um Estado forte como o “Estado Novo” de Getúlio Vargas, não havia sido capaz de minar as bases desse poder tradicional.

Discordando de autores citados anteriormente, para Victor Nunes Leal a dominação política tradicional, que ele resume no coronelismo, não pode ser explicada pela histórica ausência de “espírito público” do nosso povo. Coincidindo nesse ponto com Caio Prado Jr., segundo a visão de Nunes Leal o poder do coronel deveria ser entendido a partir das “condições objetivas” da nossa sociedade, isto é, a partir de uma base material. O coronel só pode se legitimar por suas riquezas, seu prestígio, sua capacidade de trazer um retorno material aos seus dominados, na forma concreta de bens públicos, como escola, igreja, ferrovias, etc, a partir de sua “base de sustentação”, que é a propriedade concentrada da terra. (Leal, 1975: 36).

Por outro lado, Vitor Nunes Leal afasta-se da interpretação de Caio Prado Jr ao afirmar que o coronelismo não pode ser compreendido apenas a partir da relação entre os latifundiários e seus agregados, e também a partir da relação entre esses latifundiários e um Estado em fortalecimento. O coronel, para realizar “favores” à população, necessita de bens que nem sempre ele pode dispor (Leal, 1975:35). Por sua vez, o poder público, na forma representativa, necessita dos votos da população dispersa no campo, e que o coronel pode mobilizar. Funda-se assim, um “compromisso

fundamental” entre o coronel e os representantes do Estado (Leal, 1975:20). O coronel e seus chefes municipais controlam os votos, e o poder estadual contribui com verbas, empregos, apoio policial etc. (Leal, 1975: 43)

O lado mais fraco desse compromisso, a grande massa de trabalhadores rurais do período, na sua situação de “pobreza, ignorância, abandono” só poderia considerar o coronel na “conta de benfeitor”, pois é “(...) dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência reconhece” (Leal, 1975:24-25), votando, em troca, naqueles recomendados pelo seu senhor (Leal, 1975: 35).

Persistência do atraso político

Para Nunes Leal, as possibilidades de mudança somente seriam possíveis a partir do incremento do desenvolvimento industrial capitalista, que teria condições de estar “corroendo” a organização econômica e social na qual se baseia o coronelismo (Leal, 1975: 256). Mas as bases do compromisso entre clientelismo e Estado moderno mostraram-se capazes de sobreviver até os dias de hoje. Vários estudos têm apontado que, diferentemente do que poderia ocorrer em outros países, o nosso capitalismo não tem sido capaz de alterar aquelas formas políticas atrasadas.

Nesse sentido, Florestan Fernandes, estudando a formação da nossa burguesia industrial, percebeu que ela não se desenvolveu como uma força em oposição à antiga aristocracia rural. Ao contrário, esta lhe serviu de trampolim, permitindo a conformação de um “Estado-amálgama” (Fernandes, 1987:68), fazendo com que “(...) vários focos de desenvolvimento pré ou sub capitalistas, mantenham, indefinidamente, estruturas sócio-econômicas e políticas arcaicas ou semi-arcaicas” (Fernandes, 1987: 306).

Décio Saes vai mais longe nessa direção, afirmando que “(...) no quadro da problemática dos tipos de Estado, o coronelismo deve aparecer,

não como um fenômeno político indiferente às grandes transformações do Estado, e sim como um conjunto de práticas só possíveis num tipo determinado de Estado, e funcionais tão somente para esse tipo de Estado: *o Estado burguês ou capitalista*” (Saes 1994: 79). Isso, porém, afirma o mesmo autor, em determinadas condições especiais, onde se mantenham, “relações de produção pré-capitalistas” e “relações de dominação e dependência pessoal” (idem: 89).

Para José de Souza Martins em estudos sobre as regiões de fronteira, as relações sociais e de produção nesses locais “são predominantemente relações não-capitalistas de produção, mediadoras da produção capitalista do capital” (Martins: 1997, 185).

“(...) aparentemente persistem componentes de relações de trabalho servis do passado, que não foram totalmente abolidas ou superadas. E não foram porque suas condições de reprodução também persistem. Entre elas, uma certa cultura da servidão e da dependência pessoal que ainda se difunde entre as populações pobres do campo e da cidade” (Martins, 1997: 110)

Depreende-se daí que formas políticas atrasadas estariam ligadas a um capitalismo em desenvolvimento, mas não completamente desenvolvido - contendo por assim dizer *bolsões* pré-capitalistas, onde estruturas de poder clientelistas, coronelistas e assistencialistas, teriam um campo fértil de atuação.

Ibarê Dantas, com bases em estudo num município de Sergipe nos anos 80, demonstrou que de alguma forma os antigos coronéis tanto vão ocupando os espaços “racionalizados” do Estado, como as posições de comando “capitalista” da nova ordem (Dantas 1987: 45-82).

Em outras palavras, os coronéis não dependem de bolsões pré-capitalistas para atuar. Mesmo numa situação de capitalismo desenvolvido e com a presença de um Estado racional e burocrático, aquelas formas

antigas de poder permanecem como práticas políticas arraigadas na sociedade. No mesmo sentido, Elisa Pereira Reis, num estudo no interior de Minas Gerais também na década de 80 percebe que, apesar da substituição dos tradicionais líderes coronelistas por políticos eleitos, as relações ainda se desenvolvem na base de compromissos e favores, reproduzindo as mesmas relações clientelistas (Reis 1988: 215).

Vemos assim que, se para alguns autores, o coronelismo, o clientelismo e o assistencialismo permaneciam na sociedade brasileira devido à coexistência de relações sociais não-capitalistas *funcionais* ou não para o capitalismo, para outros é a desigualdade social extrema no país, fruto do próprio capitalismo, que não proporciona condições para formas mais democráticas de poder.

Em estudos mais recentes, essa desigualdade exacerbada no interior do capitalismo brasileiro caminha ao lado de uma cultura não democrática vinda do nosso passado, que permanece como por inércia. Teresa Sales, por exemplo, utilizando-se da análises de Roberto Schwarz sobre a “categoria do favor como a mediação fundamental entre as classes” (Sales, 1994:29), afirma que há uma “cultura da dádiva”, presente na sociedade rural brasileira, que é a “expressão política de nossa desigualdade social” (Sales, 1994: 26). Conforme Sales, “seria a *continuidade* de padrões de mando e subserviência associados à cultura política da dádiva, mesmo quando as bases materiais de sua existência se redefiniram no espaço social” (Sales, 1994: 34). Francisco de Oliveira demonstra como a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores rurais foi considerado por estes como uma “dádiva”, “nos mesmos termos que a ‘proteção do latifúndio’ operava” (Oliveira, 1994 : 43).

O estudo antropológico de Marcos Lanna enfatizou precisamente a categoria da dádiva no contexto dos sistemas de poder local. Para o autor a própria “lógica do mercado se encontra embebida de uma lógica inclusiva,

englobante” baseadas nas relações de dádiva (Lanna, 1995:123). Nas relações com o Estado, o autor verifica como a Carteira de Trabalho no Nordeste, “ que em princípio, de acordo com a lei, deveria ser um direito individual, tornou-se na prática uma dádiva (...)” (Lanna, 1995:130).

Em alguns estudos, é no momento das eleições que esses poderes tornam-se mais presentes, por isso a questão do voto continua sendo analisado, seguindo a mesma preocupação já salientada por Vitor Nunes Leal.

Moacir Palmeira, analisando a política local em cidades do Nordeste, observa que o “mandonismo exclusivista” de um único chefe político já não era tão marcante, e sim a presença de uma divisão bipolar entre duas facções ou partidos que, “(...) permanece forte, formulada muitas vezes como uma espécie de marca registrada da política em áreas ‘rurais’ ou ‘atrasadas” (Palmeira, 1992:38). Essa divisão bipolar não permanece fixa na localidade; ao contrário, elas se cristalizam no tempo das eleições, no chamado “tempo da política”. Nessas regiões, “(...) boa parte da arte do político consistirá em conseguir adesões mediante compromissos criados por sua própria ação no tempo da política, isto é, criados na própria campanha. Por aí se pode pensar a distribuição farta de diferentes tipos de bens - do dinheiro ao colchão - , que marca as disputas eleitorais no interior. O recebimento de um bem material, no ‘tempo da política’, tanto quanto o de um serviço pensado como favor ou ajuda, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato que o doou”, sendo que “o recebimento de um bem leva o eleitor a votar ‘naturalmente’ no seu doador” (Palmeira, 1992: 39 e 40). Paulo Henrique N. Martins também salienta que o “voto de cabresto” tem progressivamente cedido lugar ao “voto pago”. Nesses locais a presença de um único coronel não é tão forte, mas o poder continua sendo espaço apenas dos grupos tradicionais, que “obriga os coronéis a pagar em dinheiro o precioso voto” (Martins: 1985, 147).

Ao considerar a organização social do campo em todo o país, José de Souza Martins retoma uma das linhas clássicas de análise do tema da democracia rural no Brasil, afirmando que o “problema fundiário está no núcleo das dificuldades para que o país se modernize e se democratize”, sendo que esse sistema político se renova com o “capitalismo moderno”. (Martins, 1994: 13). Para Martins, a nossa “sociedade civil é dominada pelo Estado, que se baseia no “atraso” do “clientelismo e da dominação tradicional patriarcal, do oligarquismo”, problema que nem o movimento social conseguiu alterar. (Martins 1994: 14). Ocorreria no Brasil uma “política de favor”, entre eleitores e políticos locais e o Estado, impedindo que se perceba aquilo que é pertencente ao público e o que é privado (Martins: 1997, 20).

Os estudos de Lanna concordam com Martins, no sentido em que o capitalismo, “ao contrário do que tantos pensavam” provocou uma continuidade das relações de dívida (Lanna:1995: 183). O autor afirma, entretanto, que, mesmo sabendo que um bem foi obtido a partir de recursos públicos, a população “não obstante, considera tal ato como uma dívida pessoal” (Lanna, 1995:96). Para o autor, “hoje espera-se de prefeitos e órgãos estatais que sejam capazes de ‘dar assistência’, prestar favores que, tradicionalmente (...) eram esperados dos fazendeiros, como distribuir remédios, socorrer acidentados, oferecer transporte para cidades maiores, etc” (Lanna, 1995: 169-nota 5).

Marilena Chauí retoma outro dos temas clássicos nessa discussão ao afirmar que “não existe, no Brasil, a idéia, vinda da Revolução Francesa, de igualdade de direitos e igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e conserva: as relações de favor, tutela e clientela”. As condições materiais para isso estão na própria divisão de classes do capitalismo. Para essa autora, “ a polarização social se estabelece entre o pólo da carência absoluta e o pólo do privilégio absoluto. (...) A carência espera ser suprida pelo governante; o privilégio espera ser conservado pelos favores do

governante” (Chauí, 1994: 27-28). Nas eleições, frente a “impossibilidade de realizar a política democrática baseada nas idéias de cidadania e representação - esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo pedagogismo vanguardista” (Chauí, 1994: 27).

Conclusões

Resumidamente poderíamos dizer que na literatura considerada a permanência de formas clientelistas, coronelistas, assistencialistas, enfim, de formas “atrasadas” de poder, estiveram presentes no Brasil por vários motivos.

- As instituições políticas formais são democráticas, mas o povo é atrasado social e culturalmente e as instituições políticas reais não são democráticas.
- A base para isso era inicialmente a organização fundiária do país, na forma do latifúndio concentrador, conformando uma sociedade totalmente dependente de senhores da terra a quem incumbia prestar serviços dos quais o Estado não se encargava, para uma população que não desenvolveu capacidades políticas e culturais para decidir sobre seus destinos.
- Com o desenvolvimento do capitalismo, esse quadro político de privatização e personalização de bens públicos permanece devido à especificidade do capitalismo nacional, que permite a permanência de relações pré-capitalistas dentro do capitalismo periférico.
- Mesmo sob um capitalismo amplamente desenvolvido, as acentuadas desigualdades sociais do capitalismo nacional condicionam a continuidade de uma cultura política “do favor”, que se reproduzem culturalmente.
- Também após crescimento de um Estado burocratizado a população ainda considera o Estado como um patrão, fortalecendo políticas

baseadas 'no coronelismo, no clientelismo e no assistencialismo. Questões como a "política do favor", o "voto pago", independentemente do tipo de análise considerada, permanecem constantes em vários locais do país, seja nos "grotões" ou nas metrópoles, consideradas como impedimentos para relações de poder democráticas e participativas.

Essas análises mostram, portanto, as dificuldades de que a população possa a vir se tornar sujeito da sua própria história. Poucas vezes, como no estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os "homens livres na ordem escravocrata", acentuaram-se as dimensões de conflito e de lutas que atravessavam a sociedade. Essas dimensões aparecerão em trabalhos que buscaram recuperar movimentos sociais de contestação à ordem política vigente como os de Duglas Monteiro, no qual um movimento de feição messiânica é interpretado como uma revolta contra o sistema político local e contra os efeitos da modernização econômica (Monteiro, 1974).

Para outros autores, as características acima demonstram que mesmo quando grupos ultrapassam aquela "solidariedade de clãs", citada por Oliveira Vianna e se organizam em prol de seus interesses, permanece a "fragilidade dos movimentos sociais", nos dizeres de Chauí (Chauí, 1994:29). Associações locais, analisadas por Marcos Lanna, "(...) não assumem, assim, no caso brasileiro, o caráter de associações individualistas, sendo em verdade 'patronais', em sua prática e em sua forma de organização" (Lanna, 1994: 35).

Estudos sobre Poder Local na Região Amazônica

O Sistema do Aviamento

Em regiões amazônicas, as relações de trabalho foram durante muito tempo e em muitos lugares, expressas no “sistema de aviamento”.

Muitos estudos sobre o poder local na região amazônica enfatizaram as relações de trabalho e de comércio entre seringueiros e seringalistas. O aspecto crucial dessas relações é que, em áreas remotas da floresta, não era o controle concentrado da terra o aspecto crucial do sistema econômico, e sim o controle sobre o trabalho.

Em termos ideais, poderemos assim descrever a organização do seringal, sob o sistema de aviamento, baseando-nos em conversas com seringueiros e nas análises de Almeida (1992) realizadas no início dos anos 80:

- os seringalistas (mais conhecidos como “patrões”), eram considerados os “proprietários” das terras.
- esses seringalistas “arrendavam” as estradas de seringa, que são trilhas abertas na floresta acompanhando as árvores de seringueiras nativas. Os seringueiros pagavam uma “renda” pelo uso das estradas, em média 30 a 33 quilos de borracha por estrada arrendada, que normalmente eram duas.
- os seringueiros tinham o direito de morar nas “colocações”, clareiras abertas geralmente na beira de rios ou igarapés, onde poderiam construir suas casas, plantar alguns roçados ou criar pequenos animais. Essas colocações ficavam próximas das estradas de seringa arrendadas. Além das colocações, os seringueiros podiam caçar e pescar para a sua sobrevivência e de seus familiares na região entorno das estradas de seringa.

- Toda a borracha produzida deveria ser vendida nos depósitos pertencentes ao patrão (os chamados “barracões”). Que também vendia as mercadorias necessárias à vida dos seringueiros na floresta, como equipamentos de trabalho, munição para a caça, sal, açúcar, sabão, etc. Pouco dinheiro circulava (e circula atualmente) no seringal. Era uma economia não-monetarizada onde a unidade monetária eram os quilos de borracha.

- Além do “barracão”, o comércio também era realizado por “marreteiros”, comerciantes moradores da região que levavam suas mercadorias a diferentes colocações e trocavam por borracha. Além destes haviam os “regatões”, comerciantes que moravam geralmente nas cidades ribeirinhas, que com seus barcos levavam e traziam mercadorias. Esse comércio paralelo em princípio não era permitido, porque os seringalistas detinham o monopólio comercial da borracha, mas dependendo do contexto eles eram mais ou menos tolerados. (Cf. Almeida, 1992).

- Na região do Alto Juruá, havia um barracão central, localizado na Foz do Tejo, que centralizava a venda de outros pequenos barracões ligados à este localizados, como na Foz do rio Bagé, na Restauração, no Riozinho, na Foz do Manteiga, etc.

- Além de seringueiros e patrões, no seringal haviam alguns empregados: os chamados “gerentes”, responsáveis pelo recolhimento da borracha e da venda de mercadorias dos diferentes barracões. Havia outros profissionais como ferreiros, mecânicos e em alguns momentos alguns “mateiros”, que abriam as estradas acompanhando as árvores de seringa na mata e em alguns casos cuidavam da manutenção e do bom uso dessas estradas.

Esse sistema que ficou sendo conhecido por “escravidão por dívidas” (ver por exemplo Martins, 1997: 81) pois os seringueiros não conseguiam pagar suas dívidas, permanecendo sob o jugo dos patrões. Para João A. de

Paula, a relação entre seringueiros e patrões era baseada na “subordinação e dependência” (De Paula, 1980: 6). Celso Furtado, descreve o seringueiro como aquele que,

“Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão” (Furtado, 1972: 139).

José de Souza Martins assim define o sistema:

“O aviamento, tornou-se não só o regime de exploração do trabalho, mas também um sistema de dominação política e de manifestação do poder social. Na verdade, ele passou a regular inteiramente as relações sociais dos trabalhadores nos seringais, do trabalho à festa. Ele se firmou como um modelo de relacionamento entre o trabalhador e o patrão derivado da dominação do tipo patrimonial” (Martins, 1997: 98).

O sistema de aviamento constituiria, segundo uma formulação mais econômica, um mecanismo para aprisionar a mão-de-obra escassa (Pinto, 1984: Silva, 1982).

A literatura sobre os conflitos sociais amazônicos até os meados da década de 80 enfatizou os conflitos envolvendo posseiros e grileiros, fazendeiros e migrantes. Seriam essas as categorias que manifestariam os conflitos essenciais na Amazônia, nas novas fronteiras onde migrantes livres enfrentariam o avanço de capitalistas especulativos para os quais a terra seria investimento especulativo. Exemplos são os estudos já clássicos sobre a fronteira amazônica de José de Souza Martins, Otávio Velho e outros. Quanto aos caboclos e seringueiros, situados para além dessa fronteira dinâmica, não se apontavam conflitos reais: os seringueiros, ao contrário dos posseiros migrantes, seriam uma categoria social sem futuro.

Estudos realizados no final da década de 70 e início da década de 80 começaram a alterar a visão do quadro social dos seringueiros. Mary Allegretti (1979 e 1989) chamou a atenção, em sua dissertação de mestrado, para a existência de greves de seringueiros reprimidas com violência nos confins da floresta. A obra da historiadora Barbara Weinstein (1983a, 1983b), apresentou um quadro social da amazônia onde pequenos patrões (o capital mercantil local) tinham conflitos com as casas exportadores (o capital financeiro internacional), e onde os seringueiros travavam conflitos com os pequenos patrões.

Os conflitos entre seringueiros residentes nas florestas e fazendeiros tornaram-se conhecidos nacionalmente após o assassinato do líder Chico Mendes, quando os seringueiros começaram a serem vistos como protagonistas das transformações políticas nas bibliografias (ver por exemplo, Schmink & Wood, 1992 e Silberling, 1991).

Os estudos de Mauro W. B. Almeida rejeitam as análises que situam o sistema de aviação como a aplicação geral da noção de “escravidão por dívidas” para todos os seringais em todas as épocas na Amazônia (Almeida, 1992). Analisando uma das situações de seringais de fronteira - o Alto Juruá - o autor descreve detalhadamente os sistemas de trabalho e comércio dos seringueiros, concluindo que não havia nem subordinação formal dos trabalhadores ao capital (em outras palavras, trabalho assalariado) nem subordinação real dos seringueiros à empresa seringalista (em outra palavra, integração do trabalhador a unidades produtivas modernas, que no caso seriam plantações) (Almeida, 1992:293-294).

Para esse mesmo autor, os patrões não conseguiram controlar o processo de trabalho dos seringueiros. Uma das formas de observarmos isto é que na região, os seringueiros alteraram a técnica da produção da borracha, sem a intervenção patronal. A técnica tradicional de produção da borracha era a “defumação”, processo em que o látex colhido das

seringueiras lentamente é colocado sobre fumaça até sua transformação em borracha. O novo processo consiste em colocar o látex numa caixa de madeira, adicionar gotas de um látex de uma outra árvore (o ofê) que acelera o processo de colagulação, endurecendo a borracha. Posteriormente a “prancha” produzida é levada a uma prensa para a retirada da água. Esse processo foi introduzido por uma família de seringueiros de um afluente do rio Tejo, no início dos anos 80 espalhando-se largamente por toda a região, em detrimento da oposição dos patrões quanto ao método (Almeida: 1992, 128).

A partir de dados de produção e de comércio, Almeida mostrou que havia no seringal estudado uma larga margem de negociações entre trabalhadores e patrões, refletindo-se em padrões variáveis de trabalho e em diferentes estratégias de produção (Almeida, 1992: 163).

Se no plano da produção os patrões não podiam controlar a rotina de trabalho de trabalhadores dispersos em grandes extensões de floresta, Almeida demonstra que tampouco os patrões podiam controlar o comércio de maneira total, mas apenas “parcialmente”, como demonstra a presença constante e conflituosa de marreteiros e regatões no local (Almeida, 1992, 126-127). Outra maneira de contornar o monopólio era o uso de rotas secretas nos fundos dos seringais por onde transitavam burros de carga trazendo mercadorias e levando borracha (Almeida, 1992: 126-127). Dessa maneira, os patrões não teriam sido capazes, pelo menos na área do Alto Juruá, de controlar o processo de trabalho, e teriam sido apenas parcialmente capazes de controlar o comércio.

Apesar disso, havia o problema da violência nessas regiões⁴.

O patrão poderia se utilizar do aparelho policial para obrigar os seringueiros a não venderem seus produtos a outros, violência que no

⁴ Michael Taussig estudou essa violência no início do século e Wilson Barp analisou a violência nos últimos 15 anos em tese de doutoramento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp “Cartografias da Violência”

período entre-guerras, na chamada "batalha da borracha", havia amparo legal. o "Contrato de Trabalho para Extração de Borracha", a "Carteira de Trabalho" dos seringueiros, obtida por Almeida com a data de 1945, assim se refere ao monopólio comercial:

cláusula 3a.: "Toda borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada e pela barraca ou porto que o seringalista determinar.

cláusula 4a.: A infração da cláusula anterior importa fraude sujeita a ação policial, inclusive apreensão do produto, e procedimento criminal que no caso couber."

Nos outros períodos, sabemos que essa era uma regra conhecida por todos. Toda borracha retirada do seringal pertencia ao seringalista, e em casos de venda clandestina, era permitido o uso da "ação policial", ainda .

Essas forças policiais, contudo, não podiam permanecer indefinidamente na floresta. E havia resistência contra ela - devendo-se lembrar que todo seringueiro possui uma ou mais armas de caça, e que tem um sentido de honra pessoal muito acentuado e identificado a sua casa na floresta.

Almeida, utilizando-se de conceitos gramscianos, considera que a relação política entre patrões e seringueiros, no início dos anos 80, e já sob a influência da organização sindical criada no fim dos anos 70, era um sistema de "hegemonia contestada", onde se combinavam a força da violência apoiada na polícia e no sistema judiciário, e a força ideológica apoiada em um "certo grau de consenso" (Almeida, 1992: 92).

Conclusões

Conforme salientaremos no capítulo 4, os moradores da Reserva se referem ao "tempo dos patrões" como um período em que havia a "sujeição", também chamada de "tempo do cativo". Concordamos com

Almeida, entretanto, que essa “dominação” ou “servidão”, conforme Martins e Furtado, pode ser relativizada pelos vários momentos em que haviam contestações, fatos relatados pelos seringueiros e que foram as bases para o movimento social que deu origem à Reserva Extrativista, que será discutida no capítulo a seguir.

Por outro lado, os seringueiros também se referem ao sistema de aviação como o tempo em que tinham a “assistência”, que era, entre outras coisas, o acesso às mercadorias do barracão. Concordamos então com Mikel Aramburu ao dizer que o assistencialismo era a base de legitimidade dos patrões, pois “sem assistência não há patronagem propriamente dita” (Aramburu, 1994: 91). Conforme nossa opinião, esse é um dos principais problemas que a Associação enfrenta atualmente, questão que será discutida no capítulo 4.

Para compreendermos essas questões atuais entretanto, é importante uma breve retrospectiva do movimento social dos seringueiros, que podem mostrar como essa “hegemonia” estava sendo “contestada” e como os seringueiros souberam lidar com a realidade anterior para a construção de seu futuro.

CAPÍTULO 3. A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA:

PROCESSOS INTERNOS E EXTERNOS

Uma História da Criação da Reserva: Processos Gerais

Introdução

Para percebermos as mudanças e as permanências que ocorreram no espaço público na região da Reserva Extrativista do Alto Juruá com a passagem da patronagem para a Associação, procuramos a seguir, levantar alguns episódios da história recente do movimento dos seringueiros, que deram origem à criação da Reserva.

Nossas análises se restringem a acontecimentos durante os anos 70 e 80, onde podemos perceber alguns momentos em que os seringueiros se recusam a acatar determinadas ações dos patrões, até a criação da Reserva, no início dos anos 90.

Esses episódios serão basicamente descritos a partir de depoimentos de alguns participantes desse processo, mas principalmente de conversas com o professor Mauro Almeida. Vale ressaltar que o professor Almeida torna-se aqui tanto o orientador deste trabalho, como um dos principais informantes dessa história, devido a sua importante participação nas diferentes fases desse processo, sendo durante vários anos assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros e pesquisador dos seringueiros do Alto Juruá desde 1982, cujos estudos são as nossas principais referências.

Consideramos que o texto a seguir é uma das possíveis versões dessa história, que também será contada através nossas próprias opiniões. Futuramente um de nossos objetivos é levantar a vasta documentação existente sobre o movimento dos seringueiros da região que ainda não foi

organizada e entrevistar os seus vários outros agentes. Acreditamos, entretanto, que essa versão merece um registro e que pode contribuir para nossas análises sobre o contexto político atual da Reserva.

Lutas Isoladas e a “economia moral”

A base dessas mudanças, pode ser vista a partir da perspectiva de que havia uma certa “idéia de justiça”, que regularia as relações entre seringueiros e patrões, delimitando as noções do que era o legítimo e o não legítimo (Almeida, 1992: 92).

Thompson critica o economicismo comum nas análises sobre as rebeliões na Inglaterra do século XVII contra o aumento dos preços. Para o autor, essas rebeliões devem ser vistas tanto ao contexto material, como em relação a:

“(...) uma idéia tradicional de normas e obrigações sociais, das funções econômicas próprias dos distintos setores dentro da comunidade que, tomadas em conjunto, pode dizer-se que constituíam a ‘economia moral’ dos pobres. Um atropelo a estes pressupostos morais, tanto quanto a privação em si, constituía a ocasião habitual para a ação direta.” (Thompson, 1979:66)

Na região, vemos que essa moralidade tinha regras próprias, confirmando os argumentos de que o patrão não era capaz de controlar os seringueiros tanto no caso do monopólio comercial como na questão da organização do trabalho (Almeida, 1992: 129).

Essa contestação da hegemonia local, pode ser observada nas questões ligadas ao comércio da borracha.

Vários moradores se referem aos diferentes momentos em que se recusaram a aceitar os preços impostos pelo barracão. Seu Leonardo, do Manteiga, diz que “brigar é coisa que a gente sempre tem o costume porque

o patrão também gosta de brigar com a gente”. “Eu não tinha medo de enfrentar”. “O patrão queria dar uma de bom para poder colher tudo do trabalhador”.

Seu Luís Bispo, atualmente agente de saúde da Reserva e importante líder na organização dos moradores do rio Amônia, contou-nos vários momentos em que, isoladamente, se recusou a aceitar o preço dos patrões. Um dos patrões, o Sebastião Correia, chegou a mandar três policiais em sua casa para expulsá-lo certa vez, porque ele se recusava a pagar a dívida, que ele considerava acima do que ele tinha realmente gasto. Nesse dia ele conta: “eu embrabei e disse que só vendia a preço justo”. Depois disso ele foi para outro seringal, mas nunca pagou a tal dívida que considerava injusta.

Seu Osvaldo morou com o pai numa colocação no Riozinho da Liberdade, nos anos 70, até que entrou um novo gerente. “Ele queria nos sujeitar, nos obrigar a comprar dele, mas era muito caro (...) dava para comprar em outro lugar.(...) Quem não se sujeitasse ele botava para fora (...) sujeito injusto, eu tive muita raiva dele. Aí o mateiro foi para lá para nos por para fora. (...) Meu pai ficou, mas eu vim embora por isso”. Nunca pagou a dívida e foi para o igarapé Manteiga, onde mora até hoje.

Na região de Xapuri, a não aceitação dos preços abusivos dos patrões também foi uma das primeiras formas de luta de Chico Mendes. Conforme seu depoimento: “até 1968 cansei de sair à noite levando companheiros que marcavam ponto com os marreteiros para vender sua borracha e comprar mais barato” (STR/CNS/CUT, 1989:14).

Durante uma das pesquisas de campo uma de nossas preocupações foi analisar a questão do grande número de mudanças das famílias, geralmente dentro da mesma região, de um igarapé ou rio para outro. Procurávamos saber se eram as expulsões dos patrões que provocavam a intensa migração. É difícil observar um motivo claro que possa ser generalizado. Há famílias que passam um ou dois anos num lugar, em

seguida mudando-se para outro, levando seus poucos pertences, à vezes buscando proximidade de um parente, ou de uma escola. Em alguns casos essas mudanças se dão após brigas com vizinhos, em busca de locais onde pudessem criar porcos longe de roçados alheios, alguns casos se contava que a mudança era porque a família tinha “se desgostado” do gerente ou patrão local. Poucos casos eram narrados de forma a dar a entender que havia ocorrido uma expulsão. Pode ser que seja apenas uma forma de contar, pois a invasão policial era um “insulto moral” (Almeida: 1992: 72), que talvez não mereça ser valorizada nem recontada.

Conforme censo realizado em 1991, 60% dos moradores da Reserva nasceu num local diferente de onde morava no período (Almeida, 1991). Os patrões tinham a liberdade de “colocar” ou “descolocar” os seringueiros nas “colocações”, conforme as regras do monopólio da terra e do comércio. Conforme seu Leonardo, se houvesse uma colocação com 4 estradas de seringa e o seringueiro cortava somente duas estradas, o patrão não perdia tempo e logo colocava outra família no local para ocupar as duas estradas “vadiando”. Haviam arranjos entretanto. Seu Osvaldo, ao se estabelecer no Manteiga, gostou do lugar, que tinha seis estradas de seringa. Na época ele cortava apenas duas, mas sabia que seus filhos estavam crescendo e queria-os pelas proximidades. Para que o patrão não colocasse outra família na colocação seu Osvaldo resolveu ele mesmo pagar a renda por mais duas estradas e o patrão acabou cedendo, mesmo sabendo que não receberia a borracha daquelas estradas.

Para Marcos Lanna, analisando a migração dos trabalhadores de engenho no Nordeste, a migração “já significava uma forma incipiente de rebelião” (Lanna: 1995: 71).

O Sindicato e o Monopólio comercial

As primeiras ações do sindicato na região, no final dos anos 70, podem ser vistas como um modo de valorizar essa “economia moral” dos

seringueiros, ocorrendo principalmente no sentido de questionar esse “abuso” dos preços e do comércio da borracha.

Em busca de preços melhores para sua produção, moradores das cabeceiras do rio Tejo abriam trilhas pela mata que possibilitavam um comércio paralelo com o seringal do rio Jordão, de outros patrões. Foram essas mesmas trilhas que serviram de passagem para os moradores irem aos primeiros encontros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR, nas cabeceiras do rio Tarauacá. (Almeida, 1992:81)

Em 1978 inicia-se a organização do sindicato em Cruzeiro do Sul, e logo Francisco Barbosa de Melo, o Chico Ginu, começa a frequentá-lo, tornando-se em 1980 delegado sindical no alto rio Tejo e até hoje um importante líder local.

João Claudino nesse período, já fugindo de problemas com patrões de Tarauacá, vem para as cabeceiras do Tejo fazer reuniões do sindicato. Um de seus objetivos era organizar uma cooperativa de comercialização, paralela ao barracão, que poderia corromper toda a base do monopólio dos patrões.

Nesse período, ocorre uma reunião no barracão da Restauração liderada por João Claudino, onde os seringueiros reivindicaram uma diminuição de 30% das dívidas (Almeida, 1992: 81-82).

Conforme Chico Ginu, que estava presente nessa reunião; ela durou um dia inteiro, tendo no meio da roda dos seringueiros o gerente do barracão, Valdemar Furtado e como observadores distantes, os filhos do gerente armados com espingardas. Nessa reunião, “começamos a ver as contas”, “tomamos ciência do que se tratava” e o gerente aceitou a reivindicação. Para Ginu, “essa foi a primeira coisa” feita de forma coletiva para mudança.

Uma outra reivindicação de João Claudino na reunião foi o fim do pagamento da renda, mas isso não foi conquistado.

Desde 1899, a renda era de 60 a 66 Kg de borracha por duas estradas para cada seringueiro. Conforme cálculos feitos nos anos 80, um patrão do seringal da região do rio Tejo obtinha por volta de 30 toneladas de borracha somente com a renda (Almeida, 1992: 104 e 109), sendo este, portanto, um dado que não poderia ser desprezado.

Conforme a “economia moral” dos seringueiros, a renda para o seringueiro era considerada injusta nos casos em que eles é que abriam as estradas de seringa na mata e faziam a sua manutenção (Almeida: 1992, 72), o que seria responsabilidade de empregados dos patrões. Conforme o “Contrato de Trabalho”, acima citado:

“cláusula 1ª) O seringalista se compromete: a) a entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permita a sua exploração imediata e a auxiliá-lo na construção da barraca e do defumador [equipamentos necessários para o processamento do látex] que ficam todavia pertencendo ao seringalista independentemente de qualquer indenização”

Nos outros casos em que o patrão tinha cumprido sua parte de abrir e cuidar da estrada, a renda tinha sua legitimidade, tanto que o próprio presidente do STR de Cruzeiro do Sul não concordou com o fim do seu pagamento, pois a entendia como um aluguel pelo uso de algo que era propriedade dos patrões. Para o sindicalista, os seringueiros usavam as estradas que estavam no território dos patrões, logo a renda era um pagamento justo .

Atentos a essa opinião, foi justamente através da renda que os patrões conseguiram cooptar João Claudino. A renda era então arrecadada pelos gerentes. Os patrões então, propuseram ao Claudino que se ele recolhesse a renda dos seringueiros, ele receberia 20% do arrecadado. Ao mesmo tempo, os gerentes foram encarregados de avisar os seringueiros

que eles não deviam pagar nada para Claudino. Em 82, endividado e desacreditado, Claudino torna-se empregado de um patrão em uma outra região.

Conforme Chico Ginu, a maioria dos delegados sindicais foram nesse tempo, “comprados”, tornando-se gerentes dos patrões. “Em pouco tempo, eles estavam com a casa cheia de mercadorias”.

Conforme Almeida, se na região de Xapuri a violência foi um modo de tentar driblar o movimento social, no Alto Juruá, o instrumento mais utilizado nesse período foi a cooptação (Almeida, 1992: 83).

Como diz Chico Ginu , “aí eu fiquei sozinho”, mesmo recebendo ofertas, como por exemplo a do patrão Sebastião Correia, que lhe ofereceu 6 toneladas de borracha, dinheiro e ainda dizia que iria comprar-lhe uma casa na cidade. Ele entretanto continuou fazendo cursos no sindicato, e foi então que conheceu o professor Almeida que, em 82 iniciava suas pesquisas no alto Tejo sobre as relações de trabalho no seringal.

Para compreendermos as mudanças que se seguiram durante os anos 80, é importante salientarmos alguns acontecimentos no contexto nacional.

Os anos 70 e 80 foram um contexto de mudanças em toda a Amazônia. Nos anos 70, o governo militar olhava a Amazônia como um “espaço-vazio” ou o “celeiro do mundo”, com projetos de desenvolvimento agro-industrial, com uma “crença quase-religiosa nas virtudes do avanço tecnológico como uma maneira de promover o bem estar geral” (Schmink & Wood, 1992: 345), alocando partes dos recursos públicos para incentivar empresários do setor privado em investir seus excedentes na região amazônica. “Na visão tecnocrática predominante, os produtores pobres - assim como seringueiros, mineiros e extrativistas florestais e os povos nativos - eram ignorados, ou de forma ainda mais preocupante, eram

tratados como obstáculos ao caminho do progresso e da civilização” (Schmink & Wood, 1992: 347).

Na região de Xapuri, investidores do sul do país começaram a comprar antigos seringais para a utilização da terra do modo mais fácil: desmatamento para a venda de madeiras e posterior abertura de pastagens. Esse foi o problema inicial dos seringueiros na região de Chico Mendes que se organizaram na forma dos “empates”.

“Lembro que em 10 de março de 1976 aconteceu o primeiro movimento mais importante, quando chegaram três seringueiros de um seringal próximo de Brasiléia e denunciaram que a área deles estava sendo devastada por 100 peões, com pistoleiros na região. Pela primeira vez reunimos 70 homens e mulheres e fizemos uma trincheira na selva para impedir o desmatamento. Este fato chamou a atenção de todos, inclusive do exército e da polícia. Mas a gente chegou a conclusão de que a luta era por ali mesmo.” (STR/CSN/CUT, 1989, 15)

Em meados dos anos 80 os “empates” estavam disseminados em várias regiões de seringais. Conforme Chico Mendes, “entre 1975 e 1985 conseguimos evitar que mais de 1,2 milhão de hectares de florestas fosse devastadas” (STR/CSN/CUT, 1989, 10).

Grande parte da área onde hoje se localiza a Reserva do Alto Juruá foi comprada no início dos anos 80 por uma empresa de São Paulo, a Consulmar Empreendimentos que em seguida o arrendou por três anos para as empresas Cameli & Irmãos e em seguida para a empresa Cameli & Filhos. (Almeida, 1992: 64 e 100).

Conforme entrevistas com Chico Ginu, “a primeira briga com o Cameli foi com os Kampa”, cuja área indígena, no rio Amônia, estava havendo uma grande retirada de madeiras por essa empresa. Contam os moradores do Amônia que nunca até então tinham visto tantas máquinas,

que retiravam e levavam as madeiras para a serraria de Cameli em Cruzcero do Sul. Até hoje Cameli responde a processo colocado pela FUNAI. Em seguida começou a ser feito um inventário de espécies madeireiras na região do rio Tejo, e o os seringueiros começaram a perceber que “isso seria uma ruptura no seu modo de vida”. (Almeida, 1992:84)

Com a crise econômica e a alta inflacionário de meados dos anos 80 os preços da borracha caem fortemente e o Banco do Brasil passa a aumentar a taxa de juros dos créditos dos patrões.

Na tentativa de cumprir o pagamento de seus empréstimos, no Alto Juruá, as estratégias patronais voltadas para a cooptação dão lugar a formas mais violentas. Frente aos desvios de borrachas para outros compradores, um empregado do barracão da Restauração percorre colocações cobrando os seringueiros. Quando estes diziam não ter borracha para entregar o empregado interrogava grupos de crianças para descobrir locais onde a borracha pudesse estar escondida. Como não conseguia obter a borracha, a policia era acionada. (Almeida, 1992: 78-79) Conforme Chico Ginu, a polícia vinha para “tomar tudo o que o seringueiro tinha em abatimento da conta”; máquinas de costura, motores, gado, e “veio a ameaça de ‘descolocar”. Foi “quando a gente começou a trabalhar nos direitos”, diz Chico Ginu. “Quando eu fiquei sabendo, eu subi o rio Tejo e fiz um reunião na Restauração com 42 homens”.

Nessa reunião, Ginu, como delegado sindical “tinha o direito” de pedir a presença do gerente. Perguntou então ao empregado se ele tinha “uma coisa oficial, determinada pelo juiz, que permitia essa invasão” das casas dos seringueiros. Ele não tinha. Pediu também o mandato judiciário, que também não existia. Então os seringueiros, “que eram maioria”, deram oito dias para ele ir embora. Passados 4 dias aquele empregado desapareceu para nunca mais voltar.

Esse fato acabou sendo cantado em música e verso, dando fama a Chico Ginu.

Um outro fato que não pôde ser aceito pelos seringueiros foi a redução dos prazos de pagamento, ocorrida em 1986, como uma tentativa dos patrões em pagar seus créditos. A polícia novamente foi requisitada e os seringueiros desencadeiam uma greve no seringal, liderada por Chico Gínu (Almeida, 1992:161).

O Conselho Nacional dos Seringueiros

Assim como no Alto Juruá surgiam essas reivindicações, os empates e outras desavenças ocorriam em vários locais da Amazônia e, em 1985, ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília, promovido por Mary Allegretti e Chico Mendes, com o objetivo de sensibilizar o governo federal para os diferentes conflitos locais.

Não houve grande alteração no descaso federal, mas nesse encontro, com a presença de 130 seringueiros, surge a base para a organização de um Conselho Nacional dos Seringueiros, o CNS. Surgem também as primeiras discussões sobre a concepção das Reservas Extrativistas, inspiradas nas Reservas Indígenas, como uma proposta para conter os conflitos amazônicos, permitindo a preservação da economia extrativa dos seringueiros.

A principal estratégia do Conselho então é a realização de encontros municipais. Para isso entretanto, eram necessários recursos, pois as distâncias são sempre grandes, com trajetos a pé, em barcos e até aviões. Através de assessores, os seringueiros conseguem a aprovação de um projeto que é aprovado pela CEBEMO (uma organização de caridade que aplica recursos públicos holandeses para países de Terceiro Mundo).

Foram 100 mil dólares que foram obtidos, em nome do Conselho Nacional dos Seringueiros, indo diretamente para a mão dos seringueiros, para o apoio a empates e reuniões em Xapuri, Basiléia, Nova Aripunã e Cruzeiro do Sul.

Sindicalismo, Carisma, ambientalismo

Em 1987, ocorrem reuniões no Alto do rio Tejo, afluente do rio Juruá de maior incidência de árvores de seringueira. Nessa reunião, a idéia das Reservas Extrativistas são debatidas e Chico Ginu traz à tona a questão da extração de madeiras, prejudicial à economia e considerando os novos patrões que estavam arrendando os serigais não tinham interesse na conservação das seringueiras. (Almeida, 1992: 85)

Percebemos então que ao discurso sindical, mais enfático nas questões econômicas, começa a ser acrescentado uma visão mais ambientalista, que posteriormente seria um dos principais instrumentos de luta do movimento.

O professor Almeida, nesse período assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros, juntamente com Mary Allegretti, tiveram um importante papel no fortalecimento desse discurso dos seringueiros. Analisando a responsabilidade dos antropólogos junto aos movimentos locais, Almeida demonstra como estes podem fazer a “passagem” de um interesse que pode ser considerado local, no caso, a preservação do modo de vida de uma categoria social, para um “interesse geral”, a preservação da Amazônia: “Trata-se de abandonar uma linguagem de grupos desfavorecidos, em favor de uma linguagem de grupos com competências especiais que coincidem com interesses coletivos; trata-se de despertar vocações universais em grupos de interesse (*in Arantes, et. al.*, 1992: 117-118).

A preservação da floresta após o seu uso pelos seringueiros durante mais de um século deve ser relacionada tanto com as exigências da economia extrativa da borracha e de outros produtos, como com as ações dos patrões, que exigiam, ainda que não de maneira uniforme, algumas precauções na lida com as seringueiras, aplicavam restrições à tipos de caçadas ou delimitavam áreas para a abertura de roçados. Isso entretanto, não deve gerar a idéia de que com a saída dos patrões esses cuidados seriam deixados de lado, ou que os patrões é que foram os únicos

responsáveis por essa preservação. Uma das técnicas recomendadas para maior cuidado com as seringueiras era o corte “de pé no chão”, onde a área de sangramento se restringia à altura do seringueiro. Os seringueiros não deviam cortar (ou sangrar) para baixo ao ponto de ter que abrir buracos na terra para instalar a tigela, nem colocando paus para cortar acima de sua altura. No período dos arrendamentos, onde após três anos as terras poderiam mudar de patrão, seringueiros contam como se alteram as preocupações dos patrões, sendo que acima de tudo estava o aumento da produção. O lema desses patrões era: “quem for tatu que cave. Quem for macaco que trepe. Eu quero é borracha”. Seringueiros contam que isso aumentava a produtividade de curto prazo das seringueiras, e alguns chegavam a pensar que “se trabalhasse um ano ia enriquecer e não ia trabalhar mais”, mas a médio e longo prazo as árvores não podiam aguentar. A título de curiosidade, vale notar que João V. Wawzyniak estudando seringais em Rondônia, onde hoje é a Reserva Ouro Preto, os arrendatários nessa mesma época repetiam a mesma frase (Wawzyniak, 1994: 156).

A partir de 1987 Chico Mendes torna-se uma liderança reconhecida internacionalmente como “defensor da floresta”, após ser recebido numa reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) a convite da ONU (Organização das Nações Unidas) e de Organizações não governamentais (ONGs), quando denunciara que o Banco Mundial estava financiando projetos de estradas que incentivavam o desmatamento da Amazônia (STR/CNS/CUT, 1989: 8-9).

O Conselho Nacional estava em processo de consolidação, com um escritório equipado em Rio Branco e com recursos provenientes de várias ONGs, como a OXFAM (Almeida, 1998a: 1). Essas entidades fortaleciam o movimento tanto do ponto de vista econômico quanto técnico.

Nesse momento, a proposta das Reservas Extrativistas cada vez mais se tornava uma bandeira de luta dos seringueiros, tornando-se um projeto

cada vez mais elaborado e discutido para ações na Amazônia, projeto apoiado também por ambientalistas de vários países.

Os governos estaduais e federal então, começam a ser pressionados, tanto pelo movimento social interno, quanto pelas pressões ambientalistas internacionais (Almeida, 1992:90).

O governo do Estado do Acre procurava, naquele contexto, articular financiadores para a construção de uma estrada, a BR 364, que percorreria todo o Estado e atravessaria a fronteira do país abrindo uma passagem para o oceano Pacífico, fazendo negociações para isso com importadores de madeira. Os ambientalistas colocavam-se contrários devido às experiências negativas tanto no ponto de vista ecológico quanto sócio-econômico causadas com a abertura da Transamazônica e estradas no Estado de Rondônia.

Se um por lado o governo era pressionado por madeireiras, por outro os movimentos de seringueiros e os ambientalistas o pressionavam por outro, gerando ações contraditórias como quando o governo do Acre começa a fazer propaganda das Reservas e dar apoio ao agroflorestalismo (Almeida, 1992: 87).

Em 1988, já haviam pressões para a criação das Reservas em vários locais, onde os conflitos eram intensos como no caso do seringal Cachoeira e Santa Quitéria, e no Alto Juruá.

Conforme depoimentos de Almeida, em 1988, numa demonstração de ecologismo “para inglês ver”, o governador durante a visita do Banco Mundial, em ato com banda de música, decreta o primeiro Assentamento Extrativista através do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), chamado de “Reserva Extrativista”, em São Luís do Remanso, área onde o Conselho Nacional dos Seringueiros não tinha nenhuma atuação e que já faziara parte de um antigo projeto de colonização do Incra, não havendo na prática nenhuma alteração local. A partir disso,

começam a surgir, especialmente no Estado do Amazonas, vários outros assentamentos extrativistas, que tanto serviam de propaganda ecologista e em prol da reforma agrária por parte dos governos quanto aos interesses de seringalistas falidos em busca de indenizações do Incra.

Em 1988, com o objetivo de reforçar no Alto Juruá a proposta das Reservas Extrativistas, um ex-funcionário da FUNAI, Antonio Batista de Macedo é convidado para abrir uma filial do Conselho na região do Juruá, a convite de Almeida e Chico Mendes.

A própria história de vida de Antonio Macedo mereceria ser mais detalhada, uma de nossas tarefas futuras. Por ora vale dizer que ele nasceu e foi criado num seringal em Tarauacá e como sertanista da FUNAI trabalhou ativamente na demarcação e organização de cooperativas em áreas indígenas. No Juruá tornou-se um importante líder, com uma atuação até hoje admirada e criticada.

O prof. Almeida relembra que suas próprias perspectivas eram de que o Macedo poderia apoiar o líder sindical Chico Ginu, fazendo algumas reuniões locais explicando a proposta das Reservas.

Macedo entretanto, tinha suas próprias táticas. Ele queria implantar a Reserva Extrativista. E assim nos contou esses primeiros dias no Alto Juruá:

Saiu de Cruzeiro do Sul com seu violão, sua companheira Marinilza Poienawa com seu gravador e começou a subir o Juruá. No caminho pediu fiado ao Hugo Messias e carona com o César Messias, que eram da família de patrões naquele tempo.

Na sua parada na Foz do Tejo, primeiro procurou os mais velhos, para saber o que eles pensavam, provavelmente devido ao trabalho com indígenas, onde em alguns casos os anciãos têm grande importância política.

A seguir procurou um delegado sindical do Bagé, e na colocação Campos Eliseos fez sua primeira reunião, trazendo recortes de jornal e pregando nas paredes da casa. Seu Sebastião Grajaú, que morava ali naquele tempo, diz que vieram 17 pessoas naquela reunião, que quando acabou, deixou “todo mundo agitado” .

A segunda reunião, na colocação Cachoeira, já foi organizada pelos próprios seringueiros. Apareceram 80 pessoas.

Na terceira reunião, também no Bagé, havia 140 pessoas presentes. Nessa reunião que Macedo se encontrou com Chico Ginu, que ficara encarregado de reativar as delegacias sindicais.

Havia uma reclamação no Bagé, de que um gerente estava enganando os seringueiros nas contas. Um dizia que ele queria cobrar duas vezes a mesma espingarda. O Chico Ginu perguntou ao Macedo como resolver essa questão. Ele respondeu: “se resolve tirando o seringalista e deixando o seringueiro tomando conta de tudo”. Assim acreditando, foi na casa do tal gerente e disse, (sempre conforme seu próprio depoimento): “rapaz, voce está roubando”, “seus dias de administração nesse seringal se acabaram”. “E quando a gente for, [para a cidade] o senhor vai embora”. Ele foi. “Eu não brinco em serviço, eu faço mesmo”.

Ao ir embora, vendeu o violão e o gravador, para pagar as contas que tinham feito no Bagé comprando coisas para as reuniões, e para não carregar. Depois fretou uma canoa do Chiquinho Praxedes, o próprio patrão no Bagé. Conforme Macedo, “eles (os patrões) cavaram sua própria cova”.

Depois fez uma reunião na Restauração, em frente ao barracão. Vieram 300 pessoas. E os patrões começaram a se preocupar.

Voltando a Rio Branco, Macedo fez um relatório sobre a situação no Juruá e publicou no jornal, sendo a seguir procurado pela FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Acre) que se propôs a ajudá-lo.

Assim em julho de 87 é feito um Projeto de Desenvolvimento Comunitário para a Bacia do Rio Tejo, elaborado por Almeida, Macedo e membros da FUNTAC, que foi encaminhado para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Em outubro de 1988 Macedo organiza a Primeira Conferência dos Povos da Floresta do Vale do Juruá em Cruzeiro do Sul. Novamente o professor Almeida conta-nos que a sua expectativa era discutir localmente o projeto encaminhado ao BNDES, com suas propostas de saúde, educação comunitária. Qual foi sua surpresa com a presença de mais de 700 pessoas na reunião. A pauta aprovada era a não accitação das expulsões que os patrões estavam tentando fazer e a proposta do fim do pagamento da renda. Foi aprovado que ninguém mais pagaria. E foi o que ocorreu em várias áreas do Juruá, além da formação de associações informais de comércio (Almeida, 1992: 86).

A concepção de que a renda era uma espécie de 'aluguel' que o seringueiro pagava para o proprietário definitivamente cai por terra. Conforme Ginu, uma luta que começou em 79 e é só conquistada dez anos depois.

Em dezembro de 88, um fato traria um reforço ao movimento de seringueiros: o anunciado assassinato de Chico Mendes se confirma. E a repercussão internacional é intensa.

Em março de 1989, a convite da professora Manuela Carneiro da Cunha, o grupo Ação pela Cidadania (liderado pelo senador Severo Gomes) veio com procuradores da Procuradoria Geral da República visitar o Acre como parte de uma investigação sobre a violência na região amazônica. Nessa ocasião, os procuradores ouviram várias denúncias apresentadas por seringueiros e lideranças do Alto Juruá que lá estavam para participar do Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros, o primeiro realizado após o assassinato de Chico Mendes. Esses seringueiros enfatizaram as denúncias de violências realizadas pelos patrões, inclusive de escravidão,

citando casos de "chiqueirinhos" e surras, denunciando também o fornecimento de "facas de seringa envenenadas" como uma tentativa deliberada de destruição das árvores de seringa para a expulsão dos seringueiros. Nessa ocasião também, Antonio Macedo apresentou os problemas de desmatamentos ocorridos na Área Indígena dos Kampa, no rio Amônia.

Além dessas denúncias, a Procuradoria foi alertada para a ameaça provocada pela construção da estrada BR-364, que provocaria profundos impactos ambientais na região. Um dos argumentos alegados por Almeida era que a região do Alto Juruá poderia ser parte de um dos "refúgios pleistocênicos". Segundo essa teoria, defendida por Aziz Ab'Saber e por Keith Brown, entre outros ecólogos, há evidências de que certas áreas da Floresta Amazônica sobreviveram a períodos de retração da floresta (durante as glaciações). Essas áreas teriam se convertido em refúgios de espécies florestais manifestando até o presente alta biodiversidade e endemismo (no caso do Alto Juruá por exemplo a presença de animais como a paca de rabo e outros ratos de bambuzal, que têm uma incidência restrita àquela região)⁵. Podia-se especular, através dessa teoria, que num possível cataclisma nuclear, (lembramos que o muro de Berlim ainda não tinha sido derrubado e os conflitos nucleares eram uma ameaça plausível) essas áreas poderiam voltar a funcionar como refúgios da floresta.

O professor Keith Brown, então é convidado para apresentar essa teoria e fazer um levantamento na área, assim como o professor Adão Cardoso que trabalhou no laudo ambiental e a antropóloga Eliane C. O'Dwyer que trabalhou na questão dos problemas referentes aos direitos humanos.

Com pressões internacionais devido ao assassinato de Chico Mendes e do trabalho da Procuradoria, o BNDES aprova o Projeto Comunitário. Foi

⁵ Um dos objetivos dos projetos de pesquisa na região registrou na área os números mais elevados de que se têm notícia para borboletas e aves, tanto em números absolutos quanto em espécies por homem/tempo de pesquisa (cf. Keith Brown, Mauro W. B. Almeida & M. M. C. da Cunha, 1994)

o primeiro projeto que o Banco realiza diretamente com uma comunidade local, o que representaria o fim do pretense monopólio comercial dos patrões.

O BNDES envia então 70 mil dólares para o desenvolvimento comercial da região, financiamento a custo perdido, sob a responsabilidade da filial Juruá do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Além disso, os seringueiros continuavam lutando pela criação da Reserva numa área de 500 mil hectares, na época arrendada por Cameli (Almeida, 1992: 88).

Nesse período, Cameli e outros patrões da região procuram também agir coletivamente. Para isso tinham também o apoio do governo estadual, pois eram famílias importantes no espectro político local (Almeida, 1992: 90). Haja visto que atualmente Cameli é o governador do Estado.

Em abril de 1989 as 50 toneladas de mercadorias compradas através do financiamento do BNDES estavam no porto de Cruzeiro do Sul, prontas para subirem o rio Juruá para os armazéns já construídos na região do rio Tejo. Havia contudo um processo judicial em andamento que impedia a subida das mercadorias. Esse processo fora apresentado através de advogados da UDR (União Democrática Ruralista), a pedido dos patrões, cujo principal argumento era que a “tradição da legitimidade patronal” não poderia ser rompida, pois causaria uma série de “desordens” locais (Almeida, 1992: 89 e 90).

Advogados de ONGs, por outro lado, tentavam derrubar esse processo. Enquanto isso, uma grande quantidade de seringueiros e agricultores com suas canoas haviam sido acionados pelo rádio por Chico Ginu e Antonio Macedo, prontos para acompanhar a saída das mercadorias do porto de Cruzeiro do Sul. O processo dos patrões foi negado, havendo então uma grande procissão de barcos com as

mercadorias, posteriormente contada e recontada como um tempo heróico do movimento.

A “cooperativa”, conforme ficou sendo conhecida essa comercialização de mercadorias pelos seringueiros, não foi adiante, por vários problemas analisados por Maria P. Franco (Franco, 1995). Um deles seria o problema da falta de experiência administrativa no gerenciamento da coisa pública. O próprio Macedo, responsável pelo encaminhamento e prestação de contas desses recursos, era um exemplo a não ser seguido. Contratou vários parentes, distribuiu barcos e mercadorias de forma inconsequente, e após denúncias de pessoas que o acompanharam, chegou a ser condenado ao ostracismo pelo Conselho Naciobal dos Seringueiros durante um certo tempo.

Problemas Jurídicos e Fundiários

Após a criação da “cooperativa”, e com o fim do pagamento da renda, a criação de uma Reserva no Alto Juruá ficava cada vez mais próxima. Mas ainda haviam problemas de difícil resolução, como seus aspectos jurídico e fundiário.

Os moradores de Brasiléia eram testemunhas do fracasso das experiências da reforma agrária naquelas regiões de floresta. Conforme Almeida (1995), nessa região o Incra dividira antigos seringais desapropriados em áreas de 100 hectares, que gradualmente foram sendo vendidos e reconcentrados nas mãos de fazendeiros. 100 hectares eram insuficientes para a economia extrativa, que requer tradicionalmente uma média de 300 hectares. Os seringais além disso, mesmo não existindo padrões, formavam um todo indivisível. Nessas grandes áreas estradas de seringas individuais se cruzavam na mata, e grandes áreas eram compartilhadas para a caça e a coleta. Por exemplo, um seringueiro que ficara com suas estradas de seringa muito reduzidas aceitavam a oferta de um fazendeiro e vendia o seu lote, este fazendeiro rapidamente provocava a

derrubada da floresta. Com isso todo o sistema de reprodução da vida local era rompido, a caça das proximidades fugia, igarapés tornavam-se ressecados, provocando um “efeito dominó” nas vendas (Almeida, 1995: 3).

Esse sistema de lotes individuais eram recusados pelos seringueiros, bem como o processo de regularização fundiária do Incra. Em 1986 Osmarino Amâncio, de Brasília, defende que as Reservas Extrativistas deveriam ser propriedade coletiva, conforme depoimentos do professor Almeida, presente nessas discussões.

Grandes áreas de seringais haviam sido apropriados desde o início do século pelos patrões, mas inexistiam contratos e títulos que comprovavam de direito a posse da terra. Entre os anos 70 e 80, esses seringais estavam sendo vendidos à empresas do Sul através de “títulos precários”, que em seguida entravam com um processo de regularização no Incra. Conforme as regras da desapropriação, o seringal, por definição, era produtivo, mesmo que os empresários não tenham feito sequer um investimento na área. (Almeida, 1995: 66, 171 e 183)

Em 1988, Mary Allegretti organiza um Grupo de Trabalho, GT, com representantes do CNS, do Ministério da Agricultura, do Incra e do IBAMA, com o objetivo de discutir as possibilidades legais da implantação da proposta dos seringueiros. Começava-se a perceber que através das regras adotadas pelo Incra a Reserva Extrativista dificilmente seria aprovada, sendo mais fácil através do IBAMA, que desapropriava áreas de interesse ambiental de forma independente das regras adotadas pelo Incra.

Nesse período, Fernando César Mesquita, presidente e fundador do IBAMA, anuncia a criação da Reserva Extrativista do Céu do Mapiá, próxima a Rio Branco, área onde havia comunidade religiosa, e onde o CNS não tinha participação local. Em resposta, o CNS e Mary Allegretti deixam de participar do Grupo de Trabalho, considerando que o conceito “reserva extrativista” estava sendo usado indevidamente. Em 1989 entretanto, o cenário nacional começa a se alterar. As pesquisas eleitorais começavam a

apontar uma possível vitória de Fernando Collor. Nesse contexto, faziam uma análise conjuntural de que uma possível vitória de Collor seria acompanhada de um fortalecimento de setores que se colocavam contra os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados à elite agrária no país. Nessas análises, a previsão era de que uma mudança na legislação agrária naquele contexto seria bastante difícil. Nesse período é retomado o Grupo de Trabalho, com o objetivo de tentar realizar um possível decreto de aprovação das Reservas através do IBAMA, ainda antes da mudança de governo (cf. Almeida, comunicação pessoal).

O governo federal estava pressionado tanto pelo ambientalismo internacional como pela Procuradoria, que poderia processar o Poder Executivo no caso de ameaças naquela região por estradas ou desmatamento. Pressionando o governo federal estavam, de outro lado, os governos estaduais ligados aos interesses madeireiros e especulativos (Almeida, 1992: 85).

Enquanto essas ações aconteciam em mesas de discussão de órgãos governamentais e ONGs, os conflitos no Alto Juruá se acirravam contra o estabelecimento da cooperativa. Chico Ginu e Antonio Macedo eram encarcerados por alguns dias quando passavam por onde hoje é a sede do município, pelo cabo Leandro, que mais tarde seria o vice-prefeito e depois prefeito da cidade.

Alguns comerciantes de Cruzeiro do Sul começam a recusar a venda de mercadorias para a cooperativa. Antonio Macedo vai à uma reunião da Associação Comercial do município para tentar convencê-los de que a cooperativa poderia aumentar o desenvolvimento da região. Em meio ao discurso, recebe um soco de Orleir Cameli.

Eram os gerentes da cooperativa que, mesmo recebendo propostas de suborno, davam respaldo local. Numa reunião desses gerentes na Restauração, um marreteiro, bêbado, provoca uma confusão que gera um

tiroteio, onde este acaba sendo baleado no braço. Macedo e Chico Ginu eram ameaçados de morte.

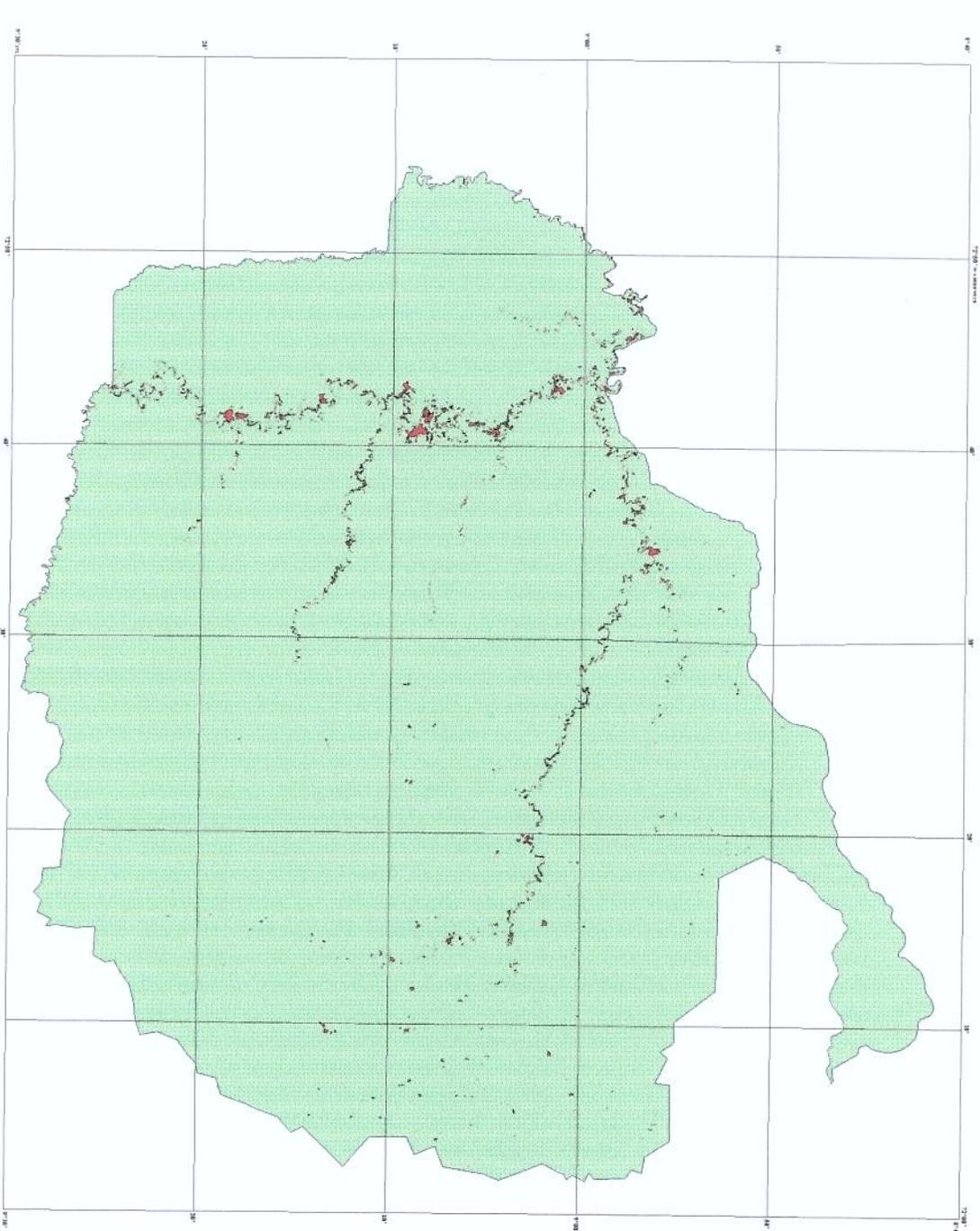
Nesse meio tempo, Fernando Collor passa para o segundo turno das eleições, gerando maiores receios ainda quanto à uma possível ofensiva da direita. Nesse momento é elaborada uma proposta para o decreto da criação das Reservas Extrativistas para ser encaminhada ao IBAMA. Nessa ocasião, o professor Almeida participava do GT como assessor do CNS, no lugar de Mary Allegretti.

Após a vitória do presidente Fernando Collor, mas antes da sua posse, a proposta do decreto é, encaminhada a Fernando César Mesquita. Em dezembro de 1989 essa proposta, com alterações realizadas pelo IBAMA é assinada ainda pelo presidente José Sarney, decretando a primeira reserva extrativista do país, a Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Nesse momento Mary Allegretti e membros do Conselho Nacional se reúnem em Brasília e seguindo o modelo do decreto do Juruá, redigem propostas de decretos para a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, com uma área de um milhão de hectares, o dobro da área da Reserva do Alto Juruá, e também a Reserva do Rio Ouro Preto em Rondônia e do Rio Cajari, no Amapá.

Quando mais três decretos são colocados na mesa para a assinatura do presidente Sarney, os militares convocam uma reunião com o CNS e seus assessores, preocupados com a criação dessas áreas, justamente em regiões de fronteira nacional. Essa reunião vai madrugada adentro, onde procurou-se mostrar que as Reservas não estariam prejudicando a nossa soberania, e estariam promovendo a integração e o progresso da Nação (Almeida, comunicação pessoal).

Na véspera então, de sair de seu cargo, o presidente Sarney aprova a criação de mais três Reservas Extrativistas. Após isso, outras Reservas foram criadas, somando-se atualmente nove Reservas.



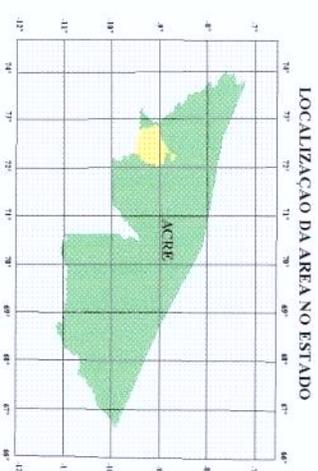
10
0 10 20 km
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR
 Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais

Base Cartográfica: Cartas Planialtimétricas da DSG: SC.18-X-B-V, SC.18-X-B-VI, SC.18-X-D-II, SC.18-X-D-III, e Memorial Descritivo da Reserva Extrativista.
 Imagens Landsat/TM - ponto 66 e orbita 005 datada de agosto de 1992 com 5% de cobertura de nuvens

RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ ÁREA DESMATADA 1995

Legenda

 Área desmatada



Projeto "E Possível Populações Tradicionais da Floresta Gerenciar as Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Jurua, Acre, Brasil"
 Coordenadores: M. Manuela C. da Cunha, Mauro W. B. de Almeida, Kei

Instituições:
 UNICAMP/ Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, Inst. de Biologia, Inst. de Ge USP / Núcleo de História Indígena e do Indigenismo
 ASAREAU / Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista BAMA / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
 Financiamento: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, IBAM

Processamento: Henrique L. Roig
 UERJ / Faculdade de Geologia
 Janeiro de 1995

Conclusões

O objetivo de apresentarmos essa versão da história é levantar algumas questões para a compreensão da organização política atual.

Vimos que havia uma “economia moral” que legitimava determinadas práticas e outras não, e essas práticas contestadas muitas vezes de forma isolada foram a base para ações do sindicato durante um período, com uma preocupação principal com as condições de comercialização. Após a entrada de Antonio Macedo, vimos que as mudanças são aceleradas. Muitas vezes utilizando-se de táticas personalistas do tipo “eu não brinco em serviço, eu faço mesmo”, Macedo conseguiu liderar o fim definitivo do pagamento da renda e do monopólio comercial,

Observamos a importância da entrada do discurso ambientalista, ponto de apoio importante até hoje para o movimento de seringueiros.

Por último, procuramos descrever alguns episódios, baseados principalmente em depoimentos de um dos participantes desse processo, o professor Almeida, da luta dos seringueiros dentro do aparelho estatal, de ONGs e do próprio Conselho Nacional.

Podemos perceber que haviam conflitos internos entre seringueiros e patrões, que se expressavam em insatisfações locais que num certo momento começaram a ser colocadas para fora e se cobinar com discursos ambientais e de direitos humanos.

A partir dessa versão sobre o processo, pretendemos analisar as questões que nos chamaram a atenção após as pesquisas de campo na Reserva.

Uma é a presença importante de agentes externos dentro do movimento, os chamados “ecologistas” pelos políticos atuais. Uma outra questão é o que foi aprovado no movimento, a questão da propriedade coletiva da terra, idéia que na prática é mais complexa do que no papel.

Uma outra questão é a autonomia da Associação na gestão da Reserva em convênio com o IBAMA, como ela foi construída e como se relaciona com a questão do “assistencialismo”.

Episódios da Criação da Reserva: uma visão externa

Introdução

“De primeiro a gente não entendia o que aquele homem tão branco, que corria com a lapiseira que nem rato na linha, vinha fazer nesse fim de mundo, pensava que era da parte do *Outro*” (sobre o professor Almeida)

“Muitos achavam que ele anotava tudo porque ia comprar o seringal e expulsar todo mundo daqui” (idem)

“Há 20 anos tinha seringueiro velho que morava no Tejo e não conhecia nem o rio Juruá porque o patrão não dava condições. Mesmo que fizesse muita borracha. O seringueiro se sujeitava e ainda pagava o ensino do filho do patrão. Ele não queria que o seringueiro estudasse para não descobrir o direito que eles tinham. Aí foi aparecendo gente de fora.. Veio o Mauro [Almeida] que roçou e cortou estrada, (...) depois o Macedo... e até hoje está pintando gente no pedaço”

“Quando a gente viu o Macedo pela primeira vez ficamos assustados, mas depois a gente viu que ele era mesmo do bem. Um homem de coragem.”

Chico Ginu, sobre uma reunião de formação: “eu já sabia tudo porque desde 86 o Mauro vinha me ensinando...”

Frases como essas são comuns de se ouvir quando nos referimos à presença de pessoas como o professor Almeida e o Antonio Macedo na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Pretendemos a seguir, trazer algumas questões sobre a presença de agentes externos no processo de mudanças locais, aqui considerados como aliados fundamentais da população que se rebelava contra os patrões, e que hoje continuam com ações na região, numa disputa que continua.

No âmbito deste trabalho, não poderemos abordar a questão do papel da vanguarda, ou a relação dos intelectuais com os movimentos sociais a partir de autores clássicos como Lênin, Gramsci, Rosa Luxemburg ou Trotsky, nos detendo aqui em autores mais recentes e nas experiências realizadas no local.

Vanguardismo, personalismo, caciquismo

Ainda que analisando outros contextos, Oliveira Vianna, falando aos problemas existentes na organização política brasileira considera que “toda a dramaticidade de nossa história política está no esforço improficuo das elites para obrigar o povo-massa a praticar o direito por elas elaborado, mas que o povo-massa desconhece e a que se recusa a obedecer” (Vianna, 1987 [1949]).

Durante um certo tempo, Vianna, assim como outros pensadores brasileiros (ver por exemplo Amado, 1981[1916]) se preocupavam com a “importação” de idéias políticas exógenas ao nosso país, como os ideais pregados de liberdade, igualdade e fraternidade na Revolução Francesa (Vianna:1987, 145). Essa importação de idéias, estaria necessariamente fadada ao “fracasso” (Vianna, 1987: 146).

Ainda que com diferenças teóricas, políticas e contextuais, vemos que Marilena Chauí, discorrendo sobre a nossa herança política, e nossa profunda desigualdade social, nos anos 80, reflete sobre a “fragilidade dos movimentos sociais”, (29) e sobre a “Impossibilidade de realizar a política

democrática baseada nas idéias de cidadania e representação - esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo pedagogismo vanguardista” (Chauí, 28 e 29). Disutiremos mais à frente o problema do favor e da clientela, nos detendo aqui sobre esse “vanguardismo”.

Carlos Estevam Martins, também nos anos 80, estudando a organização interna dos partidos políticos, demonstra os danos para a democracia formal quando ocorre o surgimento de “caciques”. Estes acabam produzindo uma “hierarquia informal”, que se opõe aos mecanismos democráticos (Martins, 1982: 16). Essa hierarquia informal é importante no sentido de contribuir para a coesão entre os membros em determinados momentos, mas esses membros podem tornar-se uma “massa de manobra”. Se há uma “vanguarda”, ela pode ser “fatal” para o partido, se colocando como a única que pode defender os dominados das classes dominantes (Martins, 1982: 11).

Refletindo sobre a Associação dos Seringueiros e Agricultores do Alto Juruá e no movimento dos seringueiros da região, é inevitável percebermos as profundas mudanças provocadas por uma “vanguarda” sindical, como Chico Ginu, um “cacique” como o Macedo, apoiados pelo “exógeno” professor Almeida. Conforme bem colocado pela professora Manuela Carneiro da Cunha⁶, para pensar a política local é fundamental compreendermos a ação desses três agentes.

Chico Ginu, representando essa vanguarda sindical, teve um papel importante no questionamento das estruturas econômicas, trazendo a questão dos “direitos” do seringueiro, como ele mesmo ressalta.

Macedo, por sua vez, foi capaz de “dar coragem” para as pessoas, conforme um morador do Riozinho, capaz de dar coesão a uma série de lutas locais e canalizá-las para a construção da Reserva Extrativista.

⁶Em banca da qualificação de Gabriela Jahnel Araújo, no dia 20/07/98, IFCH-UNICAMP.

O professor Almeida, por outro lado, teve um papel fundamental em dar uma legitimidade “externa”. Uma pessoa considerada “sabida”, com uma formação escolar acima da população local, dando um suporte “ideológico” ao movimento. Além disso, foi fundamental para a obtenção de financiamentos, tanto para o movimento local quanto para o CNS que tornaram-se fundamentais. Analisando os momentos iniciais da luta local dos seringueiros, Almeida considerou que elas estariam limitadas pela falta de “recursos simbólicos e materiais” (Almeida, 1992: 83), agindo portanto, de forma coerente.

Após a criação da cooperativa comercial, conforme salientamos acima, e seu posterior fracasso econômico, o movimento local começou a declinar.

Conforme análises de Mariana P. Franco, com o fim da cooperativa, o ano de 1992 “foi especialmente difícil” para a Associação, com a experiência frustrada da venda das mercadorias (Franco, s/d: 14). Pensando nas análises anteriores, podemos pensar que os próprios membros do Conselho Nacional de Seringueiros faziam críticas parecidas para a região, considerando a “experiência da Reserva [do Alto Juruá] marcada pela desorganização e a despolitização” (Franco, s/d: 14).

Nesse momento o CNS praticamente deixa de atuar na Reserva do Alto Juruá, desfazendo seu Conselho Regional, que foi englobado pela Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a ASAREAJ. É o período também que o professor Almeida, é deposto de seu cargo de assessor junto ao Conselho.

Haviam duas possíveis estratégias. Ou deixava-se o reerguimento da Associação às custas dela própria, ou redobravam-se os esforços na região, buscando fortalecer as bases da Associação através de ações mais locais, a opção escolhida. A antropóloga Mariana P. Franco, nesse momento muda a sua residência do Rio de Janeiro para Cruzeiro do Sul, onde passa a

realizar um trabalho de assessoria à Associação, juntamente com Virgínia Gandres que vai trabalhar no escritório da Associação.

A Busca da autonomia

Em 1992, esses agentes externos tinham um objetivo explícito: contribuir para a consolidação da “autonomia” da ASAREAJ. No nosso ponto de vista, justamente essa estratégia foi a que impediu, e continua impedindo, o “fracasso” da democratização local.

Vale ressaltar aqui, que há uma diferença fundamental entre a Reserva Extrativista do Alto Juruá e as demais Reservas criadas, conforme às responsabilidades para as suas gestões.

Conforme o decreto do Alto Juruá, reza o artigo segundo:

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, quando da implantação, proteção e administração da Reserva Extrativista do Alto Juruá, poderá celebrar convênios com as organizações legalmente constituídas, tais como cooperativas e associações existentes na Reserva, para definir as medidas que se fizerem necessárias à implantação da mesma” (Brasil, 1995a: 12 grifo nosso)

No caso das Reserva Extrativista Chico Mendes o decreto de sua criação, no seu artigo terceiro, parágrafo primeiro:

“Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no artigo primeiro deste decreto” (Brasil, 1995b:20).

Para o decreto da Reserva Extrativista do Rio Outro Preto, conforme o seu artigo quinto:

“Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no artigo anterior” (Brasil, 1995c:16).

Essa sutil diferença foi entretanto levada à sério pelos líderes do Alto Juruá, bem como para os agentes externos envolvidos.

Novos projetos foram feitos, mas o objetivo principal era que a Associação fosse o responsável. Um exemplo disso foi o Projeto financiado pela Fundação MacArthur, que liberou recursos para pesquisas sócio-econômicas e ambientais, além de atuar efetivamente no “fortalecimento das instituições locais” (Cf. Brown, Almeida & Cunha, 1994). Esse projeto era na verdade um convênio entre a Fundação, a Universidade, e a Associação, que deveria participar na decisão da utilização dos recursos e os resultados das pesquisas realizadas.

A partir desses recursos é que Mariana Pantoja Franco em 1993, juntamente com o presidente da Associação, na época Milton Gomes, realiza uma série de reuniões locais, preparatórias para a assembléia dos moradores em janeiro de 94. Nessa assembléia comparecem 800 pessoas (Franco, s/d), alterando aquela imagem “especialmente difícil” para a Associação, que cada vez mais conseguia fortalecer sua autonomia.

Dentro desse projeto de autonomia é que também foi estabelecido um convênio com a organização Saúde Sem Limites e a Associação, que realiza um importante trabalho de formação de agentes de saúde locais, onde a Associação participa das decisões quanto às atividades e ao uso dos recursos.

Autonomia x Assistência

Em agosto de 1994, ainda no âmbito do Projeto financiado pela MacArthur é que inicia-se a nossa pesquisa na região.

Após seis meses de residência junto aos moradores da Reserva, pudemos perceber que esse projeto de “fortalecimento” da “autonomia” das instituições locais não estava terminado. Havia locais onde quase não se falava em Reserva Extrativista ou Associação, mas o problema principal não era o “vanguardismo”, ou o “caciquismo”, mas sim o “assistencialismo” de uma série de outros agentes políticos que também estavam na arena de disputa do poder local.

O fim do monopólio comercial, o fim da renda, a cooperativa, as assembléias da Associação, não tinham acabado com relações que podemos chamar de patronais, que se reproduziam tanto em termos culturais quanto materiais através de outros líderes que também entravam em cena no momento.

Em 1992 é criado o município de Marechal Thaumaturgo, com prefeito, vice-prefeito e vereadores. Em 1994 o conflito da prefeitura e dos vereadores do município com a Associação é absolutamente explícito. O vice-prefeito (e atual prefeito) era delegado de polícia em 89, responsável pelo uso de violência física a Antonio Macedo e Chico Ginu quando da implantação da cooperativa. Além destes, haviam os comerciantes locais, os marreteiros e regatões, aumentam a presença no local, também se colocando contra a Associação, porque a cooperativa esbarrava nas suas relações comerciais.

Em 94 estávamos também em momento de disputa eleitoral, e o candidato a governador, que foi posteriormente eleito, Orleir Cameli, havia sido diretamente prejudicado com a criação da Reserva no seringal que arrendava, e na região que pretendia retirar madeiras.

Em agosto há um comício para candidatos ao governo na sede do município, com grande participação dos moradores da Reserva, que em muitos casos foram buscados em canoas por esses candidatos, além de receberem comida e combustível para a volta.

Dias após o comício, a conversa que se ouvia junto aos moradores do rio Amônia, onde nós realizamos parte de nossa pesquisa de campo, era o discurso de Orleir Cameli, que caso eleito, acabaria com esses “ecologistas”, acabando com as Reservas Extrativistas e as Reservas Indígenas do Acre.

A crítica aos “ecologistas” era uma referência mais que direta a esses agentes externos, sem dúvida todos sabiam que naquele momento ele falava de Antonio Macedo, Mauro Almeida, e outros que trabalhavam nas áreas indígenas vizinhas.

E essa crítica fazia bastante sentido porque dentro desse projeto de autonomia, em 1991 fora aprovado o “Plano de Uso” da Reserva, que merece aqui algumas considerações.

Para a criação de qualquer área de proteção ambiental, o IBAMA normalmente exige a elaboração de um Plano de Manejo, que indicaria as atividades que poderiam ser realizadas nessas áreas de modo a não prejudicar o meio ambiente. Novamente aqui o professor Almeida, conforme seus depoimentos, se refere às dificuldades para convencer o IBAMA que o caso das Reservas Extrativistas era diferente. No local não deveria ser feito um plano “de manejo”, mas sim um plano “de uso”. Com isso, o IBAMA teria que aceitar que havia um modo “tradicional” de uso da floresta, que não era um plano concebido por biólogos ou engenheiros florestais, mas sim um plano elaborado a partir da experiência construída durante mais de um século pelos próprios moradores da floresta.

Além da aprovação do Plano de Uso, houve em 92 a criação do CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais, dentro da estrutura do IBAMA. Criado na época da ECO 92, pois ela “certamente colocará em discussão a ação governamental sobre o meio ambiente e o desenvolvimento”, com o objetivo de “apoiar a elaboração, implementação e implantação de planos, programas, projetos e ações necessárias ou demandas pelas populações tradicionais, seja

diretamente através de suas entidades representativas e/ou indiretamente através dos órgãos governamentais constituídos para estes fins e/ou organizações não governamentais que as assessoram (...)" (SEMAN/IBAMA/CNPT, 1992).

Com isso a Associação passava a ter um órgão que permitia a entrada de recursos diretamente do governo federal ou de entidades internacionais. Fonte de recursos importante num momento em que a Amazônia torna-se um problema mundial, e recursos externos não eram incomuns. De fato, os governos municipais e os governos estaduais, bem como seus pretendentes, não poderiam deixar de criticar esses "ecologistas", pois esses recursos não mais passariam pelos âmbitos estaduais e municipais, indo direto para o CNPT que os repassaria para a Associação.

Com essas críticas, os candidatos também estavam se referindo aos problemas surgidos após a criação do Plano de Uso. Mesmo sabendo que ele foi aprovado em uma assembléia em 1991 e elaborado a partir das práticas da "população tradicional", temos que lembrar que essa população tradicional não é nem um pouco homogênea, assim como qualquer outra população.

Há várias divergências quanto ao uso de recursos como a caça e o plantio de roçados, que o Plano de Uso determina. Essas divergências produziram uma série de conflitos internos e com o CNPT, que tem como obrigação fiscalizar o cumprimento desse plano.

Sabendo desses conflitos, tanto a prefeitura local quanto os candidatos daquele período, usavam a questão dos "ecologistas" para mostrarem que eles é que eram os responsáveis pelos problemas locais, impedindo a alimentação dos moradores da região com suas regras quanto à caça e impedindo o desenvolvimento local, pelas restrições ao desmatamento.

Pudemos entrevistar alguns moradores que levavam carne de caça para a sede do município, que conforme seus comentários seriam compradas pelo mercado municipal, controlado pela Prefeitura. Outros haviam recebido anzóis de pesca de tamanho grande, incentivando técnicas de pescaria também consideradas predatórias no Plano de Uso.

Tanto após as eleições de deputados e governadores de 94 quanto depois das eleições para prefeito e vereadores de 96, nos encontramos com várias pessoas retirando madeiras com moto-serras para a construção de casas para os moradores da Reserva, como “pagamento de promessa de campanha”. Conforme os entrevistados, essas madeiras eram retiradas “de meia” das suas colocações. Parte seria utilizada para a construção da casa do eleitor que apoiou o candidato vencedor, parte seria vendida na cidade, atitude totalmente contrária ao Plano de Uso e às ações da Associação no local.

Num outro sentido, ações desses agentes externos, incluindo também o CNPT, vêm trabalhando junto com a Associação no sentido de reforçar os objetivos da Reserva.

Conforme o Plano de Uso, “todos os moradores são os responsáveis pela execução do Plano, como co-autores, co-responsáveis na gestão da Reserva e únicos beneficiários da mesma” (Brasil, 1995: 9). Mas isso não é suficiente, por isso o CNPT, desde a aprovação do Plano, vem desenvolvendo o trabalho na formação dos “fiscais colaboradores” da Reserva, que têm sido responsáveis pelo trabalho de convencimento dos moradores quanto ao seu cumprimento, se opondo constantemente às ações de diferentes agentes que se colocam contra o Plano. (Grande parte das denúncias descritas acima foram feitas por esses fiscais).

Pesquisadores da região, trabalhando também em convênio com a Associação, dentre os quais nos incluímos, vêm trabalhando na formação de “monitores sócio-ambientais”, que estão fazendo diários sobre a caça, a pesca, os roçados, etc, procurando desenvolver parâmetros para o futuro

gerenciamento sócioambiental da Reserva, procurando tornar a Associação cada vez mais autônoma.

Conclusões

Conforme nosso ponto de vista, esses conflitos entre uma Associação que se pretende autônoma, democrática e promovendo a sustentabilidade ecológica local esbarra nos interesses de várias outras autoridades políticas locais. Nessas disputas, esses agentes externos continuam tendo importante atuação e isso não vem formando uma “massa de manobra”, ao contrário, cada vez mais se vê pessoas menos dependentes desses agentes externos.

Almeida, analisando o papel dos antropólogos junto aos movimentos sociais analisa as mudanças que se deram a partir dos anos 70. Nesse período, houveram vários projetos em pequenas comunidades, como as indígenas e ou entre camponeses, onde tanto pesquisadores quanto padres, agrônomos e outros se envolviam com a população local, tornando-se “intermediários” ou tradutores destes frente às “fronteiras de poder” fazendo projetos e negociações em nome dessas populações (Almeida, 1992: 111 e 115).

Nos anos 80, com a abertura política no país, começam a se fortalecer entidades mais abrangentes, como a União das Nações Indígenas (UNI), o Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Conselho Nacional dos Seringueiros, que desenvolvem seus próprios projetos de mudança, inseridos no contexto mais geral do país. Nesse momento, esses intermediários tornam-se cada vez mais “desnecessários”, sendo este “(...) pelo menos um objetivo que os próprios antropólogos deveriam propor a si mesmos” (Almeida, 1992: 113-114 e 116).

Maria da Conceição D’Incao e Gérard Roy, durante os anos 80 se propuseram a acompanhar, durante um ano, a organização interna de um assentamento rural no Estado de São Paulo. O ponto interessante desse trabalho era o próprio questionamento da presença dos pesquisadores no local, discutindo as formas de poder da organização local e como eles poderiam efetivamente contribuir para uma organização democrática, no sentido em que indivíduos autônomos encontram-se para decidir, em pé de igualdade, os seus problemas comuns (D’Incao & Roy, 1995).

Conforme esses autores, a percepção do assentamento, mesmo a partir de discursos democráticos por parte de suas lideranças locais e membros do MST e da igreja, era de que perdurava no local relações políticas próximas do que os assentados viviam anteriormente, eram relações baseadas na “lei do patrão”, onde os dominados entram na relação a partir da troca de favores em prejuízo de outros, ou aceitavam as decisões da assembléia, mas na prática agiam de forma contrária

Sempre questionando as próprias ações, os autores procuraram atuar na forma de uma “mediação libertadora” (D’Incao & Roy, 1995: 253). Considerando as mudanças percebidas no local, os autores consideraram que puderam contribuir para que “novas relações se construam sobre a autonomia das pessoas no direito de se exprimir e negociar livremente as soluções dos problemas” (D’Incao & Roy, 1995: 264).

Em nosso ponto de vista, a ação dos diferentes agentes externos na região do Alto Juruá, têm buscado agir do sentido dessa “mediação libertadora”, mas não foram ainda capazes de se tornar “desnecessários”, conforme Almeida. Um exemplo disso é o fato recente de que o presidente da Associação, solicitou aos pesquisadores que ajudassem no pagamento da conta telefônica da Associação, que havia ultrapassado as expectativas, e que eles não podiam pagar com seus próprios recursos.

A “autonomia” ainda não foi alcançada, e talvez não seja enquanto algumas condições econômicas e sociais na região e as ações significativas

de políticos e pessoas com diferentes visões de desenvolvimento para a Amazônia estiverem atuando no local.

Nossas pesquisas, no entanto, sugerem que as mudanças vêm ocorrendo no sentido de aumentar essa autonomia, em detrimento do assistencialismo, pois cada vez mais os moradores da Reserva vêm percebendo as diferenças entre essas diferentes formas de atuação política.

Além disso, temos que reforçar que o discurso desses agentes externos que atuam na região, não podem ser considerados apenas como algo “certo”, ao contrário, é com extrema desconfiança que as pessoas os tratam.

No período eleitoral de 1994, o professor Almeida foi até a região onde nos encontrávamos, no rio Amônia e em meio a outras conversas, acabou fazendo um discurso a favor do candidato do Partido dos Trabalhadores, mostrando todos os problemas que poderiam advir com a eleição de um governador que anteriormente havia sido um patrão.

Dias depois, participamos de uma reunião, no mesmo local, de uma vereadora que vinha “ensinar as pessoas a votar” nos candidatos de seu partido, trazendo consigo um *prático*, (que extraiu dentes de mais de quinze pessoas na hora, diga-se de passagem sem nenhuma higiene), e “distribuindo” antibióticos para os moradores, todos “amostras grátis” isto é, já doados pelo governo aos postos de saúde.

Em ambas as circunstâncias, a maioria das pessoas ouviam aqueles dizeres de forma calada, aparentemente aceitando os argumentos apresentados. Essa aparente conivência com que as pessoas trataram ambos os propagandistas, entretanto, assim que elas saíram se transformou em debates acirrados, as pessoas pesavam e discutiam cada argumento, criticavam, tentando construir e defender suas próprias opiniões.

Essa desconfiança local, e as ações desses agentes, conforme nosso ponto de vista é que vêm contribuindo para um aumento da autonomia e da construção democrática dos destinos da Reserva.

A Organização Política: Prefeitura, Associação, IBAMA e seus recursos

Se há alguns anos atrás poderíamos dizer que o espaço público dessa região era dominado pelos patrões, atualmente há uma série de outros agentes que interna e externamente dividem e lutam por esse espaço.

Há um poder local, representado pela Associação, apoiada por pessoas de ONGs que realizam projetos, e pessoas ligadas à academia.

Há um poder municipal que se organiza a partir de 1992, quando Marechal Thaumaturgo foi emancipado de Cruzeiro do Sul, com prefeito, vice-prefeito e vereadores, criando no local recentes disputas eleitorais já que na população do município de 9.695 habitantes, por volta de 5.800 moram dentro da Reserva (Almeida: 1994), sendo um número considerável de eleitores.

Há um poder estadual, que é mais presente em períodos eleitorais, representado aqui principalmente por um deputado estadual eleito várias vezes na região e o atual governador, que antes foi o patrão local.

Há um poder federal, representado pelo CNPT - IBAMA, que tem atribuições específicas, por vezes se confundindo com um poder policial, como veremos adiante.

Poder Municipal

Marechal Thaumaturgo é uma cidade recente e não tem nenhuma produção própria relevante. A sua sede, que se localiza na foz do rio Amônia, tinha 292 habitantes em 1991 (Almeida, 1991). Possui a única escola da região que ministra aulas até a oitava série, uma creche, um

mercado, a partir de 96 um telefone público, uma antena parabólica, um posto de saúde, uma pista de pouso, um mercado municipal e vários comerciantes, sendo que alguns também fazem marretagem na Reserva. Há também uma delegacia, um quartel do exército, a prefeitura e a câmara municipal.

A população adulta moradora da sede do município se dedica ao comércio ou trabalha nos órgãos da prefeitura, ainda que normalmente tenham locais de roçado distantes, onde plantam milho, arroz, feijão, eventualmente para a venda.

A principal fonte de recursos do município é o Fundo de Participação dos Municípios.

Com sede em Cruzeiro do Sul, o CNPT conta atualmente com 5 funcionários e recursos advindos diretamente do governo federal.

A Associação dos Seringueiros e Agricultores do Alto Juruá, conforme seu Estatuto:

Capítulo 1, artigo 1., b) “Tem com finalidade representar os moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, tais como: seringueiros, agricultores e outras categorias de residentes associados a esta entidade, nas suas reivindicações e necessidades produtivas, organizativas e culturais, perante as autoridades administrativas e jurídicas”;

Capítulo 2, artigo 2) “A Associação terá como objetivo a defesa econômica e social dos seus associados, promovendo e incentivando ações que permitam fortalecer o nível organizativo e produtivo de seus associados, fortalecer o nível organizativo e produtivo de seus associados na busca da melhoria de vida (...);”

Capítulo 2, parágrafo 1) “A Associação poderá solicitar e administrar recursos financeiros para o bom desempenho de seus objetivos,

junto às instituições públicas federais, estaduais, municipais, bem como junto às organizações não governamentais nacionais e internacionais conforme as Leis do país.”

Capítulo 3, artigo 3. a) “Formar, informar, organizar, defender e conquistar novas vantagens para os seus associados; b) Representar os interesses gerais dos associados perante as autoridades administrativas e jurídicas; c) Eleger representantes, administrar o patrimônio e associar os moradores (...)” (ASAREAJ/CNPT/IBAMA, 1996)

Para tais tarefas, a Associação possuiu um escritório em Cruzeiro do Sul com dois funcionários, computador, telefone e fax. O tesoureiro e o presidente da Associação moram na cidade. Os demais membros da diretoria executiva e conselhos vivem em diferentes colocações em toda a Reserva.

Os recursos normais da Associação seriam a anuidade paga pelos seus associados, 6 Kg de borracha por ano para cada um, o que geraria por volta de 2.800 reais por ano (considerando 1Kg de borracha a R\$0,80 e 600 associados).

Em janeiro de 1988, pudemos participar de uma última assembléia dos moradores, ocorrida em janeiro de 1988. Para sua realização foram necessários nove mil reais, vindos das mais diferentes fontes.

Wawzyniak, em suas pesquisas na Reserva do Rio Ouro Preto, conclui que um dos problemas que a Associação de moradores daquela Reserva é procurar “evitar a dependência de recursos externos” (Wawzyniak, 163).

Em termos ideais, recursos próprios podem proporcionar uma gestão mais independente e talvez mais condizente com os desejos da população, mas os custos são muito altos.

Atualmente, há um projeto em andamento, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, que destina recursos do G-7 (Grupo dos sete países mais desenvolvidos) de 1,5 bilhões de dólares por cinco anos para a conservação da Floresta Amazônica, sendo que parte desse montante, está sendo encaminhado desde 1995 a quatro Reservas Extrativistas, o chamado "Projeto Resex", entre estas a Reserva do Alto Juruá. Esses recursos estão sendo administrados pelo CNPT e pela Associação.

Com esses recursos, a Associação novamente vem procurando desenvolver um sistema de comercialização, agora conhecidas como "cantinas da Associação". Além disso, foram instalados equipamentos para o beneficiamento da cana e do arroz, barcos, etc.

Além dessas autoridades políticas, há também os poderes que se estabelecem entre as famílias da Reserva, onde famílias têm suas próprias diferenças e disputas.

Procurando perceber como esses diferentes agentes políticos atuam na realidade local, tendo como foco a questão da autonomia e da assistência, descreveremos a seguir algumas características gerais da vida dos moradores da Reserva Extrativista, pretendendo demonstrar como essas disputas ocorrem junto a estes moradores, e como relações mais democratizadas podem desenvolver-se nesse contexto.

CAPÍTULO 4. A VIDA DOS MORADORES NA FLORESTA

Introdução

Para analisarmos a situação política na região onde hoje se localiza a Reserva Extrativista do Alto Juruá, descrevemos a seguir algumas características dos antigos seringais e das mudanças provocadas com a criação da Reserva.

Localização

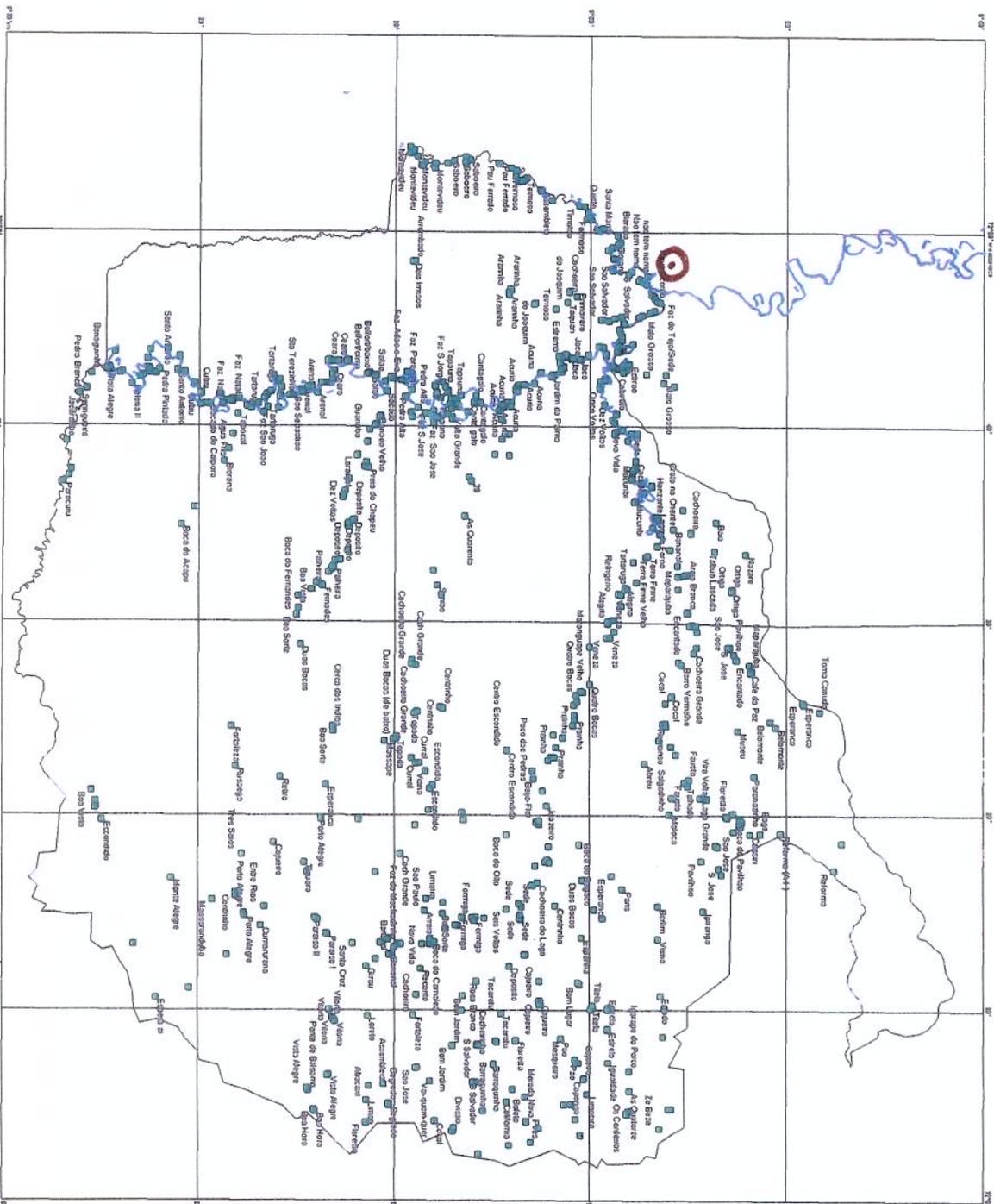
A Reserva Extrativista do Alto Juruá localiza-se no município de Marechal Thaumaturgo, extremo oeste do Estado do Acre, tendo fronteiras com quatro áreas indígenas: os Ashaninka (ou Kampa) do rio Amônia, os Ashaninka do rio Breu, os Kaxinawá do Breu e os Arara no rio Bagé. (ver mapas)

A área da Reserva é formada pela região banhada pela bacia do Alto do rio Juruá, a partir da sede do município de Thaumaturgo até o rio Breu, que também é fronteira com o Peru.

O município de Thaumaturgo tem uma área de cerca de 800.000 hectares, destes, a Reserva ocupa 506.186 hectares.

Nessa área vivem aproximadamente 850 famílias ou 5.800 habitantes, com uma densidade demográfica de 1,2 habitantes por Km², conforme levantamento realizado em 1991, coordenado pela ASAREAJ (Almeida, 1994).

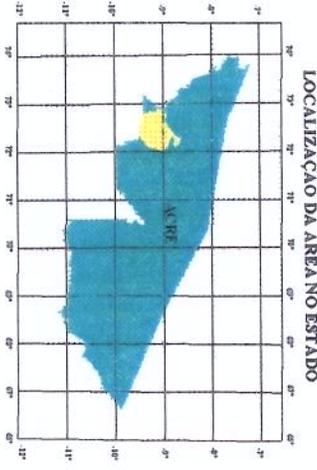
Os moradores dos rios maiores, como o Juruá e seus afluentes como o rio o Amônia, que são navegáveis em barcos ou canoas, são considerados moradores das “margens”, em oposição aos moradores dos chamados “centros”, que se localizam nos pequenos afluentes do rio Tejo, chamados de igarapés. A pesquisa realizada junto aos moradores do rio Amônia e do igarapé Manteiga tornou possível captar um pouco dessas diferenças.



RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ

DISTRIBUIÇÃO DAS COLOCAÇÕES

- Legenda**
- Colocações
 - SEDE DO MUNICÍPIO



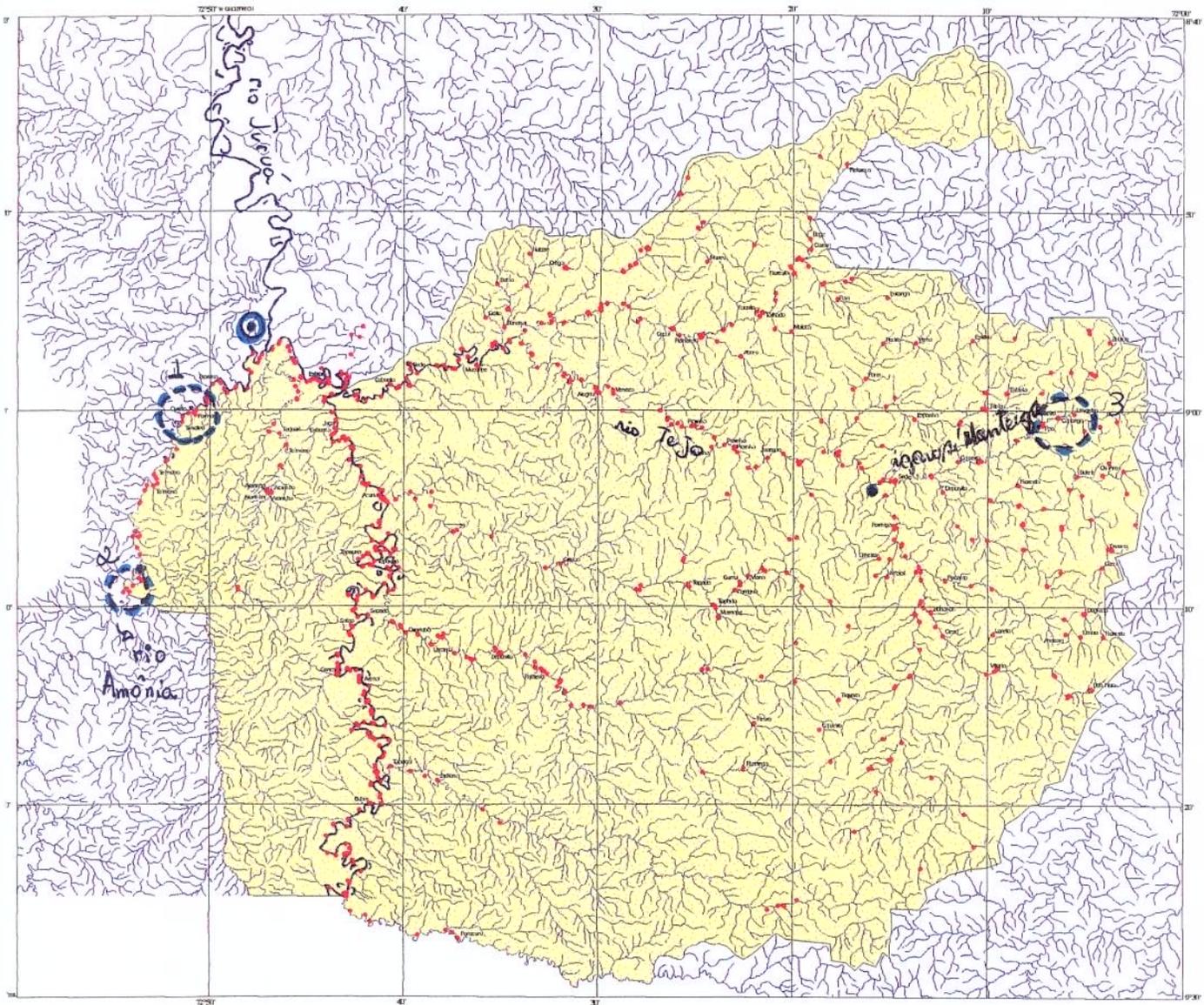
Projeto "E Possível Populações Tradicionais da Floresta Gerenciam Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Jurua, Acre, Brasil"

Coordenadores: M. Mannela C. da Cunha, Mauro W. B. de Almeida, Keith S. Brown Jr.

Instituições:
 UNICAMP/ Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, Inst. de Geociências USP / Núcleo de História Indígena e do Indigenismo ASAREAJ / Assoc. dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Jurua IBAMA / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

Financiamento: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, IBAMA, FAPESP

Equipe Técnica:
 Processamento: Henrique L. Roig
 Diretoria da ASAREAJ
 Fiscais colaboradores e Monitores sócio-ambientais da ASAREAJ
 Data: janeiro de 1995



⊙ Sede do município de Marechal Thaumaturgo

• Vila Restauração

• casas

⊙ regiões da pesquisa antropológica:

1 - rio Amônia - colocação Quieto (margem)

2 - rio Amônia - colocação Montevidéu

3 - igarapé Manteiga - colocação Caponga

A Vida na Floresta - A “Miséria” e a “Abundância”

As Colocações

Em nossa primeira pesquisa de campo, nossa expectativa era encontrar espécies de vilas ou aldeias rurais, com uma concentração de casas dispostas mais ou menos em círculo. Na verdade, as chamadas “colocações”, têm como núcleo pequenas clareiras abertas na mata, geralmente nas margens de rios ou igarapés.

Essas clareiras tem em média de duas a três casas, chegando a atingir cinco ou seis casas, ocupadas idealmente por uma família cada casa. Para atingir uma outra clareira, é necessário uma caminhada de uma a duas horas, através de trilhas abertas na mata. Não há divisões nem cercas entre as casas ou as colocações, que englobam tanto a casa e o terreiro quanto uma imensa floresta à sua volta, utilizada pelos seringueiros e agricultores para sua sobrevivência. Ao contrário, nessas trilhas podem ser observadas estradas de seringa de diferentes colocações que se cruzam, bem como “piques de caça” de diferentes famílias.

Idealmente, cada família tem acesso a uma área de 300 hectares ou mais de floresta, para a extração de seringa, a caça, a pesca e a coleta de madeiras para construção de casas, canoas e utensílios, além de outros produtos como frutas e plantas medicinais. O Plano de Uso determina que para os roçados a área máxima de derrubada seja de 15 hectares.

Conforme cálculos de Almeida (1992: 103), cada família explorava em média por volta de 5Km² ou 500 hectares de floresta, uma área bastante grande se consideramos que um lote tradicional para um assentamento é de 30 hectares.

Além das colocações existem duas *vilas* na Reserva, uma na confluência do rio Tejo com o Riozinho e outra na Foz do rio Breu⁷. Nessas vilas há por volta de 20 casas cada uma.

As Casas

Ao chegar em uma casa na Reserva rapidamente começa-se a sentir a falta de determinados confortos que uma pessoa das cidades pode estar acostumada, a visão inicial, vendo aquela “ruma de meninos”, no alto do barranco, nos olhando assustados com suas escassas roupas é o primeiro incômodo.

As casas são normalmente feitas de paxiúba, espécie de palmeira local ou de madeiras serradas, construídas acima do chão para evitar enchentes ou animais. Em média as casas possuem uma sala, cozinha, um quarto e corredor, e em muitos casos as casas são abertas, com paredes apenas fechando o quarto. O fogão é a lenha e praticamente não existem móveis. A iluminação é feita com lamparinas de querosene.

Não há banheiros dentro das casas. As escassas roupas e utensílios de cozinha são lavados nos rios ou igarapés. Normalmente dorme-se em redes armadas nas paredes. A comida é servida em pratos dispostos no chão, com um número de colheres às vezes insuficientes para a família e mais as visitas.

Enquanto as casas de paxiúba são as mais comuns, ter uma casa de madeira serrada é considerada melhor, onde há menos entrada de insetos e há maior proteção nas noites frias. Nesse sentido, pudemos ver durante pesquisas realizadas após o período eleitoral, alguns políticos como pagamento de “promessas de campanha” serravam madeiras com motosserras para a construção de casas para seus supostos eleitores. Vários entrevistados disseram que a madeira era serrada “de meia” e a outra

⁷ Essa região vem sendo estudada por Andrea Martini, em tese mestrado em Antropologia, na Unicamp.

metade era levada para a venda nas cidades, ato contrário ao Plano de Utilização da Reserva, sobre o qual falaremos mais abaixo.

Por outro lado, não há falta de moradia. Foi interessante verificar a surpresa com que seu Milton Gomes da Conceição, seringueiro em visita a São Paulo, viu várias pessoas dormindo nas ruas, em pleno inverno. Ele não conseguia entender como é que uma pessoa não podia contruir sua própria casa. Na Reserva, para se ter uma casa é necessário o material, que se retira da mata; um bom lugar, e para isso basta saber cuidar da Reserva e ter boas relações com os vizinhos; e por último, saber fazer, o que é só perguntar. E isso é fácil, pois quase todos os jovens e adultos, já construíram sua própria casa, ou pelo menos ajudou alguém a fazê-lo⁸.

Alimentação

A alimentação básica é constituída de carne de caça ou peixe acompanhada da insubstituível farinha de mandioca. O cardápio várias vezes se repete tanto no “quebra-jejum”, quanto no almoço e no jantar. As verduras normalmente se reduzem a algumas folhas de cebolinha ou couve misturadas no caldo da carne, utilizadas como tempero juntamente com o sal e óleo de soja.

As frutas, consideradas alimentos de segunda categoria são entretanto bastante consumidas principalmente pelas crianças, plantadas em muitas variedades nas proximidades da casa ou entorno dos roçados de mandioca e milho para as galinhas.

As casas estão dispostas no centro de um terreiro, local normalmente muito zelado pelas mulheres, onde sempre há um pequeno cercado elevado onde elas plantam os seus temperos e algumas plantas medicinais.

⁸ Desenvolvemos o tema da construção das moradias num texto a ser publicado no livro de nome provisório “Enciclopédia da Floresta”, coordenado pela profa. Manuela C. da Cunha.

É nos terreiros que se espalham sempre galinhas e também porcos. Algumas vezes patos, galinhas d'angola e eventualmente ovelhas e cabras.

A questão da alimentação é inicialmente complicada para os visitantes das cidades. Há sempre o estranhamento ao se comer carne de macaco ou bifés de veado logo às seis horas da manhã. A sensação também não é muito boa quando o caçador da casa, geralmente o pai de família ou os filhos mais velhos não tiveram sorte na mata, quando voltam cabisbaixos e reclamando que é dia de panela vazia. Observa-se com tristeza para o pote de farinha no canto da cozinha. Nesse momento é que se lembra com saudades da geladeira, ou da padaria da esquina. Não é difícil entretanto, uma criança meio tímida, chegar das vizinhanças com um pedaço de uma paca, ou um tatu. Quando isso não acontece geralmente aparecem bananas, muitas vezes do tipo "grande", que podem ser cozidas ou fritas. Dependendo da época do ano, há frutos de palmeiras como açaí, abacaba ou patoá, que podem ser retirados da mata, além de mandiocas que podem ser cozidas, durante todo o ano. Esses itens, entretanto, não são considerados como "comida", são dias em que se "passa fome"; o morador da Reserva não considera que comeu quando no cardápio não há carne ou peixe.

Um dia em que se "passa fome" entretanto pode ser seguido de outro com uma grande fartura de "comida", quando caça-se por exemplo um veado, um caititu, um queixada ou há uma "piracema" de peixes, tendo-se carne que será seca e salgada para vários dias.

Nossos primeiros dias na Reserva, junto aos moradores do rio Amônia, nos levaram a pensar na "miséria" daquelas famílias e em como se pensar em "democracia" em locais onde o acesso aos bens mínimos é tão escasso.

Conhecendo outras famílias, começamos a notar o "peculiar equilíbrio" descrito por Chaiánov para as sociedades camponesas (*in*, Silva & Stolke, 1981: 138-139). Para esse autor, há relação entre a dificuldade

do trabalho e a satisfação das pessoas, que está ligada ao tamanho e a composição da família.

Conclusão: não se morre de fome na Reserva. Há farinha, bananas e outros produtos do roçado para quem quiser e puder trabalhar tanto na terra firme como nas praias e barrancos? Por outro lado, há fome de caça, e a caça é irregular. Por isso o seringueiro está frequentemente com “fome”. Nem toda comida é local e assim acessível: óleo de cozinha, açúcar e outros itens precisam ser comprados. Assim, as casas dependem de um fluxo de mercadorias que separa casas pobres de casas abastadas.

Diferenciação Social

Além da diferenciação econômico-social provocada pelas diferentes fases das famílias, pudemos observar, junto aos moradores do rio Amônia, algumas famílias que visivelmente se colocavam numa posição privilegiada.

O rio Amônia, como pode ser observado no mapa 3, é o rio que estabelece o limite noroeste da Reserva Extrativista. Subindo o rio a partir da sua foz, a margem esquerda pertence à Reserva Extrativista, a outra margem não pertence à Reserva. Subindo por volta de 6 horas numa canoa a motor, chega-se ao igarapé que marca a fronteira da Área Indígena dos Ashaninka (ou Kampa). Na foz do Amônia também localiza-se a sede do município de Marechal Thaumaturgo, que conforme censo de 1991 contava com 292 moradores (Almeida, 1991).

Desde que iniciamos a pesquisa no local, em 1994, os moradores se referiam ao afluxo de moradores para as margens desse rio. Muitos vieram das regiões mais altas depois de expulsas da área indígena após sua criação, por volta de sete anos atrás, a maioria se estabelecendo no próprio rio, abaixo do limite da área indígena. Outras vieram para o Amônia vindos de outros rios e igarapés, em busca de escolas (eram duas escolas em 94 e cinco em 98), da facilidade de transporte (o rio é navegável em canoas durante quase todo o ano), permitindo o escoamento de produtos agrícolas.

Esses fatores favorecem uma maior quantidade de alternativas econômicas. Nos períodos de queda do preço da borracha, os seringueiros passaram a se dedicar à agricultura, principalmente ao comércio do feijão, açúcar e milho. Houveram os períodos que muitos se dedicaram ao comércio de peles de animais, carne de caça e extração de madeiras, como dizem, no “tempo em que era liberto” para essas atividades. Alguns homens ainda trabalham na extração de madeiras no Peru, há apenas duas horas de caminhada do alto do rio.

Foi o primeiro lugar na região do Alto Juruá onde os seringalistas tentaram diversificar a sua produção dedicando-se à extração de madeiras. Ainda são visíveis os restos de uma estrada construída pelo antigo patrão dos seringais do rio Tejo, Orleir Cameli, por onde passavam tratores e máquinas para a retirada de madeiras. A estrada saía de onde hoje é a sede do município chegando até a atual área indígena. Até hoje os moradores do Amônia reclamam da diminuição de madeiras de lei naquele lado do rio.

Essa diversidade econômica é bastante favorecida pela facilidade de acesso à sede do município, que fica exatamente na foz do rio Amônia.

Após a criação do município, podemos dizer que as mudanças com isso foram mais marcadamente percebidas pelos moradores do Amônia. Escolas e casas de farinha comunitárias foram construídas. O que pretendemos ressaltar aqui é que algumas famílias foram especialmente privilegiadas.

Privilégios que são observados a partir de equipamentos como motores de canoas ou moto-serras, e de mercadorias estocadas nas casas, muitas vezes comercializadas para outros moradores. Entre os mais de setenta moradores de todas as margens do rio, podemos dizer que três famílias se sobressaem.

Uma delas é de Erivan Pinheiro, o único “fazendeiro” da região, que tem um grande pasto logo no início do rio, na margem oposta da Reserva, com mais de 100 cabeças de gado. Sua esposa é vereadora.

Outra é a família do Eduardo Gomes, morador da colocação Quieto. Essa família foi uma das expulsas da Área Indígena. Nesse período, o Incra fez uma avaliação da indenização que cada família deveria receber para sair do local. Entretanto, pelos depoimentos, esse dinheiro só chegou seis anos depois, num período de grande inflação, e sem nenhuma correção. Isso é um dos motivos que muitas dessas famílias alimentam uma profunda mágoa dos Ashaninka. Seu Eduardo, diferentemente, não se conformou, e pediu ajuda à prefeitura. O prefeito então, conforme dona Juracy, sua esposa, “comprou a questão”, e pagou para o Eduardo uma moto-serra e um tambor de óleo diesel como indenização, sendo o único a receber esse privilégio. Vale lembrar que há seis ou sete anos atrás, a posse de uma moto-serra coloca a pessoa em uma situação bastante privilegiada, pois além de menos tempo para cuidar dos roçados, ela pode frequentemente ser alugada a preços altos.

Uma outra família que possui mais de 20 cabeças de gado, uma moto-serra e mercadorias para a venda é a família de seu Antonio Brabo, que é primo do antes vice-prefeito e agora prefeito de Thaumaturgo. Sua principal fonte de renda é trabalhar em “empreitadas” de construção de escolas e casas para a Prefeitura.

Em 1996, a margem oposta da Reserva foi desapropriada para a criação de um assentamento pelo Incra, processo que ocorreu sem nenhum tipo de reivindicação organizada local. Seu Eduardo Gomes foi um dos que recebeu lotes de maior tamanho, conseguindo obter lotes para parentes que nem moravam na região. Seu Antonio Brabo, que morava na margem pertencente à Reserva também conseguiu um lote para si e mais três filhos.

Essas três famílias são as únicas que com frequência empregam pessoas para trabalhar na abertura de pastos e no plantio e colheita de produtos agrícolas, que são vendidos em quantidades bastante superiores do que a quantidade que os outros moradores conseguem vender, reforçando cada vez mais essas diferenças.

Casos parecidos só foram observados junto aos fazendeiros que ainda permanecem nas margens do rio Juruá. De um modo geral, cada família cuida de seus próprios roçados e estradas de seringa, havendo apenas alguns momentos de trabalhos coletivos que são entretanto, pagos como “dias de trabalho”, como diremos a seguir.



casa de seu Eduardo Gomes



aspecto de uma casa tradicional da reigão

O Trabalho

As tarefas para a vida das famílias são compartilhadas por pais e filhos ainda crianças. Quando as famílias já possuíam filhos maiores, as mães muitas vezes deixam de ir aos roçados, as tarefas são mais divididas, sendo que alguns filhos cuidam mais da criação maior como porcos e gado, outros da extração da borracha e roçados. Vimos vários desses casos em que um dos filhos é considerado especial, ou porque teve um doença ou porque teve “um susto” ou “um medo” na mata, então permanecem em casa, fazem serviços mais leves, aprendem a ler, tocam violão, etc. Um outro caso são as famílias constituídas por casais aposentados e/ou viúvos. Estes geralmente adotam um ou mais netos ou uma criança da vizinhança, propocionando à esta mimos que ela não teria em casa, que em troca realiza grande parte do trabalho. Além disso moram sempre perto de filhos casados, que os supre de caça e alimentos plantados, que podem retribuir com bens comprados com as aposentadorias.

Em princípio, o grau de abundância depende da quantidade de trabalhadores, e portanto da estrutura da família. Isso ocorre porque a terra e os recursos naturais não são a principal limitação ao trabalho. O que pode faltar são insumos e trabalhadores, conforme a fase da família.

Os focos do trabalho são principalmente: a seringa; a agricultura; a caça e a pesca; as atividades de conserto gerais e o transporte.

A rotina de trabalho dos seringueiros e dos agricultores é bastante diversificada. No período de nossa pesquisa, cada estrada era cortada no máximo duas vezes por semana, e cada seringueiro não usava mais de duas estradas. Mesmo assim não vimos nenhum caso em que os seringueiros cortaram suas estradas durante quatro dias seguidos. Na segunda-feira podiam sair para cortar, na terça para caçar, na quarta iam até a casa de algum marreteiro comprar alguma coisa, na quinta voltavam às suas estradas, na sexta chovia, ou iam para o roçado.

Em várias casas, notamos também com estranhamento, que haviam dias inteiros em que as pessoas não saíam para realizar nenhum trabalho, nem para caçar, nem pescar. Víamos que havia por exemplo apenas um pequeno pedaço de carne guardado e que não daria para o dia seguinte, mas mesmo assim os chefes da família permaneciam em casa, como se nada tivesse para fazer. Esse estranhamento pode ser comparado ao que Marshall Sahlins fala sobre as sociedades primitivas: “Tendo equipado o caçador com impulsos burgueses e ferramentas paleolíticas, julgamos sua situação desesperadora” (Sahlins, 1978: 10) . Para o autor, nessas sociedades “na maioria das vezes há uma adaptação bem sucedida” entre os recursos disponíveis e as satisfação das necessidades (Sahlins, 1978: 8). Víamos então que era com naturalidade que se passava um dia em casa, conversando conosco, contando histórias ou com um vizinho, e que no outro dia retomava-se o trabalho, sem nenhum problema.

Após algumas semanas, começávamos a perceber a “desnecessidade” da maioria dos objetos “imprescindíveis” que trazíamos em nossas mochilas, cada vez mais percebendo como havia uma certa “fartura” do ponto de vista da diversidade de opções locais tanto de alimentos como dos conhecimentos locais, e para isso o ritmo de trabalho poderia ser escolhido por cada uma das famílias.

Ao contrário das necessidades que sentíamos nos primeiros dias, começamos a concordar com Almeida, ao dizer que essas colocações da floresta são “idealmente autônomas” (Almeida, 1990: 33) em termos de produtos agrícolas e proteínas animais, além dos materiais de construção para a casa e trabalho para seus moradores, e cada vez sentíamos menos falta do “mercado”, principalmente devido às intensas relações entre os moradores das proximidades.

A Extração da Borracha



Não é muito comum a presença de “mulheres”, caminhando junto com homens (solteiros ou casados) na mata. As mulheres ou “moças” (virgens ou não casadas) normalmente só caminham pelas trilhas da floresta acompanhadas de outras mulheres ou crianças junto com outros homens. Em raras exceções vimos mulheres caminhando sozinhas, mas isso foi comentado como algo não muito aprovável.

Talvez por isso havia uma resistência por parte das famílias que nos hospedavam em relação ao nosso interesse em acompanhar o trabalho dos seringueiros. Na colocação Caponga, onde certas “regras” de convívio eram muito mais determinadas e respeitadas pelo chefe da casa, seu Osvaldo, este acabou criando uma série de impossibilidades para eu sair com seus filhos para as estradas. No rio Amônia pudemos ir nas estradas com os filhos de seu Antonio Baixinho e no Manteiga tivemos que ir para uma

outra colocação, chamada Bom Futuro, pra podermos acompanhar o trabalho dos seringueiros.

Em alguns locais, as casas da família ficam nas margens de um rio maior, e as estradas de seringa se localizam distantes dessas margens, rumo ao interior, em locais chamados “centros de seringa”. Em alguns casos, os seringueiros vão e voltam do centro para a casa nas margens. Em outros casos, geralmente quando há filhos mais velhos na casa, são contruídas pequenas casas onde comumente dois irmãos permanecem durante três ou quatro dias realizando o corte da seringa, retornando depois para as margens.

Vimos essa estratégia no rio Amônia e no rio Tejo, mas também em igarapés menores como o Riozinho.

Nosso primeiro trabalho junto aos seringueiros foi num centro do rio Amônia, em agosto, quando o corte estava sendo retomado após um período de “descanso”.

As seringueiras, são sangradas ou “cortadas” durante alguns períodos do ano. Entre janeiro e fevereiro as estradas são “roçadas” novamente, para a retirada de plantas que crescem no caminho, sendo cortadas novamente entre março e maio, e voltando a descansar nos períodos mais secos.

As estradas de seringa são trilhas abertas na mata tendo por volta de um metro e meio de largura, seguindo as seringas encontradas. É difícil saber o tempo de duração da vida de uma seringueira. Alguns dizem que dura “a vida toda”, que “desde criança tiro leite da mesma árvore”. Em casos de seringa de cultivo, onde a colheita do látex é muito mais intensa, as árvores sobrevivem durante cerca de dez anos.

O comprimento dessas estradas é variável. A menor estrada cortada pela família de seu Antonio Baixinho, medida pelo geólogo Henrique Roig e o técnico Charles Figueiredo, tinha 5 quilômetros de extensão. Entre

subidas e descidas, travessias de igarapés ou igapós, os seringueiros param em cada uma das seringas. Ao lado de cada uma delas são colocadas tigelas feitas de folha de zinco ou restos de latas de óleo de aproximadamente 100 ml cada.

Cada seringueira recebe um ou mais “traços”, que são cortes cuidadosamente feitos com uma faca especial, de lâmina curva. Esses traços são feitos de forma atingir a espessura da casca para a saída do látex sem atingir as partes mais internas. Um corte muito “pesado” pode “desgraçar” a seringueira. Nesses cortes muito profundos é possível que surjam predadores, as brocas, que produzem “mondrongos” que podem fazer a árvore definhar. Ter uma estrada de seringa “bem zelada” é parte do orgulho do seringueiro.

Geralmente com dez ou doze anos, os filhos começam a acompanhar seus pais nas estradas, inicialmente só realizando a colheita do látex. Após o corte, as tigelas são “embutidas” um pouco abaixo do corte, de modo a fazer com que todo o látex escorra dentro dessas tigelas. Quando o corte é terminado, dependendo do tamanho das estradas, isso pode levar duas, três ou quatro horas, geralmente há uma pausa para comer alguma coisa, e depois é feita a “côlha”. Novamente percorre-se toda a estrada e o leite escorrido é despejado em baldes também feitos de folhas de zinco. Em cada balde são recolhidos por volta de 6 litros de látex, que conforme enchem vão sendo esvaziados em sacos de tecido recobertos por látex defumado, que são presos às costas. Uma estrada deve gerar aproximadamente dois baldes, que no fim da colheita são despejados em caixas de madeira.

Os filhos menores começam realizando a colheita e mais tarde começam a exercitar-se com a faca de seringa, objeto que pode ser visto como a sua passagem para a idade adulta. Geralmente o recebimento da própria faca de seringa corresponde ao período em que é também recebida a primeira espingarda, quando começam a fazer suas primeiras caçadas de pequenos animais. Os meninos começam a cortar as “seringaranas” ou

“seringas vermelhas” e as “intaúbas” espécies que se distinguem da “seringueira real” entre outros motivos por produzirem menos quantidade de látex (Cf. Emperaire & Delavaux, 1992). Quando começam a ter mais habilidade e destreza no corte é que tem permissão para a cortar as seringueiras mais produtivas, geralmente passando a dividir a estrada com o pai, cada qual cortando uma “perna”, que é uma metade da estrada.

Após a colha, é adicionado ao látex líquido algumas gotas de leite de ofê, um outro tipo de látex que age como um catalizador, aumentando a velocidade da coagulação do látex da seringa.

Uma mesma estrada de seringa não pode ser utilizada durante dois dias seguidos, e no dia seguinte o seringueiro faz o mesmo trabalho numa outra estrada e o leite novamente colocado na caixa até ficar cheia. Após o leite da caixa coagular ele se transforma numa “prancha”, que poderá ser colocado numa prensa, para a retirada da água, ou então pode ser vendido do mesmo jeito, mas o comprador pode retirar alguma porcentagem no preço, a tara, para descontar a água contida na prancha.

Durante um certo tempo, os seringueiros costumavam sair de casa no meio da madrugada, com suas porongas, que eram lamparinas presas à testa iluminando o caminho. Os mais antigos dizem que durante o frio da noite a seringueira “dá mais leite”, mas atualmente os seringueiros não levam essa idéia muito à sério, saindo de casa ao amanhecer, fechando o corte por volta das dez ou meio dia, retornando depois para a colha.

Conforme pudemos observar não é todo dia que o seringueiro vai para sua estrada durante os períodos do corte. Quando amanhece chovendo o corte não é realizado, e quando chove enquanto o seringueiro está na estrada, normalmente ele tem que correr e colher o que foi produzido, para que a chuva não “tome o leite”, como costuma-se dizer.

Há até algumas técnicas para saber se vai chover ou não. Conforme José Moreira Borges, seringueiro do rio Amônia:

“Porque o cara tem experiência do dia que chove e que não chove. O cara é baseado aqui, amanheceu, ele já conhece (...) Quando o dia vem amanhecendo, tem gente que faz essa experiência. Pega o cigarro e cospe no terreiro. Se a fumaça sair bem rasteirinha, pode contar que aquele dia não tem como escapar, vem cedo a chuva. Se a fumaça sobe, pode ter certeza que aquele dia não vai chover cedo. (...) Não acredita não? Então faz essa experiência, no dia que está assim nublado (...) que a gente jura que vai chover e, as vezes, estia, nem chove (...) Outros também têm outras experiências, quando o uru [tipo de ave], amanhece cantando (...) Sempre o uru, cantando mais animado, o cara pode contar que é chuva. Outros bichos, assim como o jacu, (...) o jacamim, quando amanhece cantando, todo animado como ele faz, pode contar que é chuva.

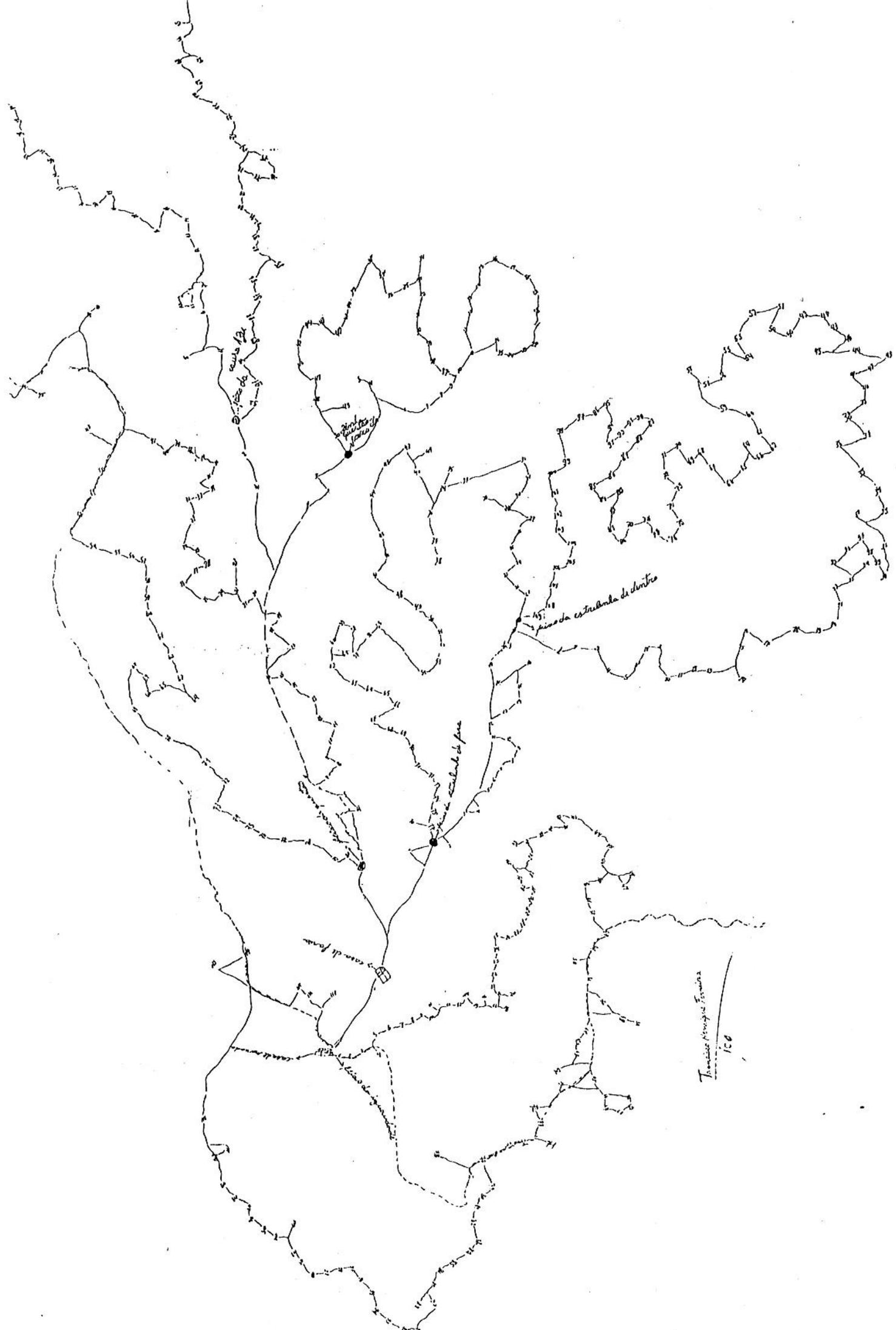
Pois é , eu tenho até a base do dia que chove ou não . Eu pelo menos, a chuva tomar o meu leite é difícil. Pelo menos é aquela experiência que é a vida, o cara tem que ver como é a vida, trabalha naquilo, tem prática, não é?”

O seringueiro, como todo ser humano que quer se aperfeiçoar, é um descontente. Uma das músicas sobre eles mais cantadas no seringal diz: *“A vida do seringueiro, é uma vida aperreada, trabalha até tarde da noite, levanta de madrugada”*. Mas quando se fala de outros trabalhos, muitas vezes o corte da seringa aparece como o melhor, por ser realizado “na sombra”, diferente da agricultura, pois em um dia pode-se fazer uma pequena prancha de poucos quilos que pode servir para alguma emergência, quase pronta para vender.

Caminhando por essas estradas com os seringueiros nos chamava a atenção a quantidade de informações e surpresas que surgem nessas trilhas. Animais que aparecem sorrateiros, rastros sutis marcados na terra dos mais diferentes tipos de bichos que são facilmente reconhecidos até pelos mais jovens, um ninho de nambu com seus ovos azuis, tipos infundáveis de árvores com utilizações das mais diferentes. Uma “envira” para suportes e amarrações, uma planta que serve para “prender coração de mulher”, outra que cura doenças de pele, outra que é venenosa, outra que é ideal para a construção de canoas, e assim por diante.

Na página a seguir, é retratado o “centro de seringa” da colocação Bom Futuro onde há seis estradas, sendo que apenas duas são atualmente utilizadas. O desenho foi realizado por Francisco Henrique Ferreira,

conhecido por Ico e seu irmão José da Costa Ferreira, o Bé, que em 94 moravam nesse centro. Eles moraram alguns anos em Cruzeiro, para onde o pai aposentado se mudou, mas resolveram voltar para o trabalho na seringa. Pois em Cruzeiro, conforme o Ico, “para a gente arrumar trabalho é a maior luta. Quando arranja é mandado, não gosto não”. “Aqui a gente não tem dono, dá o pé aonde quiser”. Numa entrevista com o Bé, agora casado e morador da “margem” do Bom Futuro, perguntado sobre o que esperava do futuro de seus filhos, disse: “Assando e comendo carne (risos). Educar bem eles, para no futuro eles serem os donos da pessoa deles. Cada qual fazer para si, da vida, como bem quiserem, como eu faço”.



12

13

Piscina estruendo de dentes

Cachoeira de fave

Francisco Menezes Ferreira
150

Os Roçados

Como já vimos acima, não são em todos os locais da Reserva que há incidência de árvores da seringa. Elas se concentram nos pequenos afluentes do rio Tejo, e nos outros afluentes do Juruá, pouco ocorrendo nas margens deste.

Com a queda dos preços da borracha a partir de meados dos anos 80, vários seringueiros mudaram-se para os rios maiores, onde a navegação facilita o escoamento dos produtos agrícolas. Em janeiro de 98, o preço da prancha de borracha pago para o seringueiro era de R\$0,80 o quilo. Se em anos anteriores, um seringueiro fabricava em média 600 Kg de borracha/ano em vários casos atingindo mil quilos de produção ou mais (Almeida, 1992: 109), a média atual é de 200 a 400 Kg de borracha por seringueiro (cit survey). Há muita reclamação, mas por esse preço, os seringueiros não acham que vale a pena trabalhar muito. Preferem a caça e a pesca, ou os roçados.

Coincidindo com a criação da Reserva e a queda dos preços da borracha, muitos seringueiros abandonaram os “centros”, rumo às “margens”, dedicando-se principalmente ao cultivo de feijão, mas também do arroz, tabaco e cana, principalmente.

Os preços dos produtos agrícolas também são considerados baixos, além de sofrerem muitas alterações anuais e sazonais.

Além disso, os produtos agrícolas se estragam, molham, mofam. Para obter bons preços é necessário ter recipientes adequados para seu acondicionamento, tornando possível esperar os melhores preços, condições que ocorrem em poucos casos, sendo que normalmente as vendas são feitas logo após as colheitas.

A prancha de borracha, obtida após a cogulação do látex, é ao contrário extremamente durável. Pode sujar, molhar, durante muito tempo. Os seringueiros moradores dos “centros” não se cansam de afirmar que “o jeito aqui é a borracha”, pela quase impossibilidade do transporte de produtos agrícolas.

Os moradores do Amônia têm a possibilidade de escolha. Como o rio é praticamente o ano todo navegável, os moradores podem optar pela atividade agrícola, mas muitos casos gostam de dizer que tem suas estradas de seringa, as utilizando como uma fonte de renda secundária. Já entre os moradores do Igarapé Manteiga e do Riozinho, o corte da seringa continua sendo sua principal atividade.

Uma família tem normalmente dois ou três roçados de mandioca, que garantem a produção da farinha durante todo o ano.

Uma outra atividade coletiva entre as famílias é a produção da farinha de mandioca. As tarefas de retirar as mandiocas, descascar, lavar, ralar, prensar e secar a mandioca ralada no forno de barro são divididas, assim como a farinha produzida, qualquer que seja o dono do roçado.

As “casas de farinha” geralmente possuem um forno coberto com uma grande chapa de metal, uma serra para ralar chamada de “bola”, uma prensa de madeira e na maioria dos casos um pequeno motor de 3,5 ou 5 HP. Tanto a chapa quanto a bola e o motor são bens considerados caros e em muitos casos um motor de uma família é usado na casa de farinha de várias outras pessoas. Há atualmente várias casas de farinha equipadas pela Prefeitura e outras também pela Associação, com recursos do Projeto Resex. É uma das “dádivas”, ou “assistências” prestadas.

A abertura dos roçados é quase sempre feita na forma de mutirão e a família depois se encarrega da queimada (encoivara), da limpeza da área e do plantio. Num mesmo roçado pode-se plantar mandioca até três vezes, mas depois o solo já é abandonado, e novas áreas são abertas.

No rio Amônia, recentemente foram compradas moto-serras pelos moradores do Assentamento do Incra, que podem empresta-las ou alugá-las aos moradores da Reserva. Mas normalmente o desbaste do terreno é feito com machados e terçados.

Os roçados de mandioca e milho, também muito comuns para alimentação de animais, são limpos por volta de três vezes ao ano, quando são retiradas as plantas e ervas que começam a brotar no meio dos roçados.

Nos locais mais úmidos do terreno próximos às casas são comuns também plantios do arroz, que devem ser cercados quando há gado nas proximidades.

A colheita do arroz e do feijão normalmente é feita por mais de uma família, sendo que o produto do dia é dividido entre as famílias. No caso do Amônia, alguns moradores do lado oposto à Reserva começam a se consolidar como pequenos fazendeiros, com criações de gado e grandes roçados. Nesses casos, há o pagamento de diárias para as pessoas que participam da colheita.

As Relações Sociais Locais

As colocações, são geralmente formadas por duas a três casas de famílias unidas por laços de parentesco ou compadrio. Há uma intensa relação de trocas de carne de caça ou peixe, a chamada “vizinhança”, além de trocas de produtos agrícolas e dias de trabalho. Há também relações entre as diferentes colocações, em momentos de trabalhos coletivos como os “adjuntos”, onde o trabalho mais pesado para o preparo de áreas para roçado e manutenção das estradas de seringa é feito coletivamente, além de festas, novenas e outras atividades.

Essas relações são importantes para mobilizar recursos de transporte, de processamento de farinha, para preparar estradas de seringa, etc.

Conclusões: Autonomia e Dependência

O quadro acima indica que os seringueiros vivem em uma situação de abundância de recursos naturais - rio para pescar, mata para caçar, terra para plantar. Indica que utilizam o trabalho familiar e de grupos de vizinhança para produzir alimentos e mercadorias. Por outro lado, indica que as atividades produtivas dependem essencialmente da importação de equipamentos e insumos, e que a vida cotidiana também exige um fluxo constante de bens de consumo corrente.

Essa relativa autonomia dos seringueiros é um dado importante para pensarmos o seu oposto, que é a necessidade de relacionamento com o mercado para a compra e venda de mercadorias e com outras instituições estatais ou não estatais para o acesso à educação e à saúde.

Nas sociedades estudadas por Sahlins, as pessoas estariam “livres da obsessão do mercado”, pois seria o mercado que “institui a *escassez* de modo jamais visto” (Sahlins, 1978:8, grifo nosso). Mas ainda que não de forma obsessiva, os moradores da Reserva olhavam com admiração nossas vistosas mochilas e roupas...

Há uma série de mercadorias que são consideradas essenciais para a vida na floresta. Munição para caça, anzol para pesca, sal, óleo, café, açúcar branco, querosene para lamparinas. Outras também importantes são pilhas para rádios, isqueiros, leite em pó para crianças, manteiga para mulheres pós-parto, combustível para motores de canoa ou para o fabrico da farinha, roupas. Isso só se obtém através do mercado.

A renda monetária das famílias é basicamente proveniente da atividade extrativa, da agricultura, de aposentadorias.

Através desse acesso pode-se pensar a questão das mudanças políticas locais e das diferentes esferas de poder.

CAPÍTULO 5. PROCESSOS LOCAIS E INSTITUIÇÕES EXTERNAS

O Acesso aos recursos externos

Natureza e Recursos Coletivos: O Plano de Utilização da Reserva

Conforme dito acima, em 1991 foi aprovado pelos moradores e pelo IBAMA um Plano de Uso para a Reserva Extrativista do Alto Jurua. Com esse plano, procurávasse garantir o acesso aos recursos naturais de forma a promover a auto-sustentabilidade da Reserva, baseando-se no conhecimento tradicional da população.

Há uma série de problemas entretanto. O mais comum é questão da proibição da caça com cachorro, que conforme os moradores, quem tem sempre consegue caça, mas quem não tem é prejudicado pois o cachorro espanta com seu barulho os outros animais para longe.

Em vários locais, os moradores não aceitam essa regra, considerando que sem o cachorro vão “passar fome”. Essa desavença é muito utilizada por políticos locais, bem como por esses marreteiros e regatões, que se colocam contra a Associação porque sabem que se o seu comércio for desenvolvido irão perder seus fregueses.

Fazem questão por exemplo, de espalhar pelos quatro cantos que souberam que um membro ativo do movimento realizou uma caçada com cachorro.

No rio Amônia, pudemos ver um marreteiro, que antes fora arrendatário de parte daquele seringal se referir à impossibilidade da sobrevivência de um agricultor que só pode desmatar 15 hectares de floresta para o plantio, conforme reza o Plano. Para se colocar contra a caçada com cachorro se utilizava de argumentos bíblicos. A fartura de caça

diminuía justamente porque o “homem” queria estabelecer regras para aquilo que Deus tinha colocado na terra para o homem.

Um outro marreteiro que conhecemos no rio Amônia, durante a noite, conforme depoimentos dos moradores, havia carregado o seu batelão de madeiras para a venda na cidade, além de comprar carne de caça também para a venda.

Também foi comentado que vereadores e prefeitos durante o ano de 94 haviam distribuído anzóis grandes, utilizados para um tipo de pesca considerado prejudicial no Plano de Uso.

No rio Amônia, são justamente aquelas famílias privilegiadas que ressaltamos acima as mais acusadas de não cumprir com as deliberações do Plano. Erivan Pinheiro, conforme moradores da região é o “profissional” das caçadas com cachorro. O mesmo ocorrendo com o Eduardo Gomes, que é “teimoso mesmo” e afirmava publicamente que não iria deixar esse tipo de caçada, com o argumento de que precisava sempre ter comida para oferecer aos seus empregados.

Com a criação do Assentamento, o controle passou a ser mais respeitado, sendo que essas caçadas, conforme os moradores, só têm ocorrido na margem do rio que não pertence à Reserva. Isso entretanto, acaba provocando uma contradição de regras que são importantes para o estabelecimento das condições da Reserva.

Os moradores do Amônia, até antes da criação do Assentamento, podiam mudar de um lado a outro da Reserva. A família de seu Eduardo Gomes, por exemplo, preferiu morar do lado que não pertencia a Reserva, porque lá, conforme sua esposa, “é tudo triste, cheio de proibição”. Argumento como esse entretanto só foi observado por um jovem morador da colocação Tetéu, justificou sua decisão de contruir sua casa após seu casamento na margem oposta à Reserva porque “o prefeito falou” que lá ele

“podia desmatar até mil hectares”, sem que ninguém desse palpite. Vale lembrar que esse jovem é filho de criação de Eduardo Gomes.

Interessante observar que em 1998 as mesmas regras quanto à caçada com cachorros vinham sendo propostas por muitos moradores da margem do Assentamento.

Transporte, Comunicação - Isolamento e Dispersão

Para pensarmos a questão da democracia local é importante salientarmos as possibilidades de comunicação.

Um dos fatos que nos chamava a atenção nos primeiros dias de estadia na Reserva era o silêncio com que as pessoas em visitas à casa em que estávamos se mantinham. Parecia-nos que eles estavam assustados com nossa presença, que éramos de muita importância, por isso permaneciam quase em silêncio frente às minhas tentativas de diálogo. Uma certa valorização do diálogo, podemos dizer, seria o passo inicial para relações democráticas. As nossas perguntas muitas vezes eram respondidas com monossílabos. Com o passar do tempo, fomos começando a perceber que nós é que estávamos sendo pesquisados. Não havia pressa. Gradativamente começamos a notar o quanto eles vinham conversando entre si sobre nossos atos e falas, julgando e esperando para compreender nossos objetivos naquele lugar, até começarem a mostrar as próprias opiniões. Compreender esse comportamento foi importante para nossas pesquisas posteriores. A nossa pressa em nos comunicar poderia muito mais ser parte de uma certa ansiedade urbana. Não é necessário chegar numa casa e falar. Pode-se simplesmente pedir licença, sentar calmamente, deixar os pertences no chão, mais ouvir do que dizer. Com isso percebe-se se a chegada foi em boa hora e até se há comida na casa, pois o seringueiro gosta de receber bem suas visitas. Depois desse tempo, é que pode-se finalmente começar a estabelecer o diálogo.

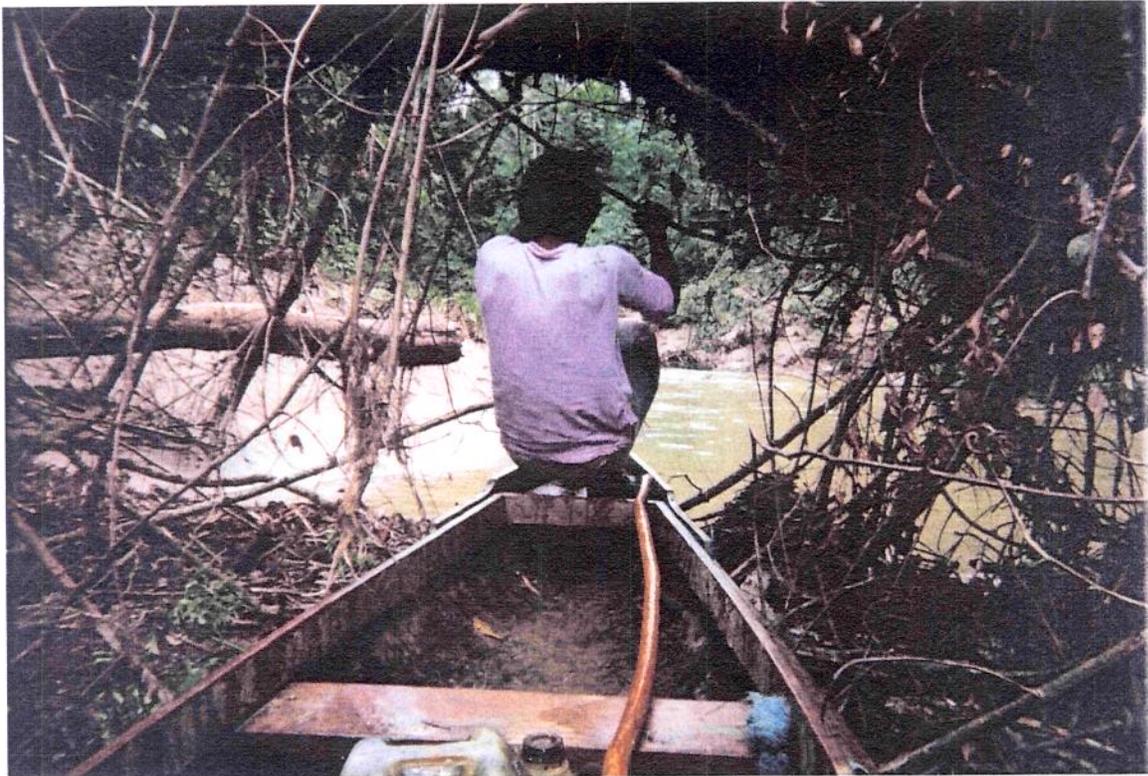
Em nossas pesquisas de campo, pudemos percorrer grande parte desses rios e colocações, e como dito acima, na maior parte do tempo

permanecemos em colocações da “margem” do rio Amônia e do “centro”, no igarapé Manteiga, afluente do rio Tejo.

A dificuldade de acesso a essas colocações varia muito conforme a incidência ou não das chuvas. A região possui clima tropical úmido e é dividido em estações de inverno e verão, respectivamente o período de maiores chuvas, de outubro a junho e o menos chuvoso, de julho a setembro.

Saindo de Cruzeiro do Sul, onde há um aeroporto para grandes aviões, com um “batelão”, (barcos com motores de popa de aproximadamente 5 a 10 toneladas) chega-se à Foz do rio Amônia, início da Reserva, onde se localiza a sede do município após três ou cinco dias de navegação.

Para a chegada nas colocações pesquisadas no rio Amônia é necessário navegar de canoa (a motor) durante 2 a 5 horas. Para atingir o igarapé Manteiga, navega-se da Foz do rio Tejo durante um ou dois dias, sendo que é comum ter-se que arrastar a canoa em épocas em que vários trechos do rio não ultrapassam a profundidade de poucos centímetros. O seu afluente Manteiga só é navegável em raríssimas épocas. Na maioria das vezes só pudemos chegar à colocação Caponga, onde ficamos grande parte do tempo hospedados, após dois dias de caminhada pelas trilhas da mata que ligam uma colocação à outra. Por duas vezes conseguimos chegar à colocação com uma canoa, mas os troncos que caem dentro do igarapé, e as cachoeiras que se formam particularmente não compensam a economia de tempo.



Sebastião Gmu como "proeiro", abrindo caminho através dos troncos caídos no igarapé Riozinho



Francisco Edir da Costa França, piloto do Projeto de Pesquisa, cortando madeira caída no igarapé Manteiga

Vale lembrar que nós pesquisadores, contamos com uma excepcional infra-estrutura: barcos, canoas e pilotos competentes à nossa disposição⁹.

Conforme o *survey* realizado em 1995, 12% dos moradores possuem canoa para viagens longas (ainda que praticamente em todas as casas hajam pequenas canoas para viagens pequenas a remo) e apenas 8% dos entrevistados tem um motor de 5 ou mais HPs para canoas. A Associação recentemente vem obtendo barcos que vêm sendo alocados em diferentes locais da Reserva. Após o fim da “cooperativa” ela somente tinha o acesso aos barcos dos pesquisadores e do IBAMA, pagando somente a sua manutenção.

Em 1998, o governo estadual também distribuiu mais de dez barcos para diferentes locais da região, indo alguns deles para a Reserva.

No período eleitoral, são os candidatos que vão buscar e trazer seus eleitores em casa.

Não existe luz elétrica nem telefones dentro da Reserva. Há dois anos foi instalado um telefone público na sede do município, e em 98 foi reformado um aeroporto para pequenos aviões e Thaumaturgo foi eletrificada.

As obras de reformulação desse aeroporto estão sendo questionadas com acusação de desvio de verba¹⁰. E através dele que os políticos locais fazem uma “assistência” importante, levando e trazendo doentes, fato que é muito importante nos casos graves de saúde.

O rádio é um meio de comunicação fundamental. Em todas as noites, e em todas as manhãs, durante uma hora, é transmitido por uma emissora de Cruzeiro do Sul o “Programa de Mensagens”. Para mandar

⁹ A infra-estrutura do Projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista possui 2 batelões e 3 canoas com motores, e uma equipe de três pilotos. Essas embarcações foram adquiridas através da Fundação MacArthur e a sua manutenção, bem como o salário dos pilotos são atualmente financiadas pelo CIFOR.

¹⁰ Conforme reportagem “Eu não tenho que pedir?, diz Cameli” Folha de São Paulo (pag. 1-13, 5/abril/98)

recados que serão ouvidos regularmente em muitas casas de toda a bacia do Juruá paga-se por volta de um real por uma mensagem escrita depositada na sede da emissora. Através desse programa pode-se acompanhar as condições de saúde de moradores de diferentes lugares que se encontram em Cruzeiro, se uma senhora conseguiu ou não retirar o dinheiro da aposentadoria, se uma viagem foi bem realizada, a data e o local em que o padre vai fazer a sua “desobriga”, e as mensagens da Associação, dos políticos, etc. Atualmente, a Associação conseguiu levar ao ar o programa “A Voz da Floresta”, onde durante uma hora, aos sábados, o presidente da Associação realiza entrevistas e informa as ações da Associação.

Nos seis primeiros meses de pesquisa de campo o único contato que nós pesquisadores tivemos com as famílias e amigos “do outro lado do mundo” foram algumas cartas que chegavam com um ou dois meses de atraso na Associação através de algum pesquisador que aparecia.

Apesar disso, não pode-se dizer que a vida local era “isolada”. Era, mas em termos. Há uma intensa relação entre os moradores da região.

Ao vislumbrarmos as áreas de floresta através do avião, vemos apenas aquele gigantesco tapete verde, entrecortado pelos grandes rios de água barrenta. Quando o avião começa a diminuir sua altitude, começamos a ver que o tapete é formado por copas de árvores e mais abaixo percebemos as pequenas clareiras onde se localizam as colocações. Estas parecem ilhas isoladas de tudo e de todos.

Quando chegamos à colocação Quieto, no rio Amônia, e as duas pesquisadoras que nos acompanhavam foram embora com o piloto da canoa, pensávamos em como viver apenas no seio daquela família, com seus afazeres cotidianos e seus pequenos problemas diários.

Logo pude perceber meu engano. Ao contrário, durante praticamente todo o mês que estive nessa casa, a minha maior vontade era de que

parasse de chegar pessoas, que me deixassem um pouco mais “sozinha”, para que eu pudesse “trabalhar em paz”.

Pessoas iam e vinham o dia inteiro de diferentes colocações. A presença de uma escola e um posto de saúde também facilitava a presença de crianças e seus pais.

Sobre esse “isolamento”, chamou-nos a atenção uma reportagem recentemente publicada sobre um pequeno município de Tocantins, onde os entrevistados não sabiam “sequer quem é o presidente da República”¹¹. Toda a descrição apresentada na notícia revelava a incapacidade daquelas pessoas decidirem sobre seus representantes. O prefeito, “ex-lavrador”, tinha uma “gastrite”, que a jornalista precisou explicar entre parênteses: “na verdade inflamação no estômago”, ou seja, o próprio prefeito não poderia dar toda essa “explicação”, pois era um prefeito daquele pobre lugar isolado.

Estávamos no rio Amônia, em agosto de 94, ano de eleição, questão que voltará a ser abordada a seguir. As pesquisas começavam a indicar as vantagens do atual presidente, que confirmando a reportagem acima, as pessoas nunca até então tinham ouvido falar. Apesar disso, a eleição era um assunto abordado frequentemente, por todos. Mulheres em roda, amamentando seus filhos, discutiam sobre as ações de vereadores, sabendo dizer todos os seus nomes e seus respectivos partidos. Discutiam sobre as atitudes do candidato a governador enquanto foi prefeito de Cruzeiro do Sul, o que tinha prometido e o que tinha realizado. Durante a colheita do feijão, era sobre o que os deputados tinham falado no último comício que se comentava. Dificilmente poderemos saber, digamos num meio acadêmico de uma cidade como São Paulo, qual é a composição da câmara de vereadores eleita.

¹¹ Mariângela Gallucci, “Cidade vai votar sem saber quem governa o País” O Estado de São Paulo (pag. A-8, 19/06/98)

Nossa pesquisa a seguir se deu junto aos moradores do Igarapé Manteiga, onde o acesso é muito mais difícil. A vida local, entretanto, é talvez ainda mais intensa. A falta de transporte fluvial não impede que as casas sejam movimentadas com visitas de outros moradores de diferentes lugares.

Pisadas e repisadas, há trilhas pela floresta que passam de uma casa à outra, por isso as viagens para a vila da Restauração, ou para um parente mais distante leva a que necessariamente hajam paradas em outras casas do caminho, normalmente um momento para um café, bananas com farinha, ou um almoço. Nessas visitas são transmitidos e comentados os últimos acontecimentos, receitas de remédios, boatos, fofocas. Alguém que vai até a sede do município por exemplo, tem paradas quase que obrigatórias na Foz do Tejo, sede da Associação. Ao subir o Tejo, normalmente tem parentes ou compadres no caminho onde há uma parada. Na Restauração, nova parada na cantina da Associação. Aí o caminho até a residência é geralmente feito a pé. Alguém que mora, por exemplo na Colocação Caponga, passa em pelo menos umas quatro ou cinco casas onde almoça, ou dorme até chegar na colocação. Em todo esse trajeto, através da “rádio cipó”, como chamamos, todos acabam sendo informados do que estava sendo falado em Thaumaturgo, e essa informação é passada, pensada, distorcida e comentada progressivamente até que nova informação chegue.

Tentando aumentar a clareza das informações é que uma das primeiras ações da organização dos seringueiros, como veremos a seguir, foi a instalação de rádios-fonias pela região, funcionando atualmente 6 destas em toda a Reserva e uma em Cruzeiro do Sul.

A comunicação ainda é lenta, mas de qualquer modo, ela não é um impedimento para ações democráticas, pois as informações, talvez poucas, mas as que chegam não são apenas vistas como num *flash* distante de um jornal televisivo, elas são comentadas e vivamente discutidas.

Nossa preocupação é salientar que por vezes é necessário um maior cuidado ao afirmarmos que populações isoladas e dispersas não possam acompanhar as ações de seus representantes, e de forma crítica. Poder-se-ia dizer que essas afirmações sugerem uma defesa de votos distritais, fato entretanto que não deve ser generalizado, sendo apenas uma observação localizada.

A Aposentadoria

Uma das principais fontes de renda atualmente na Reserva são as aposentadorias do Fundo para o Trabalhador Rural (Funrural), que corresponde a um salário mínimo e do “Soldado da Borracha”, uma conquista de poucos anos para os que vieram para o seringal durante a Segunda Guerra, que se constitui em dois salários mínimos.

Para se conseguir essa aposentadoria, que é relativa à idade, é necessária uma longa permanência na cidade de Cruzeiro do Sul, para a providência de documentos, que em muitos casos inexistem, e todas as tramitações burocráticas. Em vários casos foi relatada a ajuda de políticos de Thaumaturgo ou de Cruzeiro, auxiliando esses idosos na cidade, muitas vezes conseguindo até a alteração da idade, adiantando a retirada da aposentadoria.

O Comércio - cantinas da Associação, marreteiros e regatões

Poucos são os moradores que executam seu comércio diretamente com os núcleos comerciais, na sede do município de Thaumaturgo ou em Cruzeiro do Sul. Normalmente se utilizam de comerciantes intermediários, os “marreteiros”, moradores das localidades, ou os “regatões”, comerciantes itinerários. Eventualmente, a Associação organiza armazéns comerciais.

Conforme dito acima, a primeira conquista importante do movimento dos seringueiros foi a quebra do relativo monopólio comercial dos patrões. Foi realizado um projeto de financiamento para o BNDES e no início de

1989 foi realizada a primeira tentativa de criação de uma “cooperativa”, como ficou conhecida, que foi o ponto mais importante para a posterior criação da Reserva. O chamado “tempo da cooperativa” pode ser considerado o “clímax” do movimento social local, quando houveram os maiores movimentos e a união contra os patrões se deu de forma mais intensa.

Vale a pena reproduzir aqui, algumas análises das consequências dessas ações, em relatório elaborado pela Associação em 1990:

“Aos nossos associados, a opinião pública e a quem interessar:

A nossa Associação está hoje com 14 meses de funcionamento. Temos uma Associação legalmente criada e constituída, com uma diretoria eleita e aclamada por um colegiado de 400 associados, fundadores de nossa entidade. Nós somos os verdadeiros donos de nossa ‘Cooperativa’, isto é, de nosso próprio movimento, isto nos dá direitos a muitas coisas, muito importantes e fundamentais para o futuro de nossos filhos e netos. Isto nos dá a segurança de poder lutar e zelar pelas nossas colocações de seringa e nossa terra como um todo e por nós mesmos. Ser nós mesmos os verdadeiros donos de nossos destinos, os senhores de nós mesmos, exigem também de todos nós que saibamos limpar, traçar e trilhar corretamente os nossos caminhos, pelos quais vamos construir o futuro de nossa famílias (...)

a) Descobrimos ao longo desse trabalho, que somos também cidadãos e que temos direitos iguais as outras pessoas. Direito de nos organizar, e ser donos de nossas colocações, onde nascemos, crescemos e formamos famílias.

b) Fundamos nossa própria Associação que hoje administra os nossos destinos, trabalho que é realizado por nós mesmos, e que antes era conduzidos por nossos antigos patrões e senhores (...)

g) Hoje podemos por assim dizer, que saímos da escuridão, em que nos encontrávamos e ganhamos a luz da troca de novas experiências (...)

i) Todos sabem tanto quanto nós, que quando estamos em nossas colocações os opositores de nosso movimento chegam dizendo, que as leis que defendemos são falsas, o que estamos fazendo é besterias, que isso é comunismo, em que nossos amigos, como por exemplo o Macedo é o chefe do comunismo, e que anda fazendo coisas erradas contra as leis.

j) Aqui, em Cruzeiro do Sul, e em nossos encontros com as autoridades, podemos afirmar, que já ouvimos por várias vezes, que o que estamos fazendo e defendendo é o que é o certo (...)"

Os erros entretanto, foram muitos e conforme vários moradores, "agora não tem patrão, agora só tem ladrão". Houve uma série de problemas na administração dessas cooperativas, que foram analisado pela antropóloga Mariana P. Franco (*in*, Medeiros, *et al.* 1995: 187-203).

Nos anos seguintes a esse sistema comercial faliu e em parte podemos dizer que os antigos patrões através dos marreteiros e regatões, assim como dos fazendeiros ajudaram muito fazendo uma forte contra-propaganda, através da "rádio-cipó", que aquilo ou era "coisa de comunista" ou que havia sido "dado pelo governo", por isso ninguém devia pagar as mercadorias que pegasse nos armazéns da cooperativa, o que realmente ocorreu.

Atualmente, através dos recursos do Projeto Resex novos armazéns de comercialização foram criados a partir de 96, mas são insuficientes, e a maior parte do comércio é feito pelos marreteiros e regatões.

Estes entretanto, continuam fazendo essa "contra-propaganda", principalmente se utilizando dos problemas surgidos a partir do Plano de Uso.

Esses comerciantes, em nosso ponto de vista, são alguns dos maiores complicadores das ações da Associação. Geralmente são pessoas que têm um conhecimento acima dos moradores, e nessas idas e vindas da

cidade, são sempre porta-vozes e intérpretes dos fatos. Além disso, conhecem grande parte dos moradores e seus problemas de perto.

A Educação

O acesso à educação é um problema sempre detectado pelos moradores da Reserva.

Até 1991, na região da Reserva existiam apenas 19 escolas, e o analfabetismo era de 78% da população.

Nessa direção tanto a Associação quanto a Prefeitura vêm tomando providências. Em 94 haviam 32 escolas e em 1997 haviam 49 escolas, sendo que quatro destas haviam sido construídas em colaboração com a Prefeitura, a Associação e o CNPT. (Barbin & Franco, 1998)

Os gráficos a seguir (retirados de Meneghello, 1998) demonstram a situação em 1995, quando da população acima de 6 anos, apenas 21% declarou que sabia ler e escrever um bilhete.

Gráfico 1. Alfabetização

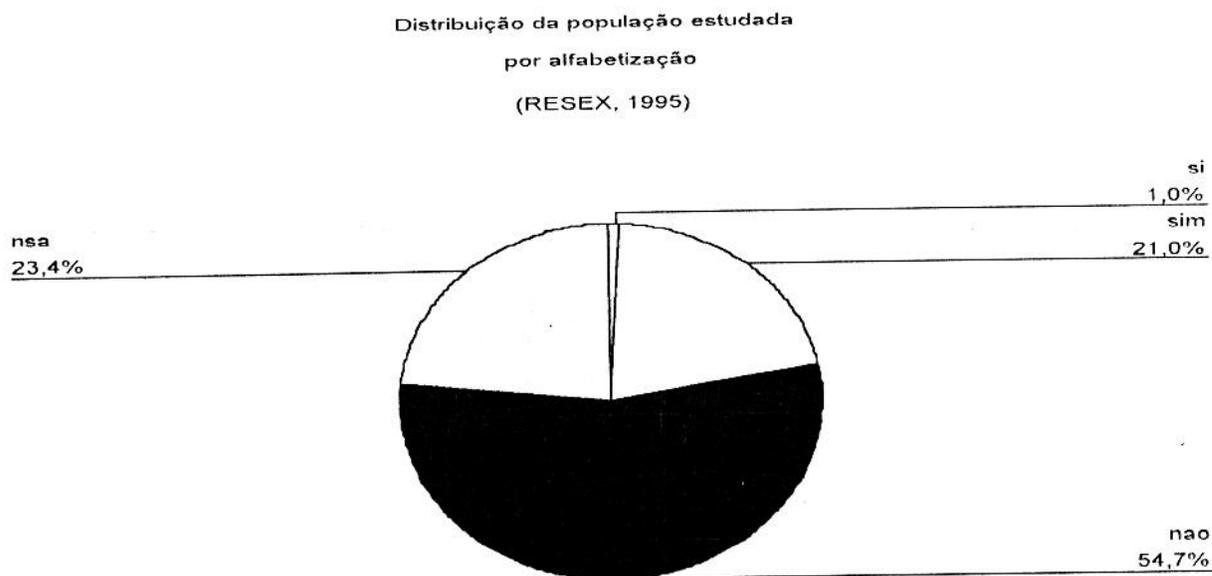
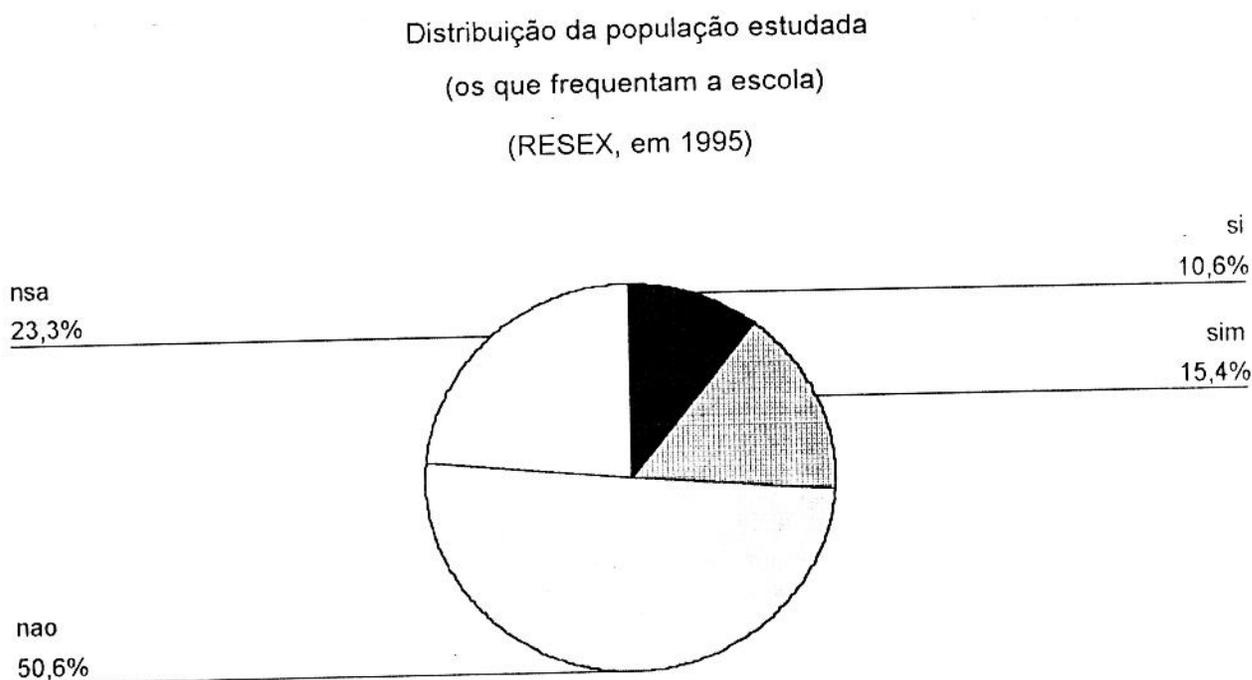


Gráfico 2. Escolarização



Um outro problema atual é a exigência de que professores tenham o grau de formação adequado, o que praticamente não ocorre. A maioria dos professores não possuem nem o segundo grau completo. A Prefeitura vem realizando cursos de aperfeiçoamento, que em nada se referem à realidade colocada na Reserva. Por outro lado, professoras que foram colocadas nas escolas abertas pela Associação, geralmente ligadas às famílias que participaram do movimento, mal chegaram a terminar o primeiro grau e têm maiores dificuldades de acompanhar os cursos da Prefeitura, sendo que dificilmente serão aprovadas no momento em que o diploma passar a ser imprescindível.

A extrema valorização da educação, comum nessas regiões carentes, é expressa por exemplo num questionário aplicado em 98, onde uma das

perguntas era sobre o futuro dos filhos. Em quase todos os casos a preocupação com a educação apareceu em primeiro lugar.

Nesse sentido, há uma série de outras iniciativas ligadas à Associação onde são realizados treinamentos, na área ambiental, nas questões de organização e administração, na área da saúde que também entram nessa disputa ideológica, que também voltaremos a comentar.

Vale dizer que em entrevistas com professoras do rio Amônia nenhuma delas tinha em seu conteúdo nenhuma referência à “Reserva Extrativista”, à “Associação”, à história local, ainda que tenha ocorrido, em 1991, um curso realizado pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) sobre a história do movimento.

A Saúde

Uma outra grande reclamação dos moradores da Reserva é a dificuldade de acesso aos recursos médicos. Antes da criação da Reserva os problemas de saúde eram sempre encaminhados aos antigos patrões, que financiavam a viagem dos moradores até Cruzeiro do Sul, onde há um grande e deficiente hospital público. Essa “assistência” atualmente é proporcionada pelo prefeito e vereadores do município, utilizando-se muitas vezes de pequenos aviões fretados. Um deputado estadual, várias vezes eleito é também considerado “o coração do Juruá”, conforme alguns depoimentos, principalmente porque possui uma espécie de “hospedaria” em Rio Branco, para onde são enviados os doentes mais complicados e onde as pessoas podem permanecer sem nenhuma despesa.

A Associação, por sua vez, desde 1991 estabeleceu um convênio com uma entidade não governamental, a Saúde Sem Limites, que realiza um importante trabalho de capacitação de agentes de saúde e parteiras. Atualmente existem 12 agentes de saúde, cada um com seu posto localizado em diferentes pontos da Reserva, onde entre maio de 96 a novembro de 97, 3.888 pessoas foram atendidas (Barbin & Franco, 1998).

As reclamações ainda são muitas, principalmente porque há poucos remédios nesses postos, e os agentes vêm sendo treinados para incentivar o uso dos medicamentos naturais tradicionalmente usados, porém pouco valorizados. Haja visto que apenas 3,3% dos entrevistados no censo de 1995 declaram que se utilizaram os conhecimentos dos “rezadores” e apenas 8,3% se utilizaram de remédios caseiros (Meneghello, 1998). Esse resultado é bastante diferente do observado em campo, onde os rezadores, que se espalham por muitas colocações são sempre requisitados, assim como o uso dos chás e outros remédios caseiros, sendo que em quase todas as casas há os seus pequenos canteiros de ervas medicinais.

Em 1997 o governador do Estado inaugurou um grande “hospital flutuante”, que impressiona pelo seu tamanho e recursos, tendo até ar condicionado. O hospital, que foi uma grande euforia inicial, rapidamente mostrou suas deficiências, passando a maior parte do tempo em locais do baixo rio Juruá onde há condições de navegabilidade, bastante distantes da região dos altos rios.

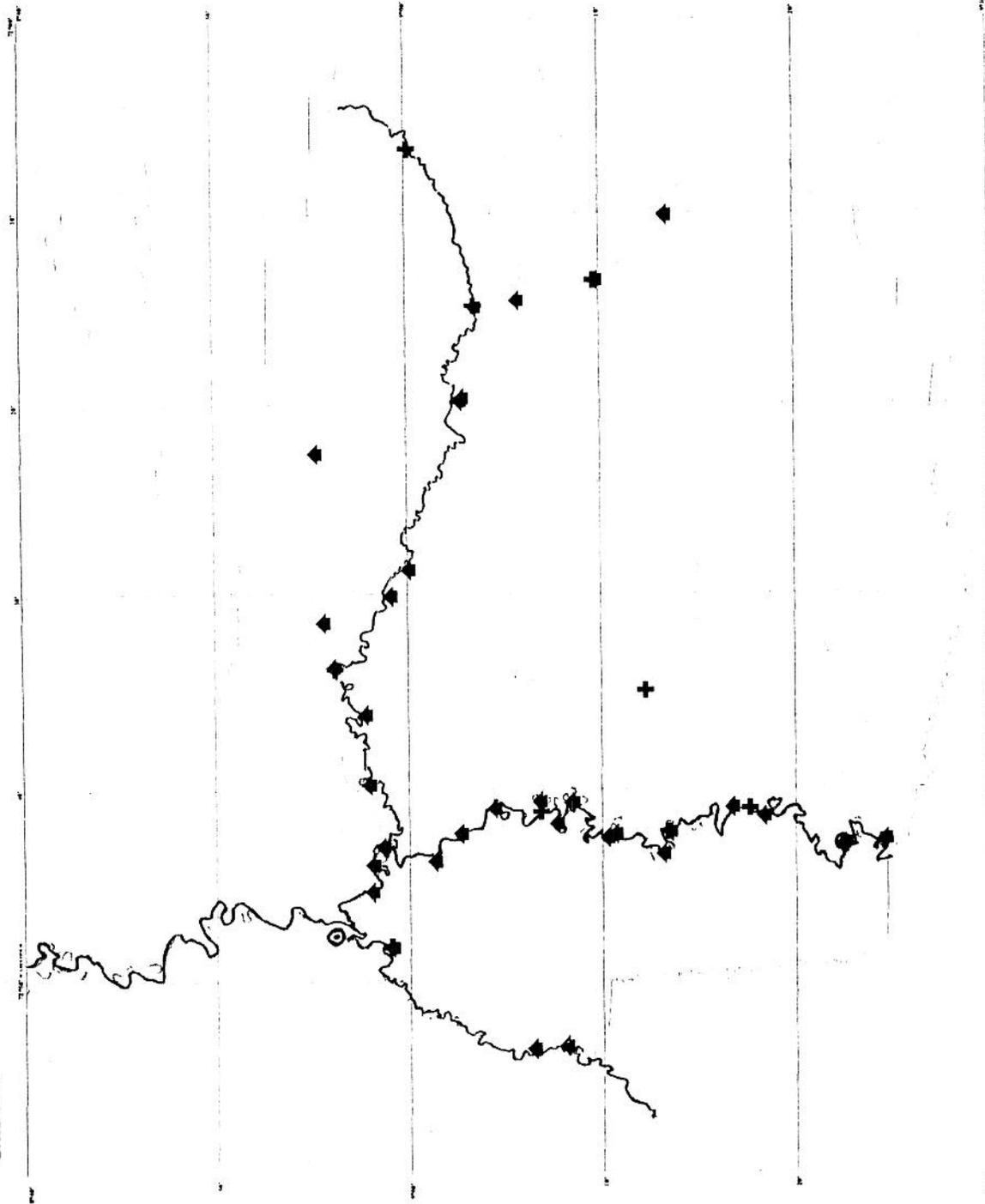
No comício da inauguração, é interessante notar que o governador fez questão de dizer que ele é que tinha trazido aquele benefício para a população, e não o Antônio Macedo, o principal líder local do movimento dos seringueiros. Uma estranha comparação, pois não deveria ser esse o papel das lideranças, mas sim do próprio governo.

Podemos dizer que no âmbito da saúde, há duas diferentes ações que são percebidas pelos moradores como relacionadas aos diferentes poderes: por um lado as ações da Associação, voltadas prioritariamente para a formação de agentes de saúde e parteiras, incentivando o uso de medicamentos tradicionais e trabalhando com cursos em escolas e reuniões locais. Por outro lado temos um grande hospital, de qualidade excepcional, nos poucos períodos que funciona no local, e distribuição de remédios alopáticos de forma normalmente eleitoreira.

Em nossa pesquisa realizada em 1997, o Hospital Flutuante era o assunto comentado em todas as colocações. Em 1998 haviam muitas reclamações e os agentes de saúde faziam abaixo-assinados para que o governador passasse a pagar os seus salários, pois com o término do Projeto de Saúde, eles já estavam a alguns meses sem receber.



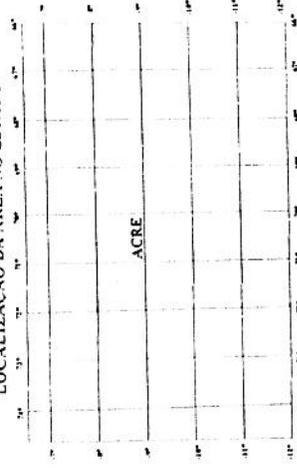
RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ MAPA DE INFRAESTRUTURA 1995



Legenda

- ◆ Escola (ASAREAJ)
- Escola (Prefeitura)
- + Posto de Saúde (Prefeitura)
- + Posto de Saúde (ASAREAJ)

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ESTADO



Projeto "É Possível Populações Tradicionais da Floresta Gerenciarem Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre, Brasil"

Instituições:
 UNICAMP/ Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, Inst. de Biologia, Inst. de Geociências
 USP / Núcleo de História Indígena e do Indigenismo
 ASAREAJ / Associação dos Semingueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá
 IBAMA / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

Financiamento: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, IBAMA, FAPESP
 Equipe Técnica:
 Diretora da ASAREAJ Execução: Henrique L. Roig
 Físicas colaboradoras e UERJ / Faculdade de Geologia
 Monitores socio-ambientais da ASAREAJ Data: janeiro de 1995

10 0 10 20 km
 Base Cartográfica: Cartas Planialtimétricas da DSG, SC.18-X-B-V, SC.18-X-B-VI, SC.18-X-D-II,
 SC.18-X-D-III, e Memorial Descritivo da Reserva Extrativista.
 Imagens Landsat(TM) - ponto 66 e órbita 005 datada de agosto de 1992 com 5% de cobertura de nuvens
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR
 Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais



Agente de Saúde Luís Bispo tratando de criança doente - rio Amônia



Hospital Flutuante ao lado de um barco da Associação (foto de Mauro W.B. Almeida)

Assistencialismo e política local

Propriedade Coletiva e Conflitos

A área da Reserva é uma propriedade pública e está em processo a liberação de uma carta de anuência que permite que a Associação oficialize as licenças de uso para os moradores.

Se antes os patrões é que arbitriavam em problemas sobre os recursos entre os moradores, agora há novas possibilidades.

Pudemos acompanhar vários conflitos locais entre famílias quanto ao uso de um estrada de seringa, ou problemas comuns de que animais de criação, como porcos ou gado, invadem roçados alheios.

Nesses casos houveram três tipos de atitude:

Na colocação Montevideu, no Amônia, um morador matou o porco de outro, pois este invadira seu roçado. O caso foi parar na delegacia de Thaumaturgo. O dono do porco, entretanto, era primo do então vice-prefeito, que por sua vez era parente também do delegado. O dono do roçado acabou sendo preso por alguns momentos e encarregado de pagar pelo porco abatido.

Num outro caso, em que uma família tinha ocupado uma estrada de seringa que outra família considerava sua, a questão foi levada à Associação. Houveram várias reuniões locais e os ocupantes ganharam, pois acusavam os outros a não cumprirem as regras estabelecidas no Plano de Uso.

São situações novas, e agentes novos que se colocam para os moradores. Pudemos ver outros casos em que a Associação era requisitada, mas ainda outros em que regras anteriores eram utilizadas, que nem se referem aos patrões, mas se baseiam em relações familiares.

Vimos casos de disputas de estradas de seringa em que as famílias acabavam se unindo através de casamentos por exemplo. E casos de invasão de animais em roçados, também no rio Amônia em que eram membros de uma mesma família e no dia seguinte o porco invasor já estava sendo servido nas mesas de todos os envolvidos.

Nesse sentido podemos pensar que além desses poderes instituídos, há pequenos poderes locais, onde famílias se unem ou se separam. Se opõem à Associação ou se aliam aos marreteiros e políticos, na busca de seus interesses.

Um dos outros desafios da Associação é lidar com essas famílias, pois os seus membros mais ativos também têm uma história local e suas próprias famílias que tem seus aliados e oponentes.

A Sujeição com Assistência

Percebemos pelas descrições acima que para obter determinados bens que um morador autonomamente não consegue obter ou em casos de conflitos locais, ele necessita de outras instituições. Sejam instituições baseadas nos laços familiares, sejam através de marreteiros, políticos locais ou novas instituições como a Associação e as regras estabelecidas no Plano de Uso.

Quanto às relações com o mercado, conforme vimos anteriormente, o movimento organizado dos seringueiros coincidiu com uma aguda crise da economia da borracha¹², diminuindo tanto o poder aquisitivo dos seringueiros como reduzindo as possibilidades de crédito para a vida na floresta, já que nem a cooperativa antiga e nem as cantinas atuais, e nem os comerciantes, realizam o “aviamento” de mercadorias pelos prazos em

¹² Essa é um dos grandes desafios para as Reservas Extrativas. Como ser “extrativo” quando o produto em questão está cada vez mais perdendo seu lugar no mercado, fruto dos preços mais baixos da borracha de cultivo? Isso vem suscitando debates de vários autores, que não poderá ser discutido no âmbito deste trabalho. (Ver por exemplo Glusener-Godt & Sachs (eds.), 1994 e Anderson, et al., 1994).

que o patrão fazia. O fiado, quando aceito, é por pouco tempo. Nesses momentos é que surgem uma certa nostalgia em relação com os patrões, que remetem para um “tempo dos patrões” como o tempo em que havia “assistência”.

Não é difícil encontrar na Reserva defensores dos patrões. Estes contam que “eram sujeitos, mas...tinham a assistência”. Contam-se casos e casos de como os patrões ajudaram fulano ou sicrano que enfrentaram problemas de saúde. Outros costumam elogiar o fato de que “não faltava mercadoria”, isto é, mesmo devendo, os seringueiros poderiam ir ao barracão do patrão e buscar algo que posteriormente seria pago.

Parte da explicação dessas opiniões pode estar na observação de que em situações de mudança o passado tende a ser valorizado em contraste com o presente em crise. Lígia Sigaud (1977) por exemplo, diz que há uma “idealização do passado”, sendo utilizada para pensar os problemas atuais, ou conforme Antonio Candido, um “saudosismo transfigurador”, uma “verdadeira utopia retrospectiva”, onde a “valorização do passado é constante” (Candido, 1977: 193 e 195).

Discordamos dos autores que procuram mostrar que há uma espécie de dívida desejada por moradores dessas regiões. Para Lanna, a “situação dos credores não é necessariamente entendida como negativa; muitas vezes ela é tida como positiva porque cria um laço com um superior” (Lanna, 1994: 50). Almeida demonstra que para Weinstein a relação de dívida é uma demanda dos próprios seringueiros, citando o fato observado com um morador do rio Juruá, que não queria liquidar sua dívida, pois isso poderia representar uma ruptura do “contrato tácito” que mantém a continuidade da provisão de bens (Almeida, 1992: 132).

Em nossas pesquisas vimos que a nostalgia dos patrões se baseava no fato de que após a sua saída, nenhum outro sistema de acesso ao mercado conseguiu substituí-lo com eficiência. As mercadorias são necessárias. O marreteiro ou o regatão pode vir ou não, as cantinas da

Associação, agora reativadas, frequentemente têm seus depósitos esvaziados com grande demora na reposição.

Essa insegurança pode gerar essa nostalgia, mas ouvimos com grande frequência frases como “nunca gostei de dever nada para ninguém”, quando surgiam assuntos relativos às dívidas, como se fosse um ponto de honra mostrar que cumpriam as suas dívidas.

Marreteiros: roubam mas trazem mercadorias

Sobre os marreteiros e regatões, que depois da saída dos patrões se tornaram os principais responsáveis pelo escoamento da produção, o discurso também passa pelas mesmas questões: eles “roubam”, mas são os que dão “assistência” à população, trazendo mercadorias, “caras”, mas que eles não teriam condições de buscar em outro lugar.

Políticos locais: ocupando o lugar dos patrões na assistência

Quanto aos políticos da região, prefeito, vice-prefeito, vereadores, deputados e outros, o discurso e a prática maior é o da assistência. “Vemos o pobre seringueiro”, “temos que ter compaixão”. “Hoje trouxemos isso, amanhã chegarão 1.200 sacolas de rancho”, e “no futuro, um salário mínimo para 10 mil famílias”. E os moradores, fazem questão de lembrar todos os casos de tratamento médico pagos por esses políticos individualmente, assim como o pagamento de passagens de avião, remédios, hospedagem, em casos de doenças ou a assistência aos idosos para o recebimento de aposentadorias ou obtenção de algum documento na cidade.

A Associação



Assembléia da Associação - Foz do Tejo - janeiro de 1998

Há casos em que a Associação pode aparecer como mais um desses substitutos dos patrões, construindo escolas, postos de saúde ou “doando” barcos, peladeiras de arroz, engenhocas, etc.

Há diferenças entretanto. O equipamento é do coletivo, ainda que o responsável seja um membro de um família, que fatalmente pode favorecer alguma pessoa em detrimento de outra de uma família oponente. Há sempre conflitos. Mas a crítica do desfavorecido é que o equipamento “é do movimento”, ou é da “Associação”. Em nenhum momento há algo “do prefeito”, como o são as casas de farinha, ou o “motor do Orleir”.

O caso dos barcos é exemplar. Através de recursos do Projeto Reserx foram comprados uma série de barcos com motores que deveriam prestar serviços a um determinado número de moradores. Para cada barco foi indicado um responsável. Não houve, como o programado pela diretoria da Associação, reuniões locais para a combinação dos detalhes da

manutenção e uso dos barcos. Apesar disso, em cada local que passávamos, em janeiro de 98, esse era um dos assuntos mais retomados: como fazer com que o barco atenda melhor a população? Os aposentados deviam pagar? Quando quebrasse uma peça quem iria consertar?

Alguns moradores do igarapé Manteiga propuseram que o responsável pelo barco tivesse uma espécie de fiscal, que estaria controlando o responsável. Alguns faziam questão de que o tal fiscal fosse de outra família, tentando impedir talvez uma “solidariedade de clãs” que pudesse favorecer uma família em detrimento da outra, impedindo que “um encobrisse os erros do outro”, conforme seu Francisco do Manteiga.

No mesmo período, houve aquela farta distribuição de bens, ocorrida na sede do município, conforme salientamos acima, distribuição, como até então “nunca ninguém tinha visto por aqui”, conforme os moradores. Entre esses bens, 130 motores de 5 HP, bastante úteis na região, pois podem ser usados tanto para o fabrico da farinha de mandioca como para ser colocados em canoas para pequenas viagens.

Inicialmente, foi anunciado pelo deputado do PMDB da região, que seria dado um motor para cada “comunidade”. Naquele período, os dois principais partidos PMDB e PFL tradicionalmente oponentes estavam unidos. Numa aliança tumultuada, um outro deputado, do outro partido é que visitou vários locais da região para fazer o “cadastramento” de quais seriam os responsáveis pelos motores em cada “comunidade”. Na prática, o deputado foi cadastrando seus próprios aliados, chegando a vários lugares sem aviso prévio. Em alguns locais foram cadastradas pessoas que simplesmente pediram o motor a ele. No dia da entrega, o governador distribuiu aos cadastrados e também a outros que ele também escolheu.

É interessante notar como o equipamento foi absorvido nos diferentes locais. Para os que receberam para “mim mesmo”, o motor era considerado particular, as pessoas podiam pedir para usar, mas o empréstimo poderia ocorrer conforme o desejo do dono. Para os

“responsáveis”, o motor era “para todos”, sendo novamente discutidas as regras para sua utilização e manutenção, ainda que fosse chamado do “motor do Orleir”, em todos os casos.

Em nosso ponto de vista a Associação é sempre vista como opositora dos antigos patrões e mesmo dos políticos. E as coisas e as informações que traz aos moradores são percebidas de modo diferente das coisas e informações trazidas por outros agentes políticos.

Cultura, Dádivas, Contratos

Como regra geral, podemos dizer que há pessoas e famílias que participaram mais ativamente de todo o processo de lutas para a constituição da Reserva, e são elas as que se preocupam com as assembleias e com que as decisões sejam discutidas dentro das novas regras e instituições. Outras famílias que passaram ao largo de todo o movimento, sentem-se naturalmente menos identificadas quando se fala em Associação, reuniões ou Plano de Uso, e são as que mais repetem as vantagens do antigo sistema. Mas não são as que acorrem mais à Prefeitura, aos políticos e aos comerciantes em casos de necessidade.

Podemos observar que independente de fatores ideológicos ou históricos as pessoas se utilizam do assistencialismo, como por exemplo a partir de momentos de dificuldade enfrentados na família de dois importantes líderes locais. Seu Luís Bispo do Amônia e seu Juscelino no Riozinho, este um dos únicos da região que é assíduo em reuniões da Associação há vários anos.

Ambos tiveram problemas de saúde na família. Ambos não tinham dinheiro para irem à Cruzeiro do Sul. Em Thaumaturgo seu Luís contou-nos que o único auxílio que conseguiu foi do então vice-prefeito, um dos principais oponentes locais à Reserva, como vimos anteriormente. Mesmo assim, foi a ele que seu Luís pediu ajuda, e recebeu, e o vice-prefeito também sabia que ele é um liderança sindical importante na região. Em seguida esse vice-prefeito concorreu à chapa da Prefeitura, mas conforme

seu Luís, ele não votaria em quem “foi contra ao movimento”, como foi o caso desse candidato. Seu Juscelino contou-nos que saiu de casa com a esposa doente e sem ter “nada no bolso”. Conseguiu chegar até Thaumaturgo de carona com um marreteiro, pediu dinheiro emprestado ao responsável pela cantina da Associação e chegou em Cruzeiro, onde nos ligou pedindo dinheiro, que lhe ofertamos, reproduzindo também as mesmas práticas.

No ano seguinte, pegamos passagem na canoa de seu Juscelino para subir ao igarapé Riozinho, num período posterior àquele da grande distribuição de bens em Thaumaturgo. Nas várias casas que visitamos no trajeto, seu Juscelino reclamava da distribuição dos “sacolões” de alimentos distribuídos. Para ele o certo seria que o governo se preocupasse com o aumento do preço da borracha, que ele não queria ficar “adulando” ninguém para conseguir mercadorias, ainda que ele próprio tenha ido até o comício e conseguido um motor e um sacolão.

Um outro agente de saúde do Manteiga, de uma família que participou ativamente do movimento social, fez questão de colocar na porta de seu posto que os remédios que possuía tinham sido conseguidos através de um vereador ligado ao partido do governador.

Entre a diretoria da Associação, Luís Bispo foi considerado um dos melhores agentes de saúde locais, por ter conseguido fazer um mutirão no rio Amônia, angariando 300 reais para a compra de remédios, a partir da contribuição de praticamente todas as famílias da região, com galinhas, milho, feijão.

Essas ações indicam que os mecanismos de escolha do voto e as atitudes com relação ao poder eram mais complexos do que poderiam parecer à primeira vista. Não apenas moradores locais podiam ter uma atitude crítica, mas podiam combinar o recebimento de serviços governamentais assistencialistas, e ao mesmo tempo mobilizar os recursos coletivos para resolver problemas de saúde em outras situações.

Em alguns estudos antropológicos, relações de favor, assistência, solidariedade seriam faces de uma mesma relação de troca de dádivas, considerada como um dado estrutural da nossa sociedade (Cf. Lanna, 1994). Estudos com focos mais sociológicos ou políticos enfatizam a diferença entre essa solidariedade local e a assistência realizada por comerciantes ou políticos, que deve ser entendida como uma barganha utilizada para fins eleitorais, (Cf. Queiroz, 1976 ou Leal, 1997).

Acompanhando as eleições na região em 94 e 96, podemos dizer que haviam duas vertentes. Uma que afirmava que “só voto em quem me enriquecer” ou “só voto em quem me der um motor” (ou item parecido). Outra que pregava o “não vendo minha cabeça”. Em ambos os casos a noção do sistema de compra de votos era claro. No último caso, havia a valorização de que o voto era algo livre e que os candidatos deveriam ser escolhidos a partir de sua trajetória anterior, que na maioria dos casos os moradores conheciam e discutiam as várias versões sobre o que esses candidatos tinham feito ou deixado de fazer em vários outros momentos.

Vendo esses debates, que se acirravam e tomavam conta das conversas cotidianas dos moradores, discordamos das teorias do “voto de cabresto” ou “voto pago” (Leal, 1975 e Martins, 1985), que são justificadas pelo estado de pobreza da população. Mas também discordamos de Lanna, ao afirmar que “Não é porque ‘é premido pela fome e outras necessidades básicas’ que o eleitor troca seu voto por roupa, remédios ou operações médicas, como poderia ser interpretado pela razão prática; a própria eleição é concebida como uma troca, não a possibilidade de estabelecimento de um ‘contrato’, no sentido da teoria individualista” (Lanna, 1994: 239). Essa troca, para Lanna, é um dado estrutural da sociedade, independente da sua situação econômica ou política, análise que pode impedir uma maior percepção das mudanças culturais da população.

Assistencialismo e Desigualdade Social

Conforme os autores citados no primeiro capítulo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, poderia aumentar a possibilidade de formas políticas menos atrasadas, com o surgimento de relações de trabalho livres da dependência pessoal e a formação de uma classe operária transformadora. Outros autores mostraram que mesmo com esse desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que se esperava, a desigualdade social que este também engendra, se repetem as mesmas relações de poder baseadas no coronelismo, no paternalismo, no assistencialismo, reforçadas por uma cultura clientelista e assistencialista que se mantém, independente das mudanças econômicas.

Vimos que no Alto Juruá, há uma disputa interna de opiniões, mostrando que as ações políticas assistencialistas se confrontam com ações voltadas para decisões democráticas e participativas.

No caso dos seringais, conforme as análises de Almeida, criticando outros autores, havia um capitalismo mercantil, onde os patrões não conseguiam controlar nem o processo de trabalho e nem o comércio como um todo.

Marcos Lanna, analisando regiões rurais, observa que após os anos 70, começa a haver maior diferenciação social, onde os agricultores mais “bem sucedidos”, “estão se tornando cada vez mais ‘patrões’” e não capitalistas (Lanna, 1994:32).

As regras estabelecidas na Reserva, em relação por exemplo à limitação do desmatamento pode ter um efeito de conter esse processo. No rio Amônia pudemos ver que poderia estar em curso um processo de aumento da diferenciação social, com o crescimento dos agricultores que começam a contratar empregados.

Conforme nossas pesquisas, excetuando-se os pequenos fazendeiros, a diferenciação social local se dá dentro daquelas análises de Chaianov, a

respeito das fases das famílias, que é um processo que marca uma curva que sobe e desce. Não há mecanismos de herança, que desenvolvam famílias com maiores ou menores patrimônios (como no casos dos colonos do Sul ou sitiantes do Nordeste do país, estudados por Ellen Woorthman, 1995). As maiores heranças possíveis na região são as cabeças de gado, que por sinal vêm apresentando um crescimento, mas novamente os limites para o desmatamento impedem que esse crescimento ocorra de modo muito diferenciado.

Um exemplo de que há impedimento nos processos de diferenciação social podem ser vistos a partir de uma empresa que vem desenvolvendo um “produto verde”, o “Couro Vegetal” , que é a marca de um produto feito de tecido banhado de látex, desenvolvido a partir de uma técnica utilizada tradicionalmente por seringueiros que foi pesquisada e melhorada em laboratórios, produzindo atualmente bolsas e outros objetos que já foram vendidos nos EUA e hoje são exportados para a França.

A empresa que desenvolveu e comercializa procurou desenvolver uma espécie de micro-empresas familiares de produção das lâminas do couro vegetal, que posteriormente são levadas à cidade onde são classificadas conforme a qualidade e encaminhadas para a confecção dos artigos no Rio de Janeiro.

As cinco unidades de produção contruídas pela empresa na Reserva¹³ constituem-se em estufas de alumínio onde são secadas as lâminas. Essas lâminas são feitas com sacos de tecido de algodão colocados em armações de madeira e sobre cada saco são despejadas camadas sucessivas do leite da seringueira, o látex, ao qual são adicionados alguns produtos químicos, sob o efeito da fumaça, é a defumação. A seguir as lâminas são colocadas nas estufas para a secagem.

¹³ Há várias outras estufas localizadas em outras áreas da floresta, inclusive reservas indígenas. Atualmente o estudante Alexandre Goulart de Andrade realiza um projeto de iniciação científica junto ao departamento de economia da USP sobre essa alternativa econômica.

As estufas foram construídas pela empresa e cada uma tem seu próprio responsável, geralmente um chefe de família, que recebe mercadorias que são pagas na forma de lâminas do produto.

Cada chefe de estufa organiza a produção de modo diferenciado. Citaremos aqui três exemplos: A estufa de seu Nonatinho, localizada na Foz do Bagé, a do seu Osvaldo, localizada no alto do igarapé Manteiga e a do Lion, do médio Manteiga, que poderiam ser exemplos extremos das diferentes formas de organização.

Seu Nonatinho, poderíamos dizer, é o mais “empreendedor”. Tem vários moradores das proximidades que vendem o leite para a sua estufa, e eventualmente emprega trabalhadores para trazer lenha para alimentar a estufa e para defumar seus sacos. É o mais criticado pelos outros responsáveis, e o mais produtivo.

Seu Lion já tem mais problemas para recrutar fornecedores de látex para sua estufa. Mesmo com o preço do látex líquido das estufas ter valor mais alto do que a tradicional prancha de borracha. Seu Lion reclama que seus vizinhos não gostam de trabalhar, estes por seu lado reclamam dos altos preços das mercadorias controladas pelo Lion e por seu jeito de quem “sabe tudo”, de quem “é cheio de querer”.

Seu Osvaldo, diferentemente dos outros, recusa-se a comprar o leite de seus vizinhos que também são seringueiros. Seu Osvaldo não confia na qualidade do látex que eles possam entregar para ele. Como o leite é vendido por litro para as estufas, ele teme que possam adicionar água no látex, o que prejudicaria a qualidade do produto que depois será cobrada dele.

Os responsáveis pelas estufas recebiam as mercadorias e com elas os sacos de tecido de algodão e os produtos químicos na quantidade necessária para a produção de lâminas para o pagamento daquelas mercadorias. Seu Osvaldo também tinha receio de não cumprir os prazos

de entrega das lâminas se dependesse de outros seringueiros. Por isso, sua estufa funcionava apenas com a mão-de-obra de quatro de seus filhos solteiros e um filho casado que morava na mesma colocação.

Numa reunião no início de 95, seu Nonatinho era o único que tinha cumprido o prazo e a quantidade para a entrega das lâminas. Os outros reclamavam que não foram informados dos prazos corretos para a entrega e criticavam o fato de que seu Nonato tinha contratado funcionários, como se não fosse algo recomendável.

É interessante observar que ainda que seja mais vantajoso economicamente vender o leite para o dono da estufa do que a prancha, os seringueiros preferem trabalhar com a prancha. A prancha favorece a autonomia de cada seringueiro, que pode vendê-la para marreteiros ou para as cantinas da Associação.

Ainda que a técnica da produção do couro vegetal tenha se desenvolvido a partir da produção local tradicional de bolsas, a produção depende de fatores que estão fora do controle do seringueiro. Uma delas é a “química” que é aditivada ao leite. São dois produtos que favorecem a durabilidade do material, que os seringueiros não sabem do que se trata. No processo tradicional adicionava-se enxofre mas o produto não tem a resistência necessária para os padrões do mercado internacional. O processo produtivo foi elaborado fora da Reserva, havendo uma quantidade estipulada de leite que deve ser despejada nos tecidos, um tempo estipulado para a permanência nas estufas e outros procedimentos controlados. Por último, o controle de qualidade é realizado em Cruzeiro do Sul, sendo que os próprios responsáveis não sabem exatamente como é feita a classificação de seu produto, que tem seu valor alterado conforme a qualidade.

Diferentemente da produção da prancha portanto, onde o seringueiro controla todo o processo produtivo, no caso do couro vegetal o responsável não pode controlar o leite recebido por outro, apenas confiar

que seja de boa qualidade, dependendo de outros produtos químicos que devem ser trazidos pela empresa, já que não são vendidos na região.

Não estamos aqui defendendo que toda especialização do trabalho é prejudicial. Os seringueiros não sabem explicar por exemplo o que acontece com a prancha que é entregue para as usinas. Mas eles sabem exatamente como fazer uma boa prancha, como fazer uma prancha ruim, qual o tempo que leva e o que vai comprar com cada uma.

Nesse sentido pode-se pensar a questão das relações de reciprocidade hierárquicas, assimetria e simetria. Estabelece-se relações de vizinhança com trocas regulares de carne e trabalho, por exemplo, estabelece-se trocas com os marreteiros locais, que eventualmente podem roubar seus vizinhos através do lucro, mas evitam-se relações de trabalho envolvendo dinheiro e produtos com vizinhos, como o caso de seu Lion, que acaba trabalhando quase sozinho na sua estufa, ou o seu Osvaldo, que recusa-se de antemão. Para este, ele quer ter o direito sobre as mercadorias sem dever nada para ninguém.

Os responsáveis pelas estufas tornam-se diferenciados socialmente onde moram. Recebem mercadorias que podem ser comercializadas tanto com os produtores do leite como outros que trazem pranchas para vender.

Em vários locais da Reserva seringueiros insistem e esperam que cheguem novas estufas para suas colocações. Entretanto, na assembléia para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Reserva, ocorrida em janeiro de 98, o produto não foi colocado como uma solução econômica para a Reserva, criticado por só favorecer o próprio dono da estufa.

Conclusões

O que nos chama a atenção nessas características locais é a idéia de autonomia dos seringueiros, tanto como um dos objetivos dos líderes da Associação quanto das próprias famílias no sentido de poderem decidir sobre suas atividades econômicas e sociais

Por outro lado, vemos que sua necessidade de acesso aos bens materiais, e à saúde e à educação depende de uma série de agentes, cada qual com diferentes interesses e propostas.

Em nossa opinião, as possibilidades de ações democráticas da Associação dependem de como ela conseguir administrar essas diferentes influências em conflito.

CONCLUSÕES

"Antes, o que eu entendia era de seringa, borracha, e patrão. Agora eu estou mais entendido, até o próprio direito do brasileiro a gente não entendia"
(Raimundo Moreira Borges, em entrevista a Neide Esterci)

O objetivo inicial deste trabalho era observar se é possível a ampliação da democracia em áreas rurais do Brasil. Essa afirmação foi tratada a partir do estudo da construção um sistema de administração local em uma Reserva Extrativista.

Para responder a essa pergunta, partimos de uma noção do que é ampliar a democracia. Tínhamos em mente um conjunto de características que incluem processos institucionais de participação da população nas decisões públicas, além do acesso aos meios de vida, e finalmente a igualdade de pessoas.

Na bibliografia, vimos que em áreas rurais e mesmo urbanas, a presença do assistencialismo age como uma barreira à formas democráticas, ou porque o desenvolvimento é incipiente e os senhores da terra, detém o poder de decisão, ou porque as desigualdades geradas com o capitalismo reproduzem as formas de dependência pessoal e os detentores do comércio ou do poder sobre a distribuição dos recursos restringem reproduzem esse assistencialismo.

No caso da Amazônia, essa herança do latifúndio e do escravismo se expressaria no complexo do barracão: um sistema de "aviamento" que mantinha os trabalhadores em uma situação de dependência pessoal face ao dono dos meios de vida que são as mercadorias. Para alguns esse sistema era paternalista, para outros escravista, e em geral era visto como impedimento da democratização.

No caso de regiões amazônicas, duas visões se opunham. Uma visão que salientava a dominação dos patrões sobre os seringueiros, que se

mantinha com uma certa "cultura da servidão". Uma outra visão ressaltava as possibilidades de "escolha" dos seringueiros.

O caso da Reserva mostrou como essas heranças podem ser contestadas de dentro para fora inicialmente - a hegemonia contestada por seringueiros em suas ações cotidianas e por sindicalistas, inspirados por uma certa "economia moral". E em seguida contestadas por uma aliança de dentro e de fora em que no caso em questão, se unem 'ecologistas' e 'sindicalistas'. Essas combinações entre processos locais e alianças externas mostra como se pode alterar a continuidade e a imobilidade política local.

É possível entretanto ampliar a democracia localmente, sem alterar todo o sistema político que a envolve? Não pretendemos responder a essa pergunta. Mas casos como o dos seringueiros exemplificam as possibilidades que existem mesmo para grupos situados à margem da sociedade.

A pesquisa ensinou-nos a relativizar a dominação absoluta pelos patrões, e as relações de subserviência na cultura e nas práticas locais.

Durante as pesquisas realizadas junto aos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá procuramos observar se a realidade da vida na Reserva correspondia à meta de participação e de democracia proposta pelo movimento social. No decorrer de um primeiro período inicial de seis meses, nossas percepções passaram por diferentes fases.

Inicialmente, a impressão era de que a população estava imersa numa grande pobreza material e de conhecimento. A Associação não tinha uma presença na região, o que dava sentido real ao que os moradores viviam dizendo do Amônia, que era um "rio esquecido". Por outro lado, havia uma presença marcante de pequenos fazendeiros, ex-patrões comerciantes, vereadores e políticos do município, fazendo trocas

materiais, na base do assistencialismo, do clientelismo, do personalismo e não perdendo oportunidades de denegrir a imagem da Associação e de seus membros mais ativos, com ofensas pessoais, além de críticas às deliberações do Plano de Uso.

Num segundo momento, notamos que juntamente com isso, outras práticas se desenvolviam. Havia uma intensa discussão crítica em relação aos políticos e a outros agentes externos, às vezes na forma de fofocas. Reuniões eram feitas por iniciativas próprias dos moradores, ou organizadas por pessoas participantes da Associação e do movimento; podia-se usar o Plano de Uso para resolver os problemas locais, e pedir auxílio à diretoria para dirimir conflitos.

O processo de transformação local foi basicamente conduzido por um grupo de moradores de determinadas famílias apoiadas por um grupo de agentes externos. Foi alterado o sistema de propriedade, do pagamento de renda e da comercialização.

As mudanças rumo a uma maior democracia baseadas nessas novas alianças não significam que todo o sistema de poder local desaparece para dar lugar a uma utopia democrática.

Outras famílias não participaram dos movimentos ainda sentiam falta do tempo em que os patrões tinham acesso aos créditos e com isso podiam fazer a “assistência”.

Vimos que no Alto Juruá, há uma disputa interna de opiniões, mostrando que as ações políticas assistencialistas se confrontam com ações voltadas para decisões democráticas e participativas. Por outros lados, ao tratar mais de perto esses processos, vimos que o parecia ser uma completa submissão ao discurso dominante combinava-se a atitudes de crítica e momentos de discussão. Em nossa experiência de campo, assim como havia aquele seringueiro que dizia “*só voto em quem me enricar*”, outro dizia que “*não vendo minha cabeça*”.

Estamos indagando se não haveria um preconceito de nossa parte sobre o que é “democrático” e sobre o que é “moderno” na política brasileira. Seriam as relações “de favor” incrustadas nos laços entre vizinhos e estendendo-se até amigos distantes necessariamente um atraso a ser abolido via educação e pela formalização das relações sociais? O “regime de clãs”, que compreende as relações baseadas no parentesco, deveria necessariamente ser abolido, juntamente com as solidariedades de família, como condição para a prática democrática? Há uma definição de democracia em que se combinem essas práticas locais, e portanto com a reconstrução do favor, da reciprocidade e das relações de parentesco no interior de um sistema democrático?

Essas são algumas questões que pretendemos nos dedicar na continuidade dessa pesquisa.

Podemos pensar que a própria permanência do conflito é que gradualmente reforça as diferenças quanto às novas práticas que vão sendo construídas.

As mudanças rumo a uma maior democracia baseadas nessas novas alianças não significam que todo o sistema de poder local desaparece para dar lugar a uma utopia democrática.

Mas mesmo para essas famílias, que nos primeiros momentos da pesquisa facilmente eram reconhecidas como contrárias aos líderes locais, começam a perceber que é nas assembleias que se decidem coisas, que se não houver uma organização local eles mesmos saem perdendo.

Um tema da literatura é que o isolamento e a dispersão rural são impedimentos à democracia rural. Nesse caso, seria necessário antes de mais nada aglutinar a população. Para isso, as formas de produzir deveriam ser intensificadas. A vida florestal é a mais dispersa possível. Isso significa que a democracia é severamente limitada ou impossível? Ora, a

dispersão de fato precisa ser compensada. E uma das bases para a dependência pessoal é de fato a necessidade de superar a dispersão. Isso é caro. É difícil fazer uma assembléia, reunir pessoas para uma decisão. Embora haja mecanismos para reunir vizinhos de uma colocação ou mesmo de colocações vizinhas, para reunir pessoas de rios diferentes a situação é bem difícil.

Aí, contudo, o exemplo do Alto Juruá é significativo. Embora supondo subsídios externos para compensar alguns custos, os comitês de rio e a própria Assembléia Geral são exemplos de como se compensa o localismo e a dispersão. Os rádios, barcos e barracões de reunião são uma expressão concreta desse esforço.

Assim como a terra e os recursos da floresta se tornam de uso coletivo, os recursos materiais obtidos através da Associação começam a ser considerados coletivos. Conforme Vianna, não podemos esperar que haja um “espírito coletivo”, espontâneo. Ele entretanto pode ser necessário, não como um ideal, mas como uma responsabilidade. Em nosso ponto de vista, é essa responsabilidade que pode fazer com que haja democracia. Como vimos, Carlos Estevam Martins coloca os perigos para a democracia interna aos partidos quando os liderados passam a sentir-se inúteis para o todo. Nesse sentido, podemos pensar a democratização da Reserva como possível no momento em que eles são como que obrigados a sentirem-se responsáveis.

Durante a assembléia para a elaboração do Plano de Uso, pudemos observar como mecanismos de diferenciação social são evitados, num momento em que práticas coletivas são estabelecidas.

Faz apenas dez anos que a região foi transformada em uma área de uso público que pode ser administrada por uma Associação local. Esse “poderá”, inserido no decreto de criação da Reserva foi realmente levado à sério e vários erros foram cometidos nesse processo.

Justamente os erros, especialmente naqueles que ocasionaram o fim da primeira “cooperativa” hoje são fundamentais. Eles é que indicam que as ações participativas e mais democratizadas de gestão, no caso, *têm* que ser desenvolvidas, há uma novo senso de resposabilidade que faz com que um simples motor seja um objeto de discussão que caminhe de casa em casa pelas trilhas da mata. Numa experiência que nem em locais mais desenvolvidos no país pode ser facilmente observada.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRETTI, Mary Helena. (s/d) "A Situação Atual da Borracha" (*mimeo*)
- _____(1979) Os Seringueiros: Estudo de Caso em um Seringal Nativo do Acre (Tese de Mestrado), Universidade de Brasília.
- _____(1989) "Submissão e Revolta nos Seringais: Uma Análise da Dimensão Simbólica da Dominação" (*mimeo*)
- _____(1994) "Policies for the use of Renewable Natural Resources: The Amazon Region and Extractive Activities" *in*, CLÜSENER-GODT, Miguel & SACHS, Ignacy Extractivism in the Brazilian Amazon: perspectives on regional development Paris: MAB Digest 18 UNESCO
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de Almeida. (1990) "As Colocações como Forma Social, Sistema Tecnológico e Unidade de Recursos Naturais". Revista Terra Indígena vol. 7 nº54, São Paulo: Centro de Estudos Indígenas/UNESP (pp. 29-39)
- _____(coord.) (1991) Levantamento Sócio - Econômico Reserva Extrativista do Alto Juruá - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras. São Paulo, (*mimeo*)
- _____(1992) Rubber Tappers of the Upper Juruá River: The Making of a Forest Peasantry (Tese de Doutorado) Universidade de Cambridge
- _____(1993) La Creacion de la Reserva Extractiva del Alto Juruá: Conflictos y Alternativas para La Conservación. FAO/ FTFPP/RESOLVE/ Resolución de Conflictos en Comunidades Forestales. Julho/1993 (*mimeo*)
- _____(1993b) Notas sobre o Projeto de Pesquisa do Alto Juruá Campinas: UNICAMP, julho de 1993 (*mimeo*)

- _____(1994) "As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade" *in*, ANDERSON, A. *et alli* O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Institutos de Estudos Amazônicos e Ambientais - Fundação Konrad Adenauer (pp 259-276)
- _____(1995) "Le Statut de la Terre et les Réserves Extractivistes" Cahiers du Brésil Contemporain . nº 27-28 (pp. 169-188)
- _____(1998a) "Notas sobre a Política do Movimento dos Seringueiros - texto-base para discussão junto ao Instituto Sócio-Ambiental (ISA)" São Paulo, (*mimeo*)
- _____(coord.) (1998b) "Proposta para o Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá". Brasília: ASAREAJ/CNPT-IBAMA - Plano Piloto para Florestas Tropicais Brasileiras (*mimeo*)
- ANDERSON, Anthony, et alli (1994) O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Institutos de Estudos Amazônicos e Ambientais - Fundação Konrad Adenauer
- ARAMBURU, Mikel. (1994) "Aviamento, modernidade e pós modernidade no interior amazônico" Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 25 (junho/1994) (pp. 82-99)
- ARANTES, Antonio *et alli* (orgs.) (1992) Desenvolvimento e Direitos Humanos: A responsabilidade do antropólogo Campinas, Editora da Unicamp
- ASAREAJ/CNPT/IBAMA (1996) ASAREAJ - Estatuto (Reformado durante a realização da 7a. Assembléia Geral Ordinária realizada de 25 a 27 de abril de 1996) Cruzeiro do Sul, Acre (*mimeo*)
- ASAREAJ (1990) "Relatório de Avaliação do Movimento 'Cooperativa'" Cruzeiro do Sul, Acre (*mimeo*)

- BARBIN, Hélio & FRANCO, Mariana Pantoja (1998) "Proposta para o Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá". Brasília: ASAREAJ/CNPT-IBAMA - Plano Piloto para Florestas Tropicais Brasileiras (*mimeo*)
- BARRETO, Lima. (1977) "Discurso em mangas de camisa" *in*, A Questão do Poder Moderador e Outros Ensaio Brasileiros Petrópolis: Vozes
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. (1995a) Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá Brasília: IBAMA
- _____ (1995b) Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes Brasília: IBAMA
- _____ (1995c) Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Brasília: IBAMA
- BROWN, Keith; ALMEIDA, Mauro W.B. & CUNHA, Maria Manuela C. da (1994) Report II: Project Can Traditional Forest-Dwellers Self-Manage Conservation Areas? A Probing Experiment in the Juruá Extrative Reserve, Acre, Brazil São Paulo: Fundação Mac Arthur
- CANDIDO, Antonio (1977) Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida (4ª ed.) São Paulo: Livraria Duas Cidades
- CHAIANOV, Alexander V. (1981) "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas" *in* SILVA, José Graziano & STOLKE, Verena. A Questão Agrária São Paulo: Brasiliense (pp 133-163)
- _____ "LA Familia Campesina y la Influencia de su desarrollo en la actividade económica" *in* La Organización de la Unidade Económica Campesina Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision (pp. 47-95)

- CHAUÍ, Marilena (1994) "Raízes Teológicas do Populismo no Brasil: Teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados" *in*, DANIGNO, Evelina (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil São Paulo: Brasiliense
- CLÜSENER-GODT, Miguel & SACHS, Ignacy. (eds.) (1996) Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional Paris: Compêndio MAB 18-UNESCO
- DANIGNO, Evelina (org.) (1994) Anos 90: política e sociedade no Brasil São Paulo: Brasiliense
- DANTAS, Ibarê (1987) Coronelismo e Dominação Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/PROEX/CECAC/Programa Editorial
- DE PAULA, João Antonio (1980) "Notas sobre a economia da borracha no Brasil" Textos para Discussão n. 9 Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG
- D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gérard. (1995) Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia Rio de Janeiro: Paz e Terra
- DUARTE, Nestor. (1966) A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: contribuição à sociologia política brasileira (2ª ed.) São Paulo: Cia Editora Nacional
- EMPERAIRE, Laure & DELAVAUUX, Jean-Jacques (1992) "Relatório de Campo - Etnobotânica - Projeto Enciclopédia do Seringueiro - Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre)" (4 páginas)
- EVENS, Tilman. (1983) "De costas para o Estado, longe do Parlamento". Novos Estudos CEBRAP v.2, n.1. São Paulo, abril/1983. (pp.25-39)
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos São Paulo: Global, 1987
- FERNANDES, Florestan (1987) A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica (3ª ed.) Rio de Janeiro: Editora Guanabara

- FRANCO, Mariana Pantoja “As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento Local dos Seringueiros: o caso do Alto Juruá” (*mimeo*)
- _____(1995) “Os Miltons: História regional, trajetória familiar e identidade social na Amazônia - Projeto de Doutorado” (*mimeo*)
- FREYRE, Gilberto (1936) “Prefácio à Primeira Edição” e “O Escravo Negro na Vida Sexual e de Família no Brasil” in, Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal (2ª ed.) Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936
- _____(1981)“Prefácio à Segunda Edição” in, Sobrados e Mucambos (6ª ed.)Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981(pp LVIII-CXIII)
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertão e Bairro Rural (parentesco e família entre sitiantes tradicionais) São Paulo: Editora Ática, 1979
- GLUCKMANN, Max. “Foreword” in TURNER, Victor. Schism and Continuity in an African Society: a study of ndembu village life Manchester: Manchester University Press, 1975
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1973) Raízes do Brasil (7ª ed.) Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973
- HOMMA, Alfredo K. O. “Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e possibilidades” in CLUSENER-GODT, Miguel e SACHS, Ignacy (editores) Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional Paris: Compêndio MAB 18 - UNESCO, 1994
- IANNI, Otávio.(1989) “Notícias da Sociologia Brasileira” in, Sociologia da Sociologia: O pensamento sociológico brasileiro. (3a. ed.) São Paulo: Ática, 1989.

- LANA, Marcos P. D. A Dívida Divina: Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. (1975) Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil (2ª ed.) São Paulo: Alfa e Ômega, 1975
- MARTINS, Carlos Estevam. (1982) "A Democratização da Vida Partidária" Revista de Cultura e Política São Paulo: CEDEC/Cortez
- MARTINS, Eduardo. (1993) "Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras: Histórico e Situação Atual" in, CUT. Anais do Seminário de Estudos sobre o Programa Piloto para a Amazônia . Belém, 1993. (pag 67-81)
- MARTINS, José de Souza (1981) "Os Camponeses e a Política no Brasil" in Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político Petrópolis: Vozes (pp 21-102)
- _____. (1994) O Poder do Atraso: Ensaios de sociologia de história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. (1997) Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Departamento de Sociologia - FFLCH-USP/ Editora Hucitec, 1997
- MARTINS, Paulo Henrique N. (1985) "Coronelismo, poder burguês e movimentos populares" Presença - Revista de Política e Cultura nº5 São Paulo: Editora Caetés Ltda, janeiro
- MENEGHELLO, Rachel " Informações sócio-culturais" in, ALMEIDA, M.W.B. (coord.) (1998) "Proposta para o Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá". Brasília: ASAREAJ/CNPT-IBAMA - Plano Piloto para Florestas Tropicais Brasileiras (*mimeo*)

- MEDEIROS, Leonilde S. *et alli* (orgs).(1994) Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar São Paulo: Editora da Unversidade Estadual Paulista
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1979) “O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX” Encontros com a Civilização Brasileira v.11 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (pp 101-140)
- OLIVEIRA, Francisco de (1994) “Da Dádiva aos Direitos: A dialética da cidadania” Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 25, ano 9 , junho. (pp 42-44)
- PALMEIRA, Moacir (1992) “Política local e voto” Revista Tempo e Presença nº 264, ano 14 São Paulo: CEDI, Jul/Ago, 1992 (pp. 37-40)
- PERRUCCI, Antônio Flávio (1990) “Ciladas da Diferença” Tempo Social - Revista de Sociologia vol.2, nº 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2º semestre de 1990 (pp. 7-33)
- PINTO, Nelson Prado Alves Política da Borracha no Brasil: a falência da borracha no Brasil São Paulo: Hucitec/Conselho Regional de Economia, 1984
- PRADO Jr., Caio. (1947) Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira (2ª ed.) São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1947
- PRADO, Paulo (1928) Retrato do Brasil : ensaio sobre a tristeza brasileira. (2a. Ed.) São Paulo, 1928
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1976) O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaiois. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

- REIS, Elisa Pereira (1988) "Mudança e Continuidade na Política Rural Brasileira" Dados: Revista de Ciências Sociais . vol.31, n. 2 . Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (pp. 203-218)
- RODRIGUES, Arlete Moysés (org.) (1993) Meio Ambiente: Ecos da ECO. Campinas: IFCH/UNICAMP, março de 1993. (Textos Didáticos, vol. VIII)
- SAES, Décio (1994) "Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação" *in*, Estado e Democracia: Ensaios Teóricos Campinas: IFCH/Unicamp, 1994 (pp 75-119) (Coleção Trajetória, I)
- SAHLINS, Marshall (1978) "A Primeira Sociedade da Afluência" *in* CARVALHO, Edgar Assis (org.) Antropologia Econômica São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda (pp. 7-44)
- SALES, Teresa (1994) "Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira" e "Caminhos da Cidadania: comentários adicionais" Revista Brasileira de Ciências Sociais número 25, ano 9 , junho/1994. (pp 26-37 e 49-51)
- SANTOS, Roberto (1968) "O Equilíbrio da Firma Aviadora e a Significação Econômico-Institucional do Aviamento". Pará-Desenvolvimento (vol. 3 pp. 7-30)
- _____(1974) "As relações de trabalho no seringal silvestre e o problema nacional da borracha" Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região Belém-Pará, janeiro-julho
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. (1992) "Contested Frontiers en Amazônia: Conclusion" *in* Contested Frontiers in Amazonia New York: Columbia University Press (pp. 344-354)
- SEMAN/IBAMA/CNPT (1992) Programa Emergencial para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais das Reservas Extrativistas (janeiro) (*mimeo*)

- SIGAUD, Lígia.(1977) "A Idealização do Passado numa Área de Plantation".
Revista Contraponto. ano II, n. 2. (novembro, 1977) Rio de Janeiro:
Centro de Estudos Noel Nutels. (pp.115-127)
- SILBERLING, Louise (1991) Social Movement Activity as a Factor in
Successful Common Property Regimes: The Case of the Brazilian
Rubber Tappers. (Master's Thesis) Department of Rural Sociology-
Cornell University.
- SILVA, Adalberto Ferreira (1982) Ocupação Recente das Terras do Acre:
Transferência de capitais e disputa pela terra Belo Horizonte
- STR/CNS/CUT (1989) Chico Mendes São Bernardo do Campo, São Paulo:
CUT
- THOMPSON, E. P. Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios
sobre la crisis de la sociedad preindustrial Barcelona:
Crítica/Grijalbo
- UICN (1995) Reservas Extrativistas Júlio Ruiz Murrieta & Manuel Pinzón
Rueda (eds.) UICN, Gland, Cambridge e Reino Unido
- VELHO, Otávio (1976) Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um estudo
comparativo a partir da fronteira em movimento São Paulo/Rio de
Janeiro: Difel
- VIANNA, Oliveira (1983) Populações Meridionais do Brasil: História -
organização - psicologia (4ª ed.) São Paulo: Cia Editora Nacional,
1938
- _____ (1987) Instituições Políticas Brasileiras (vol.1) Belo Horizonte:
Itatiaia ; São Paulo: Editora da USP/Niterói: Editora da UFF, 1987
- VINCENT, Joan. "A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de
desenvolvimento passados e presentes" In FELDMAN-BIANCO, Bela

(org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos São Paulo: Global, 1987.

WAGNER, Alfredo. (1993) "Universalização e Localismo - Movimentos Sociais e Crise dos Padrões Tradicionais de Relação Política na Amazônia" Revista Reforma Agrária (abril-junho, 1993) Campinas: ABRA, ano 19, no.1 (pp. 4-16)

WAWZYNIAK, João Valentim. "Rondônia - Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto: Transformações nas formas de apropriação e estratégias de sobrevivência" in ANDERSON, Anthony, et alli. O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/Fundação Konrad Adenauer, 94. (pp. 151-163)

WEINSTEIN, Barbara. (1983a) "Capital Penetration and Problems of Labor Control in the Amazon Rubber Trade" Radical History Review nº 27 (pp 121-140)

_____(1983b) The Amazon Rubber Boom Stanford: Stanford University Press.

WOORTMANN, Ellen F.(1995) Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste . Brasília: Editora da UnB / São Paulo: Hucitec

WOORTMANN, Klaas A. W. (s/d) Com Parente não se Neguceia: O campesinato como ordem moral" Fundação Universidade de Brasília (Série Antropologia nº 69)